



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MICHAEL CARDOSO DE SOUZA

HABITAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DA VIDA:
uma análise das estratégias de moradia e sobrevivência da
população da Ocupação Tocantins no bairro Parque Guajará
em Belém

**Belém-Pará
2023**



Michael Cardoso de Souza

Habitação e precarização da vida: uma análise das estratégias de moradia e sobrevivência da população da Ocupação Tocantins no bairro Parque Guajará em Belém

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.
Orientador: Prof. Dr. Aiala Colares de Oliveira Couto.

Belém-Pará
2023

Michael Cardoso de Souza

Habitação e precarização da vida: uma análise das estratégias de moradia e sobrevivência da população da Ocupação Tocantins no bairro Parque Guajará em Belém

RESULTADO _____.

DATA: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Aiala Colares de Oliveira Couto – Orientador

Prof. Dr. Willame de Oliveira Ribeiro – Examinador Interno

Prof. Dr. Luiz Augusto Soares Mendes – Examinador Externo

Belém-Pará
2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Biblioteca do CCSE/UEPA, Belém - PA

Souza, Michael Cardoso de

Habitação e precarização da vida: uma análise das estratégias de moradia e sobrevivência da população da Ocupação Tocantins no bairro Parque Guajará em Belém / Michael Cardoso de Souza; orientação de Aiala Colares de Oliveira Couto. - Belém, 2023.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Pará. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belém, 2023.

1.Produção do espaço. 2.Assentamentos humanos-Belém-PA. 3.Habitações-Belém-PA. I.Couto, Aiala Colares de Oliveira (orient). II.Título.

CDD 23ed. 307

Ficha elaborada por Regina Coeli A. Ribeiro - CRB-2/739

À minha família, por todo incentivo e confiança, por sempre ser meu lar e meu porto seguro.

Aos grupos sociais inseridos no contexto de inclusão marginal e precarização da moradia, por serem símbolos de resistência, superação e sobrevivência no cotidiano de luta pelo direito à cidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus, por ouvir minhas preces e me permitir realizar meus sonhos e cumprir meus objetivos de vida, por seu amor infinito e misericordioso.

À minha família, por sempre segurar minha mão e nunca me deixar faltar confiança. Minha mãe, meu amor maior, meu porto mais seguro, meu espelho de força e bondade, meu alicerce, muito obrigado por todas as vezes que você nunca me deixou cair, por ser morada, por sempre ter seu colo, amparo e ternura; Meu pai, obrigado pelo apoio, tu também, do teu jeitinho, fizeste parte de toda essa construção; minhas irmãs e meu irmão, gratidão por sempre fazer habitar a alegria e os sorrisos em nossa casa, juntos construímos lindas memórias desde pequenos, e estamos juntos em todas as etapas; meus sobrinhos e sobrinhas, o palco de diversão, de amor puro e sincero, vocês são minha fonte de luz e aquecem meu coração. Amo muito todos.

Aos meus amigos, a caminhada com vocês também é mais tranquila e divertida. Vocês foram pilares de sustento e sou muito grato por toda confiança e parceria comigo. Saibam que sempre estarei aqui por vocês e estaremos juntos em todos os momentos e conquistas.

Agradeço ao meu orientador Dr. Aiala Colares de Oliveira Couto, por acreditar no meu potencial, por todos os conselhos, orientações e por fazer parte dessa construção junto comigo. Teu apoio foi fundamental inclusive para eu continuar na pós-graduação e finalizar esse processo. Tens minha admiração enquanto pessoa, profissional e pesquisador. Também expresso minha gratidão à banca avaliadora desse trabalho, na pessoa do Dr. Willame Ribeiro e Dr. Luiz Mendes, por participarem das etapas de Seminário de Dissertação, Qualificação e Defesa, suas contribuições são fundamentais.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGG/UEPA pela oportunidade de ingressar ao programa, pelas disciplinas ofertadas que foram de extrema importância para o desenvolvimento da dissertação, a todo o corpo docente pela dedicação com o curso e com a construção do programa de pós graduação, e um agradecimento especial à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão da bolsa de estudos, essencial para a minha trajetória no mestrado.

“Na contemporaneidade, o direito à cidade surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero”.

HARVEY, David. 2014, p. 15.

RESUMO

Com a difusão da produção de assentamentos precários e a desigualdade na distribuição de terras e renda que permeiam o território brasileiro desde as Capitânicas Hereditárias no século XVI, houve um impulsionamento das desigualdades socioespaciais pela falta de acesso à moradia, contribuindo para o aumento das problemáticas habitacionais no Brasil. Um processo marcado pela precariedade e pelas desigualdades como condição, meio e produto das relações capitalistas. Dessa forma, o objetivo principal dessa pesquisa é analisar as estratégias de moradia e sobrevivência adotadas pela população na ocupação do Tocantins no bairro Parque Guajará em Belém-PA, além de especificar quais os sujeitos presentes na produção social do espaço urbano e como eles implicam na formação socioespacial precária da ocupação, descrevendo também como se constitui a precariedade da vida urbana (Moradia, Saneamento Básico, Segurança Pública, Educação, Saúde e Lazer) na ocupação do Tocantins. A pesquisa se justifica pela necessidade em avançar nos estudos acadêmicos acerca dos assentamentos habitacionais que podem ser classificados, na sua grande maioria, como precários, e nos processos socioespaciais existentes a partir do processo de urbanização-periferização que contribui para o aumento das desigualdades socioespaciais, presentes no cotidiano de determinados grupos que compõem a produção do espaço urbano na metrópole de Belém. A pesquisa, de natureza qualitativa, está estruturada a partir dos seguintes eixos metodológicos: em um primeiro momento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca dos conceitos que norteiam a pesquisa, posteriormente foi realizada a pesquisa documental no que concerne à Ocupação Tocantins no bairro Parque Guajará, com antigas e atuais lideranças comunitárias. Em seguida, foi realizado o trabalho de campo na ocupação, para que as realidades conceituais fossem melhor aproveitadas e observadas de forma empírica, com a aplicação de entrevistas aos moradores e lideranças comunitárias e os registros fotográficos. Portanto, entende-se que a moradia se apresenta ao cidadão não somente enquanto casa, mas como todos os elementos constituintes que formam a moradia, ou seja, todos os equipamentos urbanos de uso coletivo que precisam estar à disposição das pessoas. Faz-se necessário então, que as políticas públicas para moradia sejam mais favoráveis àqueles que necessitam de melhores condições de vida, pois são décadas convivendo com a contradição entre a metropolização de Belém e a produção de espaços precários de moradia.

PALAVRAS-CHAVE: Produção do espaço; Ocupação Tocantins; Estratégias de sobrevivência; Precarização de moradia.

ABSTRACT

With the diffusion of the production of precarious settlements and the inequality in the distribution of land and income that permeate the Brazilian territory since the Hereditary Captaincies in the 16th century, there was a boost of socio-spatial inequalities due to the lack of access to housing, contributing to the increase of housing problems in Brazil. A process marked by precariousness and inequalities as a condition, means and product of capitalist relations. Thus, the main objective of this research is to analyze the housing and survival strategies adopted by the population in the occupation of Tocantins in the Parque Guajará neighborhood in Belém-PA, in addition to specifying which subjects are present in the social production of urban space and how they imply in the precarious socio-spatial formation of the occupation, also describing how the precariousness of urban life is constituted (Housing, Basic Sanitation, Public Security, Education, Health and Leisure) in the occupation of Tocantins. The research is justified by the need to advance in academic studies about housing settlements that can be classified, for the most part, as precarious, and in the existing socio-spatial processes from the urbanization-peripheralization process that contributes to the increase of socio-spatial inequalities, present in the daily life of certain groups that make up the production of urban space in the metropolis of Belém. The research, of a qualitative nature, is structured from the following methodological axes: at first, a bibliographical research was carried out on the concepts that guide the research, later documentary research was carried out regarding the Tocantins Occupation in the Parque Guajará neighborhood, with former and current community leaders. Then, field work was carried out in the occupation, so that the conceptual realities could be better used and observed empirically, with the application of interviews to residents and community leaders and photographic records. Therefore, it is understood that housing is presented to the citizen not only as a home, but as all the constituent elements that form housing, that is, all urban equipment for collective use that need to be available to people. It is therefore necessary that public policies for housing are more favorable to those who need better living conditions, as they have been living with the contradiction between the metropolization of Belém and the production of precarious housing spaces for decades.

KEYWORDS: Space production; Occupation Tocantins; Survival strategies; Housing precariousness.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Sujeitos implicados na pesquisa.....	25
Quadro 2: Principais conceitos, autores e obras utilizadas	29
Quadro 3: Dados documentais utilizados de acordo com as fontes.....	31
Quadro 4: Antigo local de moradia dos moradores entrevistados da Ocupação Tocantins.....	70
Quadro 5: Variáveis para caracterização de ocupações precárias	76
Quadro 6: Resposta dos moradores acerca do saneamento básico na Ocupação Tocantins	87
Quadro 7: Resposta dos moradores acerca da segurança pública na Ocupação Tocantins	92
Quadro 8: Resposta dos moradores acerca do lazer na Ocupação Tocantins	96
Quadro 9: Resposta dos moradores acerca do atendimento de saúde na Ocupação Tocantins	99
Quadro 10: Resposta dos moradores acerca da educação na Ocupação Tocantins.....	102
Quadro 11: Principais respostas dos moradores sobre a precariedade na Ocupação Tocantins	107
Quadro 12: Estratégias de sobrevivência e superação de dificuldades da população da Ocupação Tocantins.....	108
Quadro 13: Resposta da pergunta: “O que você espera do Tocantins nos próximos anos?”	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma da metodologia da dissertação, 2023.....	26
Figura 2: Tipologias habitacionais no vetor da Avenida Augusto Montenegro. Belém, 2016	62
Figura 3: Mosaico Comparativo do quilometro “5 ao 10”, anos de 1998 e 197767	
Figura 4: Rua alagada em dia de muita chuva na Ocupação Tocantins	80
Figura 5: Caixa d'água da Cosanpa na Ocupação Tocantins	85
Figura 6: rua do “L”, Ocupação Tocantins.....	86
Figura 7: Acúmulo de lixo Rua Dias da Fonseca e na Rua Mário Andreazza .	88
Figura 8: Rua Piçarreira, Ocupação Tocantins.....	89
Figura 9: Rua Beira Rio, Ocupação Tocantins	90
Figura 10: Posto da Polícia Militar, localizado na Avenida Augusto Montenegro, em frente à Ocupação Tocantins	91
Figura 11: Aviso de proibição de roubo na Ocupação Tocantins	93
Figura 12: Ocupação Tocantins, Praça Estrela de Davi.....	95
Figura 13: Ruas transversais, entre Rua Mário Andreazza e Rua Rui Barbosa	96
Figura 14: Unidade Básica de Saúde Parque Guajará, Ocupação Tocantins.	98
Figura 15: Escola Municipal Ayrton Senna, Ocupação Tocantins	101
Figura 16: Moradias precárias na Ocupação Tocantins	105
Figura 17: Desigualdade entre moradias na Ocupação Tocantins.....	106
Figura 18: Precariedade de moradia na Rua Beira Rio.....	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Situação da condição de moradia.....	71
Gráfico 2: Tempo de moradia na Ocupação Tocantins.....	72
Gráfico 3: Total da renda familiar mensal	72
Gráfico 4: Condição trabalhista	73

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Ocupação Tocantins. Localização. 2023	23
Mapa 2: A “Nova” e a “Velha” Tocantins no Parque Guajará.....	81

LISTA DE SIGLAS

- RMB – Região Metropolitana de Belém.
- DAICO – Distrito Administrativo de Icoaraci.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- CODEM - Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém.
- CEM - Centro de Estudos da MetrÓpole.
- EFB – Estrada de Ferro de Bragança.
- ITERPA – Instituto de Terras do Pará.
- COHAB – Conjunto Habitacional.
- SEDUC – Secretaria de Educação.
- COSANPA – Companhia de Saneamento do Pará.
- PRODEPA – Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará.
- OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
- BPM – Batalhão de Polícia Militar.
- UBS – Unidade Básica de Saúde.
- SESMA – Secretária Municipal de Saúde.
- UPA – Unidade de Pronto-Atendimento.
- PSM – Pronto-Socorro Municipal de Belém.
- AEE – Atendimento Educacional Especializado.
- SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
- IIBIFAN – Indústria Biológica e Farmacêutica da Amazônia.
- BRT – Bus Rapid Transit.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA	17
OBJETIVOS	19
Objetivo Geral	19
Objetivos Específicos.....	19
JUSTIFICATIVA	20
CAPÍTULO 1: ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	22
1.1 <i>Locus</i> , objeto e sujeitos da pesquisa	22
1.2 Tipo e caracterização da pesquisa	27
1.3 Etapas e procedimentos da pesquisa	28
1.4 Forma de análise dos dados e método da pesquisa.....	34
CAPÍTULO 2: A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO E A PRECARIZAÇÃO DA VIDA URBANA	37
2.1 Espaço Urbano; Produção do Espaço e Capitalismo	37
2.2 O desenvolvimento geográfico desigual e a cidade: agentes e processos.....	41
2.3 A crise de moradia no Brasil e Assentamentos Precários	51
2.4 Uso do solo urbano na Avenida Augusto Montenegro	58
CAPÍTULO 3: O ESPAÇO URBANO DE BELÉM: ENTRE A PERIFERIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DA VIDA NAS CIDADES	64
3.1 A expansão urbana e a periferização em Belém	64
3.2 A ocupação do Tocantins no Parque Guajará e as estratégias de sobrevivência da população.....	66
3.3 Diferenciação socioespacial e divisão geográfica da ocupação: a “Nova” e a “Velha” Tocantins.....	79
CAPÍTULO 4: A RELAÇÃO ENTRE A OCUPAÇÃO PRECÁRIA DO TOCANTINS E SEUS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA PERANTE AS PROBLEMÁTICAS ESPACIAIS EXISTENTES	83
4.1 A precarização dos serviços nas ocupações (saneamento básico, segurança pública, lazer, saúde, educação e moradia).....	83
4.1.1 Saneamento Básico.....	84
4.1.2 Segurança Pública.....	91
4.1.3 Lazer	94
4.1.4 Saúde	98
4.1.5 Educação	101
4.1.6 Habitação e Moradia	104
4.2 A contradição quanto à modernização da Avenida Augusto Montenegro.....	109
4.3 Ensaios para uma nova perspectiva de habitar e de morar na metrópole de Belém.....	113
CONCLUSÃO	116
REFERÊNCIAS	119
APÊNDICES	123

INTRODUÇÃO

Com a difusão da produção de assentamentos precários e a desigualdade na distribuição de terras e renda que permeiam o território brasileiro desde as Capitânicas Hereditárias no século XVI, houve um impulsionamento das desigualdades socioespaciais pela falta de acesso à moradia, contribuindo para o aumento das problemáticas habitacionais no Brasil. A partir da segunda metade do século XX, a população brasileira passa a se concentrar nas cidades, e esse processo decorreu de maneira desigual, marcado por uma história de precariedade e desigualdades, como condição, meio e produto das relações capitalistas.

Dessa forma, os grupos sociais excluídos, segundo Corrêa (1989), atuam na produção do espaço como agentes modeladores do espaço urbano e como os principais “sujeitos” das ocupações precárias. De acordo com Souza (2020, p. 17),

[...] essa realidade da produção do espaço não se refere à atuação de um único agente, mas a um conjunto de agentes que se relaciona ou se desalia em busca de interesses que podem ser iguais ou distintos entre si. Essa busca pelo interesse vai determinar até que ponto os agentes irão se aliar ou entrar em conflito pelo espaço.

Portanto, a análise dos interesses desses agentes da produção do espaço é de extrema importância para que se compreenda de que forma se dará essa produção nas cidades, especialmente naquelas que se encontram em forte processo de expansão, de constantes lutas pela terra e pelos interesses econômicos que a produção do espaço traz consigo.

Segundo Pinheiro *et al.* (2016), a Região Metropolitana de Belém se caracteriza como a região metropolitana brasileira com a maior presença relativa de assentamentos precários do país. Assim, depreende-se que exista uma problemática de moradia muito presente na RMB, e os estudos e análises urbanas se voltam para essa problemática para investigar os agentes responsáveis por essas transformações espaciais e para compreender as dinâmicas de moradia que se intensificaram em Belém nos últimos anos. No caso de Belém, a forma metropolitana atual se consolidou a partir de várias fases, processos, formas e contextos históricos em que a cidade passou desde o século XVII, e que ganharam muita força com o passar dos anos.

As ocupações precárias em Belém eram em sua maioria em áreas de baixadas¹, onde predominavam as pessoas de baixo poder aquisitivo, enquanto as de maior poder aquisitivo habitavam em áreas de cotas mais elevadas da cidade, em um primeiro momento de ocupação desse espaço. Assim, a forma metropolitana e os modos de ocupação foram se restabelecendo com o passar dos anos, e posteriormente tivemos uma segunda configuração na forma como se dava o “habitar” em Belém, formando o processo de periferação na cidade. Com o processo de valorização da terra urbana, as áreas de baixadas começaram a ser habitadas pelas pessoas de maior poder aquisitivo, onde se observa os primeiros processos de verticalização que surgiram em Belém. Entretanto, as ocupações ainda se estabeleciam próximas ao centro, pois havia uma intensa dependência dessas ocupações com o centro da cidade devido à oferta de bens e serviços oferecidos nela.

Os assentamentos precários passam por transformações em suas formas de ocupação ao longo do período histórico, contribuindo para um intenso processo de luta por moradia em toda a região metropolitana ao longo dos anos. Eles transformam o espaço urbano e agregam intensos processos socioespaciais e condições sociais que irão se revelar através da segregação e fragmentação espaciais no tecido urbano da cidade. Belém, ao longo dos anos, passou por diversas mudanças em sua estrutura habitacional, sendo de extrema importância para compreender como os grupos precariamente incluídos irão conquistar esses espaços de moradia e reproduzir seus modos de vida no cotidiano da cidade.

A partir do momento que os grupos precariamente incluídos ocupam esses espaços precários de habitação, o primeiro passo vai ser garantir a sustentação da casa, portanto, irão construir suas moradias de forma precária, popularmente chamadas de “barracos”, e vão dispor de investimentos e melhorias com o passar dos anos e com a certeza de efetivação da ocupação naquele espaço, quando o risco de serem remanejados diminui.

Posteriormente a esse momento, as pessoas irão produzir o espaço de acordo com seus modos de vida e suas necessidades, elaborando estratégias

¹ Trindade Jr. (1998), define as baixadas em Belém como sendo áreas inundadas ou sujeitas às inundações e ficaram conhecidas, especialmente a partir da década de 1960, por serem espaços de moradia das camadas sociais de baixo poder aquisitivo.

de sobrevivência ao longo dos anos para que tenham acesso a serviços e infraestruturas que, em sua maioria, são negados ou negligenciados a essa população mais vulnerável. Portanto, irão estabelecer sua moradia em sua forma íntegra, com a oferta de equipamentos urbanos de uso coletivo próximos a sua casa, e a oferta de bens e serviços como energia elétrica, água potável, transporte coletivo e os parâmetros que estão sendo analisados nessa pesquisa como Saneamento Básico, Segurança Pública, Educação, Saúde e Lazer. Dessa forma, apresentam-se a problemática central e as questões norteadoras desta pesquisa.

PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

A problemática central desta pesquisa baseia-se no seguinte questionamento:

Quais as estratégias de moradia e sobrevivência adotadas pela população na Ocupação Tocantins no bairro Parque Guajará em Belém-PA?

Concomitantemente, as questões norteadoras são:

Quais os sujeitos presentes na produção social do espaço urbano no bairro Parque Guajará e de que forma isso implica na formação socioespacial precária da ocupação do Tocantins?

De que forma a metropolização de Belém contribuiu para a produção de habitações precárias na Avenida Augusto Montenegro?

Como se constitui a precariedade da vida urbana no que tange os serviços de Moradia, Saneamento Básico, Segurança Pública, Educação, Saúde e Lazer na ocupação do Tocantins no bairro Parque Guajará?

As hipóteses levantadas nessa pesquisa denotam que a habitação vai além do simples ato de morar, mas sim, que constitui também variados elementos que envolvem a qualidade de vida dessa população, analisando as estratégias de sobrevivência que os moradores precisam criar para viver com dignidade e possuírem a garantia de seus direitos básicos, como moradia digna e de qualidade que não ofereça riscos à sua própria vida, assim como a qualidade da educação, saúde, saneamento básico, segurança pública e lazer. Sendo assim, a pesquisa sustenta a hipótese de que ao longo dos anos, desde que deu início à ocupação do Tocantins no bairro Parque Guajará em Belém-PA, os grupos precariamente incluídos precisam adotar medidas para se

fixarem na ocupação com o intuito de suprir suas necessidades, moderando as precariedades existentes na ocupação. Precariedades essas que deveriam ser amenizadas pelo Poder Público, mas que ocasionalmente são negligenciadas, intensificando a marginalização desses espaços e de seus ocupantes.

As estratégias de sobrevivência por parte da população podem ser observadas a partir de diversos contextos, seja no ato de protestar para cobrar melhorias para a comunidade, a luta pela garantia e reconhecimento formal/legal de sua residência, a construção de moradias em locais inapropriados e insalubres, a venda autônoma de comidas, bebidas e outros itens em tabernas ou na “porta de casa” para contribuir com a renda familiar (haja vista que muitas pessoas estão fora do mercado de trabalho formal), a união dos moradores em forma de “coleta” de dinheiro para concretar a rua que não recebeu tratamento de saneamento básico, entre outros elementos que fazem parte do cotidiano dos grupos sociais precariamente incluídos que residem nesses espaços de luta e tentam viver a cidade de forma mais igualitária, e as estratégias de sobrevivência que são criadas denotam uma resistência daqueles que querem (r)existir na cidade, pois segundo Rodrigues (2007), “a luta pelo direito à cidade é uma luta pelo direito à vida”.

No geral, o Brasil apresenta variados problemas ligados à habitação. Os governos estaduais e federais tentam resolver esses problemas, mas eles acabam criando condições que não são favoráveis aos grupos que mais necessitam de espaços para moradia digna e acessível. As cidades brasileiras, em especial as metrópoles, apresentam significativos índices de problemas ligados à moradia, e a cidade de Belém é a capital que mais apresenta esses índices, com a maior presença de assentamentos precários em seu território.

Sendo assim, a cidade de Belém, com seus mais de 400 anos de história, vem modificando seu espaço através da ação de múltiplos agentes que estão diretamente ligados à produção e reprodução de práticas que desenvolvem o espaço urbano na cidade. Os sujeitos precariamente incluídos atuam na formação e consolidação de espaços que, através de muitas lutas, tornam-se conjuntos e até bairros que se originaram através de ocupações.

Diante disso, eventualmente tem-se nesses espaços de assentamentos, a baixa presença do Poder Público em áreas de periferização e a falta de atuação do Estado em garantir moradia digna à população. As problemáticas

levantadas podem dar suporte para que se entendam os variados processos que os assentamentos enfrentam desde seus primeiros momentos de ocupação até os dias atuais, tudo isso aliado a diversos momentos, tempos e processos históricos em que a cidade perpassa no seu conjunto como metrópole.

A segregação e a diferenciação socioespacial presente nas ocupações denotam uma realidade vivida nos assentamentos precários, pois a produção do espaço urbano vai estar aliada a esses processos e práticas espaciais que estarão também diretamente ligados às ações humanas desenvolvidas no cotidiano das cidades.

As ocupações coletivas em Belém ganharam novas dinâmicas a partir do momento em que a cidade também começou a se transformar e produzir seu espaço. Esses espaços de assentamentos precários são vistos, na maioria das vezes, como marginalizados e como espaços que não precisam de investimentos e melhorias por se tratar de áreas de ocupação e de periferia. São espaços que não possuem a mesma atenção da prefeitura em relação ao centro da cidade, ou em relação a outros espaços da cidade que são diferenciados e possuem melhores atrativos econômicos, comerciais e residenciais. Dessa forma, abre-se margem para que outros agentes modeladores do espaço urbano possam agir, produzindo o espaço urbano nas proximidades das ocupações, aumentando a segregação e a diferenciação espacial.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar as estratégias de moradia e sobrevivência adotadas pela população na Ocupação Tocantins no bairro Parque Guajará em Belém-PA.

Objetivos Específicos

Especificar quais os sujeitos presentes na produção social do espaço urbano no bairro Parque Guajará e como eles implicam na formação socioespacial precária da Ocupação Tocantins;

Identificar a relação entre metropolização de Belém e a produção de habitações precárias na Avenida Augusto Montenegro;

Descrever como se constitui a precariedade da vida urbana no que tange os serviços de Moradia, Saneamento Básico, Segurança Pública, Educação, Saúde e Lazer na ocupação do Tocantins no bairro Parque Guajará.

JUSTIFICATIVA

A pesquisa se justifica pela necessidade em avançar nos estudos acadêmicos acerca dos assentamentos habitacionais que podem ser classificados, na sua grande maioria, como precários, e nos processos socioespaciais existentes a partir do processo de urbanização-periferização que contribui para o aumento da desigualdade socioespacial, bem como a reprodução de condições sociais dos grupos precariamente incluídos que são revelados a partir da fragmentação, diferenciação e segregação socioespacial presentes no cotidiano de determinados grupos que compõem a produção do espaço urbano na metrópole de Belém.

Compreender esses processos significa caracterizar os assentamentos precários, sua formação, seus processos, suas relações e particularidades, e a pesquisa irá contribuir para que se compreenda o aumento da densidade demográfica existente na área estudada, bem como contribui para a intensificação de pesquisas relacionadas aos contextos intra-urbanos de Belém, apresentando mudanças e novidades sobre o tema proposto, renovando as temáticas pesquisadas anteriormente, proporcionando novas respostas aos processos existentes nessas áreas ao longo do período histórico.

Como contribuição social, a pesquisa é relevante para a população da Ocupação Tocantins para que conheçam a história sobre o local onde residem, como o espaço foi ocupado, quais os responsáveis pelo processo de ocupação, e também para entender os contextos aos quais estão inseridos como moradores da ocupação. Também a pesquisa contribui para o entendimento e para a resolução das problemáticas que serão abordadas, e os dados sobre segurança pública, educação, saúde, saneamento básico e moradia que serão levantados podem servir de suporte para que as lideranças comunitárias e órgãos públicos municipais utilizem em projetos ou programas sociais voltados para a ocupação que atendam as demandas de serviços precários dentro da ocupação.

A pesquisa dá continuidade ao trabalho de conclusão de curso realizado durante a graduação em Licenciatura Plena em Geografia, que teve como intuito analisar o processo de produção das ocupações precárias do Tocantins, 26 de Outubro e Ranário no bairro Parque Guajará em Belém-PA, entretanto, a temática na dissertação foi escolhida com base nessa análise da produção desses espaços, mas agora com foco somente na Ocupação Tocantins (mais antiga, maior em área e em contingente populacional), trazendo abordagens que vão além da compreensão somente da moradia enquanto casa (habitação), mas da moradia de modo geral, que vai envolver elementos das diversas precariedades existentes na ocupação, bem como as estratégias de sobrevivência que essa população desenvolve para residir nesses espaços marcados pela precariedade.

Vale ressaltar também, a importância e as contribuições da Geografia nessas análises urbanas, enriquecendo o quadro de estudos sob os processos que marcam a realidade da metrópole de Belém. Essas análises intraurbanas sobre os assentamentos precários na Amazônia paraense são fundamentais para compreender como esses espaços se reproduzem no cotidiano das cidades e quem são os sujeitos envolvidos nessa dinâmica.

CAPÍTULO 1: ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

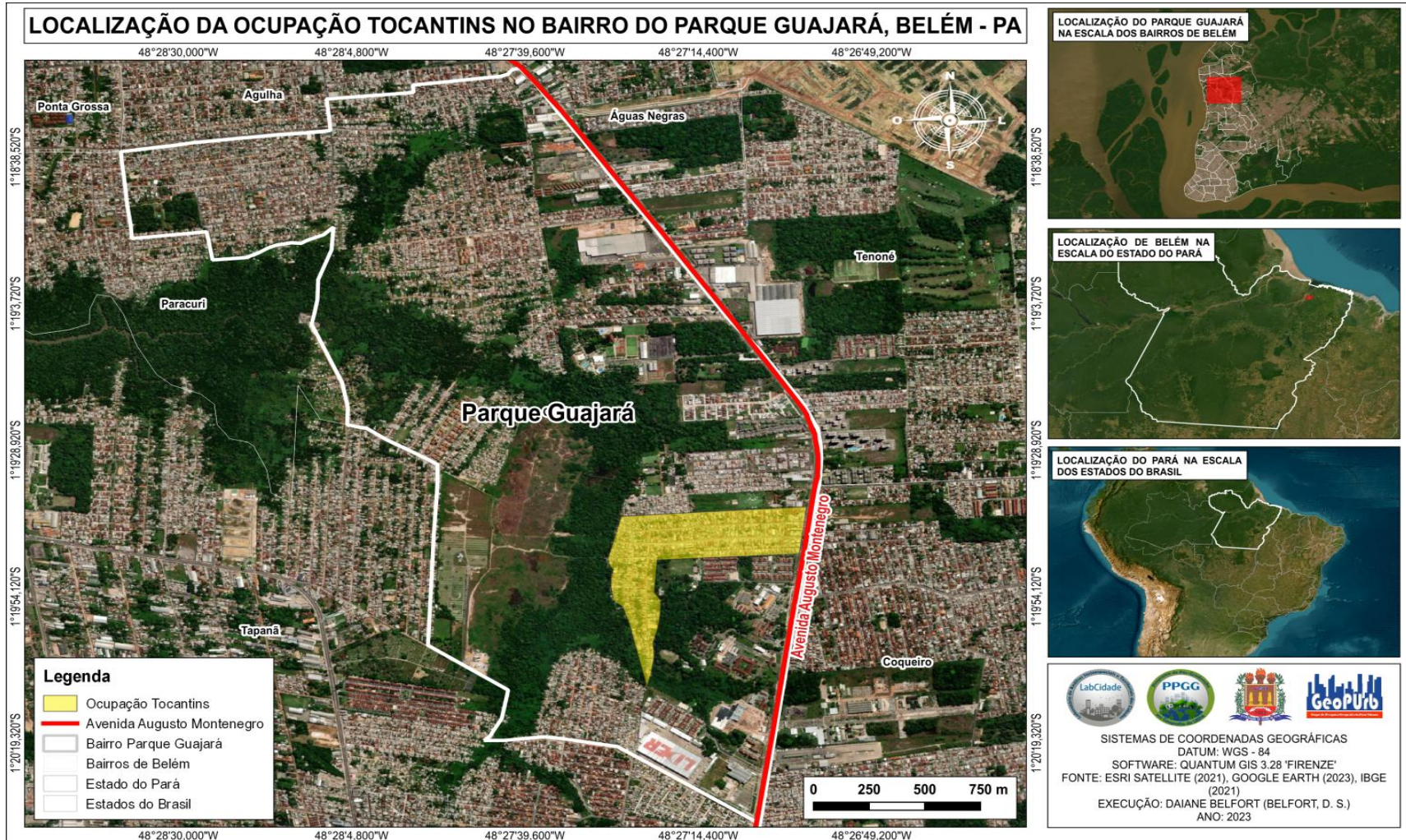
Neste capítulo, serão apresentadas as etapas e os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, com todas as suas fundamentações. Nesta seção, imprescindível para a dissertação, os subtópicos irão tratar sobre o lócus, objeto e sujeitos da pesquisa. Em seguida, o tipo e caracterização da pesquisa serão abordados, bem como as etapas, procedimentos, a forma de análise dos dados e a especificação do método eleito.

1.1 *Locus*, objeto e sujeitos da pesquisa

Os assentamentos urbanos designam um importante papel na construção socioespacial das cidades, dessa forma, analisar esses espaços precários de habitação é fundamental para que se compreenda as diversas características marcadas pelos processos de ocupação dessas áreas, bem como os agentes envolvidos nesses contextos.

O *locus* principal dessa pesquisa é a ocupação precária do Tocantins, localizada no quilômetro 09 da Avenida Augusto Montenegro, em Belém do Pará. A Ocupação Tocantins pertence ao bairro Parque Guajará, este fazendo parte do Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO), como se pode observar no mapa 1.

Mapa 1: Ocupação Tocantins. Localização. 2023



Fonte: Elaboração própria a partir de análise documental.

Com a intensificação da luta por moradia em Belém na década de 1990, e com a expansão urbana que a cidade estava enfrentando na época, a Avenida Augusto Montenegro se tornou palco de diversas ocupações de terras nesse período, portanto, a questão habitacional e as áreas de periferização estavam no auge das discussões sobre as políticas públicas de habitação em Belém e na região metropolitana, e nesse contexto, é importante considerar as inter relações existentes entre o Estado e a sociedade quanto a essas problemáticas urbanas.

A Ocupação Tocantins teve seus primeiros indícios de ocupação no dia 04 de setembro de 1994, quando um grupo formado por 22 pessoas advindas de diversas cidades, estados e de outras ocupações próximas decidiram ocupar o terreno na Avenida Augusto Montenegro que, até então, não se tinha conhecimento do proprietário.

Ocupar esses espaços urbanos requer muitos esforços e problemas, haja vista as dificuldades que são cotidianamente encontradas nas periferias, como a precariedade existente no sistema de saneamento básico, saúde, educação, segurança pública, lazer e moradia, tudo isso englobando todas as nuances envolvidas no habitar, especialmente nas metrópoles brasileiras. Dessa forma, com o passar dos anos, os grupos precariamente incluídos nesses espaços de precarização urbana precisam adotar medidas e estratégias de sobrevivência para conseguir se manter de forma minimamente saudável e digna.

Portanto, o objeto dessa pesquisa tem consistência nas estratégias de sobrevivência e de moradia que os moradores da ocupação urbana do Tocantins encontram para se manter nesse espaço durante quase três décadas, e o papel dessa ocupação enquanto condição que esses grupos têm de habitar na metrópole de Belém nesse contexto de periferização.

No quadro 1, elencou-se os principais sujeitos implicados nesta pesquisa, entendendo-os como primordiais na produção socioespacial da Ocupação Tocantins no Bairro Parque Guajará.

Quadro 1: Sujeitos implicados na pesquisa

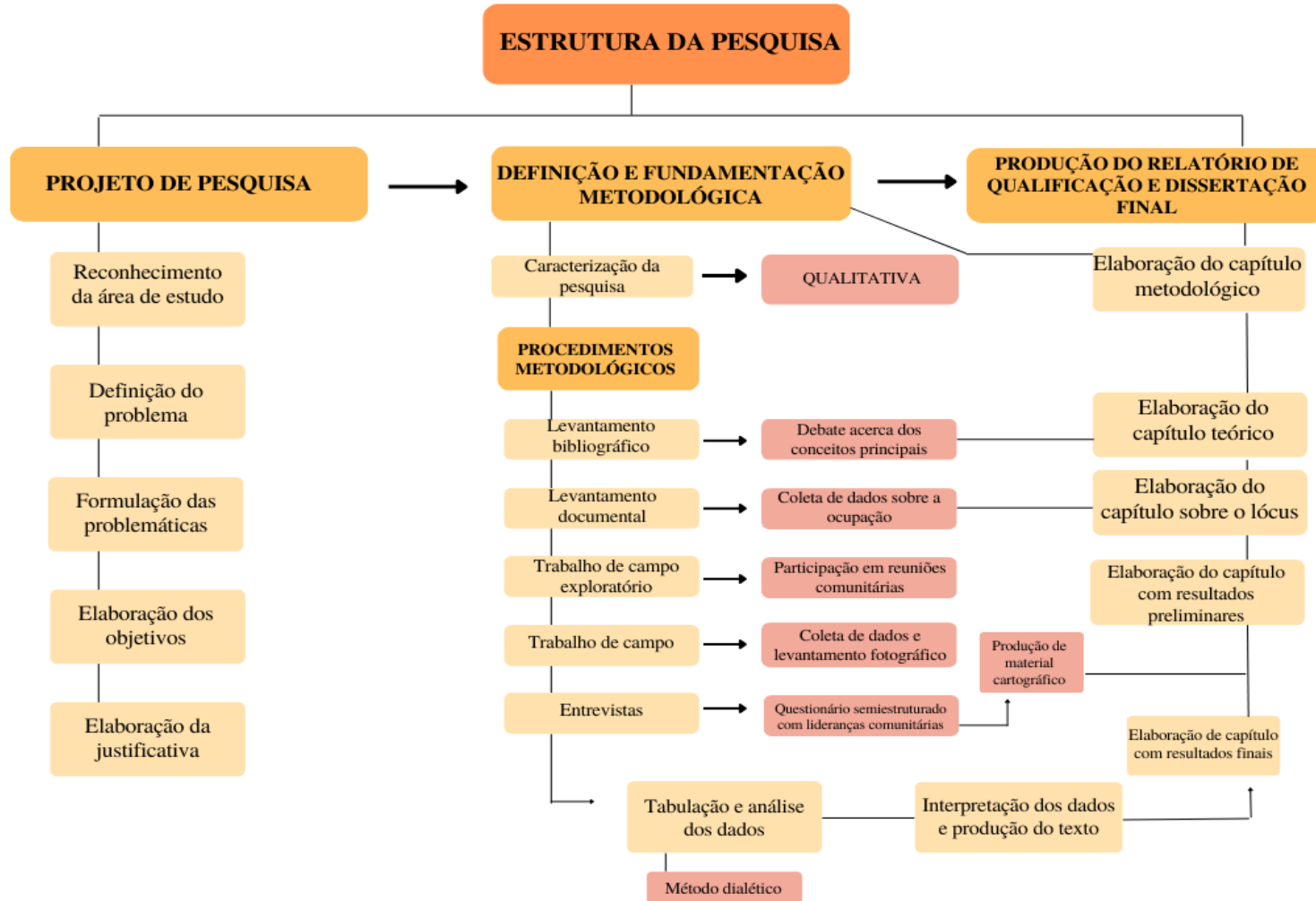
Sujeitos		Ações e práticas
1	Grupos precariamente incluídos	Atuam como principais sujeitos no processo de ocupação
2	Ex-lideranças da ocupação	Responsáveis pelos movimentos iniciais de ocupação
3	Lideranças comunitárias atuais	Representantes comunitários da ocupação na PMB
4	Estado	Atua como agente de regulamentação e controle das ações urbanas e no direito à moradia

Fonte: Pesquisa de campo / elaboração do autor, 2023.

Os sujeitos escolhidos para abordagem desta pesquisa são preeminente, os grupos sociais precariamente incluídos, ou seja, os moradores da ocupação precária do Tocantins, líderes comunitários, lideranças e ex-lideranças responsáveis pelo processo de ocupação e o Estado, aqui entendido também como os órgãos responsáveis pelas questões habitacionais do município e do estado.

A partir das concepções metodológicas adotadas, elaborou-se um fluxograma com a estrutura da dissertação, de forma a sintetizar as etapas que estão sendo seguidas no decorrer da pesquisa, desde a elaboração do projeto até a fase final da dissertação. Entende-se a importância dos aspectos metodológicos na construção da pesquisa científica, compreendendo esta como fundamental para todas as fundamentações que irão dar base para o trabalho. Posteriormente, todas essas etapas serão mais exploradas e caracterizadas a fim de fundamentar cada passo que está sendo seguido. Dessa forma, apresenta-se o fluxograma na figura 1, com a estrutura da pesquisa até a fase final da produção da dissertação:

Figura 1: Fluxograma da metodologia da dissertação, 2022.



Fonte: Elaboração do autor, 2023.

1.2 Tipo e caracterização da pesquisa

A pesquisa científica se caracteriza por adotar procedimentos específicos durante a realização do estudo, sendo de extrema importância para estabelecer as etapas que serão seguidas para chegar a uma conclusão a respeito das hipóteses. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 43),

A pesquisa científica é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação. Sua finalidade é descobrir respostas para questões mediante a aplicação do método científico. A pesquisa sempre parte de um problema, de uma interrogação, uma situação para a qual o repertório de conhecimento disponível não gera resposta adequada. Para solucionar esse problema, são levantadas hipóteses que podem ser confirmadas ou refutadas pela pesquisa. Portanto, toda pesquisa se baseia em uma teoria que serve como ponto de partida para a investigação.

Durante a realização da pesquisa, as hipóteses que são levantadas passam por uma análise crítica, a partir de instrumentais teóricos, observação exploratória de campo e outros elementos constituintes da investigação, e caminham por um olhar da percepção da realidade. Portanto, a pesquisa científica é a forma hegemônica da construção da realidade (MINAYO, 2002). Um dos procedimentos adotados na pesquisa científica é o instrumental metodológico, que vai nortear a pesquisa em seus mais diversos aspectos, bem como vai se tornar a base e se aliar com as problemáticas e com os objetivos a serem alcançados. A seleção do instrumental metodológico, para Marconi e Lakatos (2010, p. 147) está

[...] diretamente relacionada com o problema a ser estudado; a escolha dependerá de vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana e outros elementos que possam surgir no campo da investigação. Tanto métodos quanto técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e que se queira confirmar, ao tipo de informantes com que se vai entrar em contato.

Apesar de a pesquisa possuir, em sua maioria, um cunho qualitativo, serão realizados também alguns levantamentos de dados quantitativos como dados censitários e dados ligados à segurança pública, saúde, lazer, educação, saneamento básico e moradia na ocupação do Tocantins, para que se compreenda o quadro geral de informações relacionadas aos processos de ocupação dessa área. Entretanto, esses dados quantitativos surgem apenas

como “dados de contexto” para evidenciar as problemáticas e como forma de análise dos dados coletados em campo com as entrevistas.

Segundo Triviños (1987, p. 129),

A pesquisa qualitativa de tipo histórico-estrutural, dialética parte também da descrição que intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência. Busca, porém, as causas da existência dele procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana.

A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2002), corresponde a questões muito particulares, e nas ciências sociais, ela aborda diversas variáveis que vão além de uma quantificação, sendo mais explorada pelas outras questões que envolvem o campo do conhecimento científico em seus mais diversos fenômenos e processos. Para a autora, sujeito e objeto não podem ser dissociados, e o pesquisador precisa estar alinhado com suas respectivas

De acordo com Silva; Oliveira e Brito (2021, p. 53)

Para a efetivação de uma pesquisa científica qualitativa, é importante que o pesquisador domine seu objeto de estudo, conheça os vínculos desse objeto, identifique o contexto, os sujeitos envolvidos, e principalmente tenha clareza do objetivo pretendido e opte por uma metodologia apropriada para que o fenômeno em investigação seja plenamente compreendido.

As análises que serão feitas da ocupação precária são necessárias para compreender os variados contextos e processos que os assentamentos precários possuem no Brasil. Analisar essas estruturas significa compreender de forma completa as várias características que a ocupação vai apresentar, desde seu contexto inicial de ocupação, até os dias atuais. A forma inicial de ocupação, o tipo de moradia, o acesso à moradia, o traçado urbano e a infraestrutura são características que melhor irão definir o tipo de assentamento que se deseja analisar, bem como identificar os processos socioespaciais existentes em seu papel enquanto condição de moradia dos grupos precariamente incluídos.

1.3 Etapas e procedimentos da pesquisa

Para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada nesta pesquisa, serão utilizados conceitos de outros autores para a construção de uma análise científica sobre o objeto de estudo. Será realizada uma fundamentação teórica a respeito dos conceitos de produção do espaço

urbano e seus agentes (nos contextos do Brasil e de Belém), assentamentos precários, processos socioespaciais e grupos precariamente incluídos, metropolização e cidades, ajuste espacial, bem como leituras que revelem o contexto local.

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 53), a pesquisa bibliográfica pode ser elaborada a partir de outras produções acadêmicas já realizadas anteriormente, como livros, artigos, monografias, dissertações, teses e outras produções científicas. Dessa forma, é importante reunir um arcabouço teórico bem contextualizado, verídico, que irão dar fundamento às propostas e conceituações que estão sendo debatidas, dando sustentação às afirmações que estão sendo desenvolvidas na produção da pesquisa. Dessa forma, elaborou-se um quadro com os principais levantamentos teóricos utilizados de acordo com a temática pretendida.

➤ **Levantamento teórico:**

continua

Quadro 2: Principais conceitos, autores e obras utilizadas

Temática/conceito	Autores	Obra/ano
Produção do espaço urbano e seus agentes	Capel, H.	Agentes Y estrategias en la Producción del espacio urbano español (1974)
	FELACIO, Rafael Matos.	A produção do espaço: segregação e diferenciação socioespacial na cidade de Criciúma-SC. (2013)
	Carlos, A. F. A.; Marcelo, L, S.; Sposito, M. E. B.	A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios (2011)
	Corrêa, R. L.	O espaço urbano (1989)
	SILVA, José Borzacchiello da.	Diferenciação Socioespacial. (2007)
A produção capitalista do espaço urbano; precarização da vida urbana	MARICATO, Ermínia.	Urbanismo na periferia do mundo globalizado. (2000)
	SANTOS, Milton.	O Espaço do Cidadão. (2007)
	HARVEY, David.	A produção capitalista do espaço. (2005)

Temática/conceito	Autores	Obra/ano
	SANTOS, Milton.	Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico científico informacional. (2008)
A cidade: agentes e processos	Carlos, A. F. A.;	Diferenciação Socioespacial. (2007)
	MARICATO, Ermínia.	Habitação e cidade. (1997)
	RODRIGUES, Arlete Moysés.	Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. (2007)
Assentamentos precários e grupos sociais precariamente incluídos	MARTINS, José de Souza.	Exclusão social e a nova desigualdade. (1997)
	CARDOSO, Adauto Lúcio.	Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. (2016)
	PINHEIRO, Andréa de Cássia Lopes et al	Assentamentos precários na região metropolitana de Belém: baixadas e ocupações. (2016)
O espaço urbano de Belém	GEMAQUE SOUZA, C. B.	Identidades e Conflitos nas Ocupações Urbanas da Amazônia. (2010)
	MENDES, L. A. S.	Espaços elitizados de Moradia e Consumo: a reestruturação urbana da Avenida Augusto Montenegro no quadro das centralidades da Região Metropolitana de Belém. (2014)
	TRINDADE JR, S-C.	Assentamentos urbanos e reestruturação metropolitana: o caso de Belém. (2006)
	SANTOS, Gizele Cristina Carvalho dos. DIAS, Maurício Leal.	Lutas sociais pelo direito à cidade em Belém. (2017)

Fonte: Elaboração do autor, 2023.

Vale ressaltar que as leituras irão se desenvolver, e mais autores serão citados, de acordo com o próprio desenvolvimento da pesquisa. Posteriormente, será feito o levantamento sobre a existência de documentos oficiais da Ocupação Tocantins nos órgãos administrativos de Belém, centro comunitário, lideranças e ex lideranças da ocupação, com o objetivo de identificar ofícios, cartas, documentos legais e até antigas fotografias que evidenciam o processo inicial de ocupação e comprove alguma característica colocada.

➤ **Levantamento documental**

Conjuntamente ao referencial teórico, será realizado o levantamento documental, com o intuito de reunir as informações necessárias acerca da Ocupação Tocantins e os dados censitários do Bairro Parque Guajará. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 55), “a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Analisar essas documentações implica numa profunda observação das fontes, do que está sendo veiculado, a forma como isso será tratado na pesquisa e a contribuição dessas análises para o andamento da produção da pesquisa. Assim sendo, elaborou-se um quadro com os principais levantamentos documentais de acordo com a fonte onde as documentações serão obtidas.

Quadro 3: Dados documentais utilizados de acordo com as fontes

Tipo de documento	Fonte
Ofícios encaminhados aos órgãos municipais	Associação de moradores/lideranças e ex lideranças comunitárias
Documentação de titulação de posse de terra	
Processos judiciais envolvendo a ocupação do Tocantins	
Dados censitários da ocupação Tocantins e Bairro Parque Guajará	IBGE/CODEM

Fonte: Elaboração do autor, 2022.

Os dados empíricos serão obtidos a partir de observação direta e participativa em trabalho de campo, e participação nas reuniões comunitárias que são realizadas na Ocupação Tocantins quando há alguma problemática a ser discutida com os moradores.

Segundo Alentejano e Rocha-Leão (2006, p. 57)

Fazer trabalho de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos. Neste sentido, trabalho de campo não pode ser mero exercício de observação da paisagem, mas partir desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico, num processo mediado pelos conceitos geográficos.

O trabalho de campo deve estar diretamente associado aos referenciais teóricos que estão sendo abordados na pesquisa. Também deve seguir uma estrutura pré determinada para não ser realizado sem planejamento, pois a ida ao campo é fundamental para explorar a realidade dos sujeitos e analisar o objeto de forma mais precisa. Para Lacoste (1985, p. 20),

O trabalho de campo para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas.

Dessa forma, foram realizados cerca de cinco trabalhos de campo na ocupação precária do Tocantins. Os trabalhos de campo possuem uma importância significativa na análise dos dados, assim como para obter as informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa. O trabalho de campo possui papel fundamental na investigação geográfica, pois segundo Suertegaray (2002, p. 110),

[...] faz parte de um processo de investigação que permite a inserção do geógrafo pesquisador na sociedade, reconstruindo o sujeito e, por consequência, a prática social, permitindo o aprendizado de uma realidade, à medida que oportuniza a vivência em local do que deseja estudar. Também possibilita um maior domínio da instrumentalização na possibilidade de construção do conhecimento.

Sendo assim, o trabalho exploratório de campo é essencial para que o pesquisador tenha um contato mais direto com os sujeitos envolvidos nas pesquisas, e possa fundamentar melhor suas teorias vivenciando na prática alguns elementos e estando mais próximo do lócus investigado e podendo observar de forma mais abrangente seu objeto. O trabalho de campo para a ciência tem um papel enriquecedor no âmbito analítico, para a Geografia, é um procedimento metodológico bastante utilizado nas investigações científicas e requer diversos cuidados e maneiras de se fazer.

Uma das etapas realizadas em campo é a entrevista com os sujeitos/agentes das pesquisas. Com isso, tem-se um melhor aprofundamento das análises realizadas e contribui para estreitar a relação entre o sujeito investigado e o investigador, de forma a contribuir para o quadro de informações que são disponibilizadas em campo. Gil (2008, p. 109) conceitua a entrevista como:

[...] a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A

entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Portanto, nessa fase de trabalho de campo na ocupação, foram realizados os seguintes procedimentos:

- Levantamento documental, buscando documentos oficiais das ocupações do Tocantins com as lideranças e ex lideranças comunitárias;
- Realização de trabalho de campo exploratório para identificação dos grupos sociais precariamente incluídos;
- Realização de trabalho de campo para aplicação de instrumentos de coleta de dados, como:
 - a) entrevista semiestruturada com os moradores mais antigos da ocupação Tocantins;
 - b) entrevista semiestruturada com a liderança e ex lideranças comunitárias, com o objetivo de reconhecer e analisar o processo de ocupação dessa área e investigar as lutas e processos de resistência encontradas durante o processo de ocupação e nos dias atuais, aliando as entrevistas aos conceitos geográficos;
 - c) entrevista semiestruturada com os moradores em geral da Ocupação Tocantins, que se dará de forma presencial em que eu irei até a residência da pessoa, com um pré agendamento de dia e horário para a realização da entrevista;
 - d) entrevista estruturada (questionário fechado) com os moradores em geral da Ocupação Tocantins, que se dará de forma online. Dessa forma, durante o desenvolvimento da pesquisa, foi aplicado um tipo de *software* através do *Google Forms* em que o link foi enviado aos moradores da Ocupação Tocantins, através de aplicativo de mensagem instantânea. A proposta do formulário online visa garantir a participação dos moradores que estejam mais ligados às problemáticas das ocupações, pois existem grupos de mensagens em que os moradores marcam as reuniões comunitárias, mantêm contato entre si e tentam resolver as demais solicitações que surgem nas ocupações. Dessa forma, o link com as perguntas do formulário foi enviado

para esses grupos de moradores e também individualmente para os contatos que forem disponibilizados nas entrevistas de campo.

e) entrevista semiestruturada com os responsáveis pela escola Ayrton Senna, UBS Parque Guajará e liderança comunitária atuante na câmara dos vereadores de Belém.

- Levantamento fotográfico das áreas da ocupação Tocantins, para que as realidades apresentadas possam ser mais observadas e melhor conceituadas;

No total, foram realizadas 26 entrevistas (presencial e online). Todas essas entrevistas acompanharam um termo de consentimento do entrevistado para a autorização da gravação de voz e do uso das informações preenchidas no formulário para o desenvolvimento da pesquisa, de forma a garantir melhores a regulação e condução ética da pesquisa. Por se tratar de uma pesquisa continuada a partir de Trabalho de Conclusão de Curso em 2020, serão utilizadas algumas entrevistas com as ex-lideranças que foram realizadas durante esse período, devido à indisponibilidade de refazer as entrevistas por questões de saúde das ex-lideranças e por alguns óbitos causados pela pandemia.

1.4 Forma de análise dos dados e método da pesquisa

A escolha de um método na pesquisa é fundamental para nortear todas as etapas que irão se desenvolver durante a produção científica, desse modo, o método é um conjunto de procedimentos adotados com o propósito de atingir o objetivo final e responder às problemáticas e hipóteses levantadas durante a pesquisa. Segundo Gil (2008, p. 8), “pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Portanto, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 26),

Esses métodos esclarecem os procedimentos lógicos que deverão ser seguidos no processo de investigação científica dos fatos da natureza e da sociedade. São, pois, métodos desenvolvidos a partir de elevado grau de abstração, que possibilitam ao pesquisador decidir acerca do alcance de sua investigação, das regras de explicação dos fatos e da validade de suas generalizações.

Para se chegar a uma resposta da pesquisa, adotou-se como método de análise o materialismo histórico e dialético, partindo do princípio de que o método ajuda a revelar as contradições existentes na sociedade e no espaço geográfico. Segundo os escritos de Pereira de Moraes (2021, p. 2),

[...] a característica principal do materialismo histórico e dialético é a articulação entre três pilares fundamentais: o método dialético, que lhe permitiu compreender o movimento contraditório da realidade e de suas múltiplas determinações; a teoria do valor-trabalho que lhe permitiu, na aplicação do método, compreender historicamente o funcionamento da sociedade capitalista e suas especificidades, e a perspectiva da revolução, que surgiu de forma mais evidente após as revoltas de 1848/49, em vários países europeus, momento em que a classe operária vislumbrou sua independência. Cada um desses pilares sustenta-se nos outros.

Entretanto, devido à diversidade de métodos existentes, outros autores também trouxeram suas conceituações e propostas de mudanças nesse cenário, que culminaram num conjunto de técnicas e elementos de classificação dos métodos, sendo um desses autores o Karl Popper no século XX, que vai até contrapor alguns elementos defendidos por autores no século XVI-XVII, orientando que o indutivismo seja substituído por um modelo hipotético-dedutivo, além de ressaltar que aquilo que deve ser testado não é a possibilidade de verificação, mas sim a de refutação de uma hipótese.

Dessa forma é que se propõe, com Marconi e Lakatos (2003, p. 101), as leis da dialética, pois segundo as autoras

[...] para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está "acabada", encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro.

Por outro lado, as coisas não existem isoladas, destacadas uma das outras e independentes, mas como um todo unido, coerente. Tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente.

Nesse tipo de método, normalmente empregado na pesquisa qualitativa, o direcionamento se dá de maneira em que o pesquisador precisa estudar o fenômeno investigado em todos os seus aspectos, haja vista que na natureza tudo se transforma, se relaciona e está em constante movimento. De acordo com Gil (2008, p. 14),

[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.

Após a análise dos documentos oficiais da ocupação obtidos em campo, da coleta dos dados das entrevistas presencialmente e online, e da realização das primeiras etapas da pesquisa, será realizado o tratamento dos dados coletados, que irão ocorrer a partir dos seguintes procedimentos:

- I. **Transcrições das entrevistas:** Após a coleta de dados nas entrevistas de campo, as gravações de voz serão salvas e arquivadas no computador, e posteriormente as entrevistas serão transcritas para serem utilizadas como citações, de forma pontual, evidenciando de forma mais eficaz todas as informações que forem coletadas durante as entrevistas com os moradores
- II. **Sistematização dos dados:** A partir das transcrições das entrevistas, dos dados observados no campo exploratório, e dos dados coletados através do *Google Forms*, serão elaborados quadros e gráficos com as informações sobre:
 - a) Antigo local de domicílio dos moradores da ocupação Tocantins;
 - b) Migrações ocorridas na década de 90 para as ocupações do Tocantins;
 - c) Principais variáveis para caracterização de assentamentos precários;
 - d) Agrupamento dos indicadores para formar as categorias de análise para a identificação das precariedades: saneamento básico, segurança pública, lazer, educação, saúde e moradia.
- III. **Produção cartográfica:** Depois da análise exploratória em campo e para melhor evidenciar o lócus da pesquisa, será elaborado um mapa de localização da Ocupação Tocantins, deixando também em evidência o bairro Parque Guajará. Posteriormente, será produzido um mapa de localização evidenciando uma hipótese que está sendo levantada nesta pesquisa: a existência da divisão geográfica da ocupação - a “Velha” e a “Nova” Tocantins -, produzida através da dinâmica de urbanização da Avenida Augusto Montenegro que impulsionou os processos socioespaciais existentes na Ocupação Tocantins, revelando as desigualdades espaciais nas áreas mais afastadas da avenida.

CAPÍTULO 2: A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO E A PRECARIZAÇÃO DA VIDA URBANA

Neste capítulo, será feito o contexto histórico da urbanização brasileira, bem como as análises acerca do espaço urbano e em como se dá sua produção nas cidades. Os tópicos presentes neste capítulo dão suporte para compreender as implicações e contradições existentes na dinâmica de formação do espaço urbano brasileiro. A partir da análise dos sujeitos que estão relacionados com a produção do espaço urbano, faz-se necessário compreender, no último tópico, de que forma esses agentes estão presentes no cotidiano das cidades, seja de forma excludente ou através de formas precárias de inclusão, bem como compreender como se deu a crise de moradia no Brasil, o surgimento de Assentamentos Precários e suas implicações no contexto intra-urbano.

2.1 Espaço Urbano; Produção do Espaço e Capitalismo

O espaço urbano, bem como sua produção através de seus agentes, possui diversas estratégias e dinamismos que são formados pela combinação de vários sistemas. Segundo Capel (1974, p. 19, tradução nossa)

A produção do espaço urbano é resultado das práticas de agentes que atuam dentro do marco do sistema capitalista utilizando os mecanismos legais a sua disposição e realizando sua atuação à margem desses mecanismos e obtendo posteriormente a sanção legal correspondente.²

Segundo Carlos (2011, p. 53), “a sociedade se apropria do mundo enquanto apropriação do espaço” [...]. Nesse contexto, a reprodução continuada do espaço se realiza como aspecto fundamental da reprodução ininterrupta da vida, revelando uma prática espacial que é e se realiza espacialmente, o que implica pensar na relação dialética sociedade/espaço (um se realizando no outro e através do outro) e as mediações entre eles. Esse caminho indica a iminência da produção do espaço no processo de constituição da sociedade.

² Texto original: La producción del espacio urbano es resultado de las prácticas de unos agentes que actúan dentro del marco del sistema capitalista utilizando los mecanismos legales a su disposición o realizando su actuación al margen de estos mecanismos y obteniendo posteriormente la sanción legal correspondiente. (CAPEL, 1974, p. 19).

Partindo de um pressuposto marxista³, como bem denota Carlos (2011, p. 55), a noção de produção do espaço [...] “refere-se ao próprio processo constitutivo do humano (enquanto ser genérico) e tem um caráter histórico, pois desde o surgimento da humanidade, o homem produz o espaço”. A partir de uma visão lefebvriana,⁴ a produção do espaço se realiza como condição da reprodução da vida social.

Se o espaço é condição da realização do processo produtivo, unindo os atos de distribuição, troca e consumo de mercadorias, ele se produz como materialidade - como, por exemplo, infraestrutura viária, rede de água, luz e esgoto etc. Todavia, o espaço guarda o sentido do dinamismo das necessidades e dos desejos que marcam a reprodução da sociedade em seu sentido mais amplo, a realização da vida para além de sua sobrevivência. (CARLOS, 2011. p. 56).

Os sujeitos sociais que, segundo Carlos (2011, p. 64), têm suas necessidades e desejos vinculados à realização da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação.

O espaço urbano, segundo Corrêa (1989), é constituído por diferentes usos da terra, que vão definir atividades como comércio, serviços e gestão, incluindo também o uso residencial. Essas características constituem a organização espacial e o espaço urbano. Esse espaço pode ser fragmentado, e também articulado, visto que suas partes se somam em um conjunto de relações interligadas. Essas articulações se dão através dos fluxos de veículos, pessoas, capitais, informações, mercadorias e serviços, mas essa articulação, ao mesmo tempo cria espaços fragmentados, principalmente os de uso residencial.

Segundo Corrêa (2011), a produção do espaço urbano é decorrente da ação de agentes sociais concretos, com papéis não rigidamente definidos,

³ Karl Marx viveu entre os anos de 1818 e 1883, século XIX. Foi um filósofo, economista, historiador, sociólogo, teórico político, jornalista, e revolucionário socialista alemão. Nascido em Tréveris, Prússia, Marx estudou direito e filosofia nas universidades de Bona e Berlim. Utilizando o materialismo dialético, Marx explica o modo como as sociedades humanas se desenvolvem. Afirmava que as mudanças sociais ocorrem de acordo com as forças dinâmicas internas da sociedade que, em consequência, são o resultado das relações de produção da sociedade. *Fonte:* DONÁRIO, Arlindo Alegre; SANTOS, Ricardo Borges dos. **A teoria de Karl Marx**. Universidade Autónoma de Lisboa, 2016.

⁴ Henri Lefebvre foi um filósofo marxista e sociólogo francês. Estudou filosofia na Universidade de Paris, onde se graduou em 1920. Viveu entre os anos de 1901 e 1991. Para Lefebvre, o direito à cidade é um conceito que expressa o questionamento à subordinação da sociedade urbana ao valor de troca e da vida cotidiana à sociedade burocrática de consumo dirigido. *Fonte:* BRANDT, Daniele Batista. **O direito à cidade em Henri Lefebvre e David Harvey: da utopia urbana experimental à gestão democrática das cidades**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2018.

portadores de interesses, contradições e práticas espaciais que ora são próprios de cada um, ora são comuns, ou seja, os agentes sociais (por mais diferentes que sejam) podem possuir interesses diferentes ou comuns a eles, possuindo estratégias e práticas espaciais que podem ser semelhantes ou distintas, dependendo do interesse final de cada um na luta pelo espaço.

Esses processos espaciais irão contribuir para o crescimento das cidades, para o avanço do urbano, da mesma forma que esse crescimento, combinado a diversos fatores sociais, políticos e econômicos irão determinar e influenciar os processos espaciais no Brasil, haja vista que algumas cidades conseguem produzir seu espaço urbano de maneira acelerada, quando comparada com outras. A cidade e o urbano precisam estar correlacionados em uma lógica de espaço-tempo, pois a temporalidade de uma cidade, bem como de sua produção do urbano, está diretamente ligada aos processos que nela se constituem.

Dessa forma, não se pode negar a existência de um passado da cidade que pode nos revelar as atuais formas construídas nela com o passar dos anos. Os conteúdos, as formas e os processos dão sentido ao espaço que se foi construído, em um conjunto indissociável de “sistemas de objetos” e “sistemas de ações” que se consolidam com mais força nas grandes cidades, como aponta Santos (2008, p. 40),

O espaço é, em todos os tempos, o resultado do casamento indissolúvel entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Hoje, graças às técnicas, que realizam através da matéria a união do espaço e do tempo, tanto esses objetos são artificiais ou, em todo caso, plenamente históricos, quanto as ações tendem a ser artificialmente instrumentalizadas. E o que atualmente há de específico na relação Espaço-Tempo na Metrópole é justamente isso: não são apenas as ações, como temporalizações práticas, que são Tempo; os objetos, como espacializações práticas, restos de passadas temporalizações, também contêm tempo.

São esses sistemas que vão também dar sentido ao espaço, e sua produção vai se consolidar através dessa combinação. A cidade possui diversos movimentos, processos e tempos em que seu espaço irá se difundir, nos mais amplos sentidos que a palavra “espaço” consegue abarcar. Definir esses conceitos de espaço e de cidade é fundamental para a ciência geográfica e para outras ciências, mas deve ser realizado de forma cautelosa e com muita atenção, pois “a cidade é um objeto muito complexo, e por isso, muito difícil de se definir”, como afirma Souza (2005).

É de fundamental importância entender a cidade não de forma isolada, mas a partir de contextos sociais que irão também moldar a forma como a cidade se reproduz, ou seja, entender a cidade como um produto da sociedade, como resultado das relações sociais que se dão no espaço. Segundo Maricato (1997, p. 42):

[...] A cidade é objeto e também agente ativo das relações sociais. A dominação social se dá também através do espaço urbano, em especial a dominação ideológica, aquela que se oculta ao olhar de dominado. O poder político é exercido, em parte, por intermédio do espaço urbano, assim como a exploração econômica [...]. Os espaços urbanos ou o ambiente construído, de um modo geral, não constituem meros cenários para a sociedade, mas são parte dela.

Portanto, para definir o que é espaço, como se dá sua produção, e como isso impacta sobre as cidades e o meio urbano, é necessário compreender as diversas formas em que esse espaço irá se apresentar, pois existem vários dinamismos, técnicas, sistemas e processos que participam diretamente e se interligam na produção do espaço urbano nas cidades.

Neste sentido, evidenciam-se as propostas de Harvey (2005), em que ele analisa a produção do espaço de forma capitalista, entendendo que o capital imobiliário está entre os que mais exploram a cidade para se apropriar da renda e como aqueles que mais obtêm lucro com a produção do espaço. Nessa perspectiva, compreendem-se as duas lógicas de analisar a cidade: como valor de uso e como valor de troca.

Segundo Maricato (1997, p. 44),

Fazendo um raciocínio muito esquemático, de um lado estão os usuários da cidade, os trabalhadores, aqueles que querem da cidade condições para tocar a vida: moradia, transporte, lazer, vida comunitária, etc. Esses vêem a cidade como valor de uso. Do outro lado estão aqueles para quem a cidade é fonte de lucro, mercadoria, objeto de extração de ganhos. Esses encaram a cidade como valor de troca. A luta que se trava na cidade pela apropriação da renda imobiliária é a própria expressão da luta de classes em torno do espaço construído.

Portanto, os agentes responsáveis e interessados pela produção do espaço urbano nas cidades irão possuir interesses que podem ser voltados somente para a obtenção de lucros, e não para realmente solucionar as problemáticas habitacionais existentes, dessa forma, a habitação tornou-se uma mercadoria capaz de gerar muitos lucros aos grandes grupos imobiliários, tendo também o Estado como um agente que ocasionalmente pode intervir nesse processo, seja favorecendo ou prejudicando determinados grupos,

dependendo da correlação de interesses que estarão em disposição, ocasionando um desenvolvimento geográfico desigual nas cidades.

Dessa forma, propõe Souza (2016, p. 51),

A análise do espaço como mercadoria permite o desdobramento a partir do seu valor de uso e um valor de troca. O valor de uso está diretamente associado às práticas sociais da cidade, o seu sentido político, como espaço de encontro e reprodução social. Ao mesmo tempo o valor de troca é o produto da propriedade privada, que no contexto metropolitano se reflete na disputa pelo uso dos lugares, pela localização, o que gera disputa entre as classes sociais pelo uso do solo, conflito que resulta na reprodução espacial das desigualdades sociais.

Portanto, é partir desses ideais que o espaço urbano se reproduz nas cidades, tendo seus agentes voltados para a busca incessante da realização de seus interesses particulares e da garantia de seus direitos ou apenas para fortalecimento de suas ideologias. Portanto, é importante analisar quais são os impactos causados pela ação desses agentes na cidade e suas implicações para o contexto intraurbano e de produção das desigualdades socioespaciais presentes no cotidiano das cidades. Essas implicações serão analisadas no tópico a seguir, trazendo as análises dos agentes e os processos envolvidos nesse contexto de desenvolvimento desigual.

2.2 O desenvolvimento geográfico desigual e a cidade: agentes e processos

Até a segunda metade do século XX, o Brasil era predominantemente rural. Em 1960 a população brasileira era um pouco mais de 70 milhões de habitantes, e a partir dessa década a população urbana superou a população rural, e hoje, esse quantitativo é bem mais expressivo. Essa superação da população urbana acarretou em uma intensa aceleração do crescimento das cidades, ocasionando desigualdades socioespaciais ao longo do território brasileiro pela falta de acesso à moradia. De acordo com Caiado e Santos (2003, p. 119)

As diferenças na caracterização das áreas urbanas e rurais nos diversos países do mundo fazem com que não exista uma definição de população urbana aplicável a todos. As definições nacionais de população urbana são mais comumente baseadas no tamanho da localidade. A população rural está sendo definida por exclusão: aquela que não habita as áreas urbanas [...].

Todas essas transformações resultaram em diversos processos socioespaciais que marcam a realidade das cidades brasileiras. Corrêa (2007, p. 62) analisa a diferenciação espacial como resultado inevitável da ação humana, sendo necessária a ela e como parte integrante da ação humana e ao próprio processo de produção capitalista que, através de seu capital industrial e financeiro, pode refragmentar e articular a superfície terrestre de acordo com seus próprios interesses de expansão e controle do território. De acordo com Capel (1974, p. 28. Tradução nossa⁵) “o crescimento e a expansão da cidade tornaram-se um grande negócio”.

Segundo Carlos (2007, p. 47), a existência de uma sociedade de classes vai diferenciar os seus membros a partir do lugar que ocupam tanto na produção como na distribuição da riqueza gerada.

[...] como centro explicativo da diferenciação e essa imanente à produção espacial, tanto em seu sentido real e concreto (vivido, percebido praticamente, gerando segregações), quanto possível (a ideia de que a desigualdade vivida pode produzir a diferença como negatividade).

De acordo com Sposito (2011, p. 133), “a cidade e as redes urbanas seriam vistas de outro ponto de vista, porque a diferença possibilita o diálogo e a contradição como motor de transformações, enquanto a desigualdade, quando acentuada, pode ampliar o conflito, a indiferença, a segregação e a fragmentação”.

É importante analisar, em especial, o processo de diferenciação espacial que ocorre nas cidades contemporâneas, sobretudo a diferenciação das cidades localizadas na periferia do capitalismo, que segundo Santos (2018, p. 3), é de onde emanam os principais conflitos e lutas sociais de base territorial. Segundo o autor,

É no espaço das cidades, na escala do habitar, que as diferenças espaciais se apresentam de maneira mais clara, estando muito mais relacionadas aos conflitos pelas apropriações do espaço, revelando também as desigualdades sociais inerentes ao modo de produção capitalista. (SANTOS, 2018, p. 3).

O capitalismo mesmo cria as condições necessárias para sua reprodução dentro do espaço da cidade, pois este é muito importante para esse meio de produção porque pode ser representado como uma mercadoria,

⁵ Texto original: “El crecimiento y la expansión de la ciudad se ha convertido en un gran negocio”. (CAPEL, 1974, p. 28).

objetivando lucros e sendo consumido por diversas classes sociais. Santos (2018, p. 8) afirma que “a valorização capitalista do espaço é uma valorização da valorização”, pois o próprio capitalismo valoriza o espaço para também se valorizar e se reproduzir, estrategicamente, e de acordo com seus próprios interesses. Para Santos (2018, p. 8),

O espaço é ele mesmo uma mercadoria, cujo maior consumidor é o próprio capital em sua histórica produção de quantidades sempre maiores de riquezas. Há, porém, um “consumo improdutivo do espaço” levado a termo pela própria sociedade, apresentado por isso mesmo todas as contradições existentes nesse modo de produção.

As desigualdades espaciais surgem das próprias dinâmicas que o Estado cria em conjunto com o sistema capitalista, em que as áreas periféricas das cidades são vistas como extremamente ruins do ponto de vista do planejamento urbano. Esse planejamento é feito levando em consideração modos de vida em que nem todas as pessoas possuem as mesmas condições de acesso à moradia, devidamente expresso na desigualdade de renda entre moradores de uma cidade. De acordo com Felacio (2013, p. 68),

Neste sentido, toda dinâmica na produção capitalista do espaço de uma forma ou de outra são relações capitalistas de produção pautadas nas relações sociais e nas contradições de classes. Este processo contraditório e desigual é o paradigma capitalista de acumulação de riquezas, a contradição neste caso é premissa para acumulação de riquezas e também da reprodução das relações sociais de produção as quais se concretizam por meio de mecanismos econômicos, políticos e sociais no espaço e no tempo.

Enquanto isso, o Estado continua a promover condições de moradia às pessoas que possuem bons salários, reservando áreas centrais e estratégicas da cidade para ser moradia de pessoas com um poder aquisitivo mais elevado, e destinando áreas distantes para aqueles que possuem um poder aquisitivo inferior, como a construção de Conjuntos Habitacionais em áreas afastadas do centro e de certa forma distantes dos serviços e equipamentos urbanos de uso coletivo de uma cidade. Felacio (2013, p. 65) denota que “desse modo a segregação socioespacial e as desigualdades econômicas baseiam-se em uma apropriação do espaço que dá prioridade aos fatores econômicos, o que leva à luta de classes, desigualdades e segregação socioespacial”.

De acordo com Samson (1980), a atuação do Estado insere-se no contexto econômico, político e social de cada momento da dinâmica socioespacial da região em que se situa. Entre esses papéis, destacam-se:

- Estabelecer o marco jurídico (leis, regras, normas, posturas) de produção do espaço;
- Produzir as condições de produção para outros agentes sociais, como vias de tráfego, sistemas de energia, água e esgotamento sanitário, assim como o próprio espaço físico da cidade, por meio de obras de drenagem, desmonte e aterramento;
- Tornar-se promotor imobiliário, investindo na produção de imóveis residenciais em determinados locais do espaço intraurbano para determinados grupos sociais – esta ação tende, via de regra, a reforçar a diferenciação interna da cidade no que diz respeito à segregação residencial.

Dessa forma, analisa Capel (1974, p. 51. Tradução nossa),

O Estado é um agente que contribui decisivamente para a produção do espaço urbano e árbitro em conflitos e contradições decorrentes entre os diferentes agentes. Ao mesmo tempo, executa as ações necessárias para a regulamentação do sistema no caso da existência de uma pressão popular por meio de movimentos de protesto urbanos.⁶

Em contrapartida, o Estado se faz ausente nesses espaços segregados, de ocupação precária, e os grupos sociais das ocupações precisam reivindicar por melhores condições de infraestrutura próprias à habitação, como sistema de esgotamento, saneamento básico, água potável, energia elétrica, coleta de lixo e segurança pública, que acontece de forma desordenada e precária.

A lógica de ocupação de terras públicas ou privadas se dá, diversas vezes, como reação ao sistema capitalista de produção, que através dos promotores imobiliários como um dos agentes responsáveis pela produção do espaço, criam diversos segmentos sociais no interior das cidades, ocasionando o que Silva (2007) denomina de “vazios urbanos”, que são espaços vazios dentro da cidade localizados em espaços não utilizados pelo setor imobiliário, dando margem às ocupações. Segundo o autor, “segmentos sociais de baixo poder de compra, submetidos à lógica do mercado capitalista da terra,

⁶ Texto original: El Estado es a la vez agente que contribuye de forma decisiva a la producción del espacio urbano, y árbitro en los conflictos y contradicciones surgidos entre los diferentes agentes. Al mismo tiempo realiza las acciones necesarias para la regulación del sistema en el caso de la existencia de una presión popular a través de movimientos reivindicativos de carácter urbano. (CAPEL, 1974. p.51)

procuram, por forças circunstanciais, os vazios urbanos, onde a fraca presença do Estado favorece a ocupação”. (SILVA, 2007, p. 93).

Através da desigualdade de renda e do difícil acesso à terra, diversos outros agentes, como os grupos sociais precariamente incluídos, entram em ação, como uma forma de estabelecer condições que não são dadas pelo Estado, enquanto esse agente se faz omissos às decisões que são tomadas dentro do planejamento urbano e territorial da cidade, colocando os outros agentes como únicos causadores dos problemas relacionados à moradia, e como culpados por não existir a “cidade ideal”, como apresenta Rodrigues (2007, p. 75),

Na cidade ideal não haveria problemas de moradia, de transporte, de escolas, postos de saúde e hospitais, poluição, entre outros. Na cidade ideal, objeto e objetivo do planejamento de prancheta, espera-se que os trabalhadores “desapareçam” após a jornada de trabalho. No entanto, na cidade real, os trabalhadores não são invisíveis, os trabalhadores e os problemas não desaparecem, mas pelo contrário, são visíveis e para ignorar as causas são tidos como causadores dos problemas a que estão submetidos.

Portanto, o Estado se ausenta da responsabilidade que ele, como agente modelador do espaço urbano (CORRÊA, 1989), deveria assumir. A problemática de moradia no Brasil tem suas raízes ligadas à má distribuição de terras e renda, diretamente ligada ao Estado, que acaba se tornando omissos, principalmente quanto às favelas e ocupações distribuídas pelo território brasileiro. O papel do Estado nessas situações se dá até pela maneira como ele realiza as reformas urbanísticas nas cidades, pois a urbanização vai valorizar determinado espaço, e conseqüentemente o perfil dos moradores mudará.

Nas cidades brasileiras, especialmente nas metrópoles, a valorização da terra ocorre, na maioria das vezes, de maneira corriqueira. Dessa forma, as pessoas sempre irão esperar pela valorização do espaço, ao mesmo tempo que quanto mais a terra se valoriza e o espaço se urbaniza, mais as pessoas de baixo poder aquisitivo serão expulsas daquele lugar que se valorizou, pois as condições de vida serão mais caras, como observa Rodrigues (2007, p. 76),

Há que se destacar que quanto mais espaço urbano se produz mais elevado é o preço da terra urbanizada e mais evidente a expulsão dos trabalhadores para áreas menos “urbanizadas”. Quanto mais áreas nobres se expandem, englobando também as áreas produzidas pelos trabalhadores, maior é a renda, lucros e juros, apropriados por parcelas de classes.

Dessa forma, expande-se o interesse por parte dos setores imobiliários e coloca-se nesses espaços uma valorização que nem todos podem acompanhar, tendo então um desenvolvimento daquela área voltado para a reprodução do capital e que encontram, na cidade, seus mecanismos de reprodução. É nessa vertente econômica e de reprodução contínua do capital que a produção do espaço urbano também se realiza, conforme Schaeffer (2013, p. 42),

O processo de urbanização das cidades parece apontar para um denominador comum; ele encontra na expansão e no desenvolvimento da economia e na lógica do mercado os vetores de crescimento, seja ele relativo à densidade populacional ou à expansão urbana. É a partir do alargamento econômico que as cidades se expandem, se fortificam, crescem. Nessa perspectiva, o mercado influencia e se mantém como um indicador no processo de organização e do planejamento das cidades.

Nesses espaços valorizados das cidades, as presenças de assentamentos precários são vistas como contrárias à dita modernização do espaço, por serem de certa forma ilegais e por não respeitarem os padrões urbanísticos exigidos nos planos diretores de urbanização.

Uma estratégia do Estado para garantir sempre a modernização e embelezamento do espaço é a construção de conjuntos habitacionais para a camada populacional de menor poder aquisitivo que é suscetível a compor as ocupações. Segundo Rodrigues (2007, p. 77),

Os conjuntos habitacionais, edificados e financiados pelo Estado, “destinados à chamada população de baixa renda”, foram construídos em descontinuidade com o tecido urbano, em áreas sem infraestrutura e equipamentos de consumo coletivo. A organização dos moradores possibilitou a implantação de serviços urbanos necessários à reprodução da vida. Contraditoriamente, assim, os conjuntos construídos para trabalhadores, num mercado específico e financiados com recursos públicos, acentuam a desigualdade social e espacial. Num aparente paradoxo, quando os conjuntos habitacionais são inseridos no tecido urbano, o preço aumenta, expulsando os moradores que continuam aprisionados pelo financiamento em 25 anos. O mesmo processo de expulsão ocorre nas áreas ocupadas por favelas, loteamentos precários.

Os problemas de moradia no Brasil já chegaram a proporções que não são tão fáceis de resolver, pois as medidas solucionáveis deveriam ter sido tomadas há décadas, mas ainda existem outras soluções que o Estado (entendido aqui como os governos nas suas diversas esferas – Municipais, Estaduais e Federais) pode tomar para resolver um problema que cotidianamente é expresso no território brasileiro. Vale considerar também que

o próprio Estado cria condições e acaba “caindo” em suas próprias armadilhas para tentar solucionar esses casos, pois ao mesmo tempo em que ele pode ser a solução para os problemas, ele também é o causador.

O que se discute no país também é a forma como esse agente se ausenta de suas obrigações, não se atentando para problemáticas como o aumento populacional, em especial aos migrantes que chegam nas cidades e tornam-se trabalhadores, procurando por moradia em espaços de baixo valor. Quanto mais o Estado intervém nas problemáticas, mais ele cria outros ou até mesmo os mesmos problemas, ficando na maioria das vezes em situações contraditórias. Ainda conforme Rodrigues (2007, p. 78),

[...] a implantação de infra-estrutura, via de regra, aumenta o preço da terra, “valoriza” o lugar, expulsa os trabalhadores para áreas mais distantes e precárias, principalmente, os que estão fora da legalidade jurídica. A presença e ausência do Estado para a criação de condições de reprodução no urbano, são inerentemente contraditórias. A desigualdade socioespacial não é nova, acirra-se com o “sucesso do modo de produção de mercadorias”, com a precarização das relações de emprego no mundo do trabalho, com o avanço da tecnologia, com “imagens de cidade-mercadoria competitivas”, incorporadas no imaginário coletivo.

É a partir desse ideal de cidade como mercadoria que o preço da terra se eleva, e os trabalhadores, a classe de mais baixo poder aquisitivo sente dificuldade em viver o cotidiano da cidade e usufruir dos bens que são produzidos nela, principalmente os bens de uso coletivo como os equipamentos urbanos, até mesmo a luta pela construção de escolas, creches, posto de saúde, transporte coletivo e o direito de permanecer na terra ocupada. Devido à falta de acesso a esses equipamentos, os grupos sociais precariamente incluídos se mobilizam (processo que ocorre desde o século XX) para reivindicar seus direitos à própria cidade, pois muitas pessoas ainda residem em locais sem infraestrutura adequada à habitação, água encanada, energia elétrica e saneamento básico, com riscos à própria vida.

Isso ocorre porque todos possuem o direito de acompanhar e viver a cidade e todos os seus bens, mas nem todos conseguem ter acesso a eles, deixando uma parcela da população excluída ou parcialmente excluída da cidade, negando seu direito a ela, como o exemplo de uma pessoa de classe baixa que mora numa área periférica e que não frequenta um *shopping center* que se instalou naquela área e produziu outros bens econômicos, valorizando o

espaço e expulsando a população periférica de seu entorno e criando condições e moradia a uma outra classe mais “atrativa” aos olhos do mercado e do capital. Segundo Rodrigues (2007, p. 83):

O processo de organização e manifestação para garantir o direito de moradia, de permanência nas áreas ocupadas, à saúde, ao emprego, à educação, aos equipamentos coletivos, à infra-estrutura, constituem as bases fundamentais para desvendar formas de opressão, de segregação, de promessas nunca cumpridas pelo Estado e pelo capital.

Negar os direitos que são destinados à população mais pobre é um marco da história do Brasil, por isso o processo de reivindicação se tornou um ato que as várias gerações estão habituadas a fazer. É frequente vermos em alguma cidade a luta constante de moradores de bairros mais afastados do centro, ou bairros/conjuntos que necessitam de melhores infraestruturas e não recebem atenção dos governos e prefeituras, o fechamento de vias com ateamento de fogo em pneus para chamar atenção e cobrar melhorias nos bairros, seja asfalto, segurança pública ou transporte coletivo.

O protesto de moradores se tornou trivial em algumas cidades brasileiras, e é bastante repercutido pelas mídias locais, haja vista o transtorno que também é causado aos transeuntes da via fechada, mas bem entendido também como uma forma bem radical e rápida de alertar o Poder Público sobre os problemas existentes, entendido também como uma forma de resistência e sobrevivência, como aponta Rodrigues (2007, p. 87), “a luta pelo direito à cidade é uma luta pelo direito à vida”.

É fundamental contrapor a ideia de que o processo de urbanização é sinônimo de desenvolvimento para as cidades. Nem sempre esse processo é igualitário, às vezes acarreta em diversas problemáticas que devem ser entendidas, pois de acordo com Maricato (2000, p. 21),

A urbanização da sociedade brasileira tem constituído, sem dúvida, um caminho para a modernização, mas, ao mesmo tempo, vem contrariando aqueles que esperavam ver, nesse processo, a superação do Brasil arcaico, vinculado à hegemonia da economia agroexportadora. O processo de urbanização recria o atraso a partir de novas formas, como contraponto à dinâmica de modernização.

Neste sentido, recriam-se áreas geograficamente desiguais, marcadas pela precariedade, e áreas que recebem maiores investimentos na cidade, de acordo com a reprodução do capital e dos interesses dos agentes envolvidos. Portanto, é ideal reconhecer que a urbanização brasileira está ligada a esses

fatores de desigualdade e diversos processos socioespaciais ocasionados pela produção do espaço e do capital.

O forte processo de urbanização no Brasil intensificou problemáticas ligadas à falsa ideia da urbanização como sinônimo único de modernização e desenvolvimento nas cidades. O processo de urbanização brasileira acarreta também em diversos atrasos e consequências desafiadoras para o meio urbano. O Brasil, bem como os demais países da América Latina, apresentou grandes saltos quanto aos números ligados à sua população urbana, especialmente na segunda metade do século XX.

Segundo Maricato (2000, p. 21),

Em 1940 a população urbana era de 26,3% do total. Em 2000 ela era de 81,2%. Esse crescimento se mostra mais impressionante ainda se lembrarmos os números absolutos: em 1940 a população que residia nas cidades era de 18,8 milhões de habitantes, e em 2000 ela era de aproximadamente 138 milhões. Constatamos, portanto, que em 60 anos os assentamentos urbanos foram ampliados de forma a abrigar mais de 125 milhões de pessoas.

Sendo assim, todos esses habitantes tiveram que se estabelecer nas cidades e criar condições para a manutenção de suas vidas, com estratégias para reproduzir seus modos de vida e suas necessidades de trabalho, lazer, educação, saúde, água, energia e principalmente moradia. A partir disso, tem-se a construção de inúmeros processos realizados por esses grupos de habitantes para que suas necessidades fossem minimamente realizadas. Com isso, há o surgimento de variados problemas ligados à forma como o intenso processo de urbanização se deu no Brasil e de como a aceleração desse processo pode ser prejudicial quando não há um efetivo planejamento urbano das cidades.

Esse processo desencadeou as reformas urbanas que tiveram no Brasil no final do século XIX e início do século XX, em que se realizavam melhorias nas cidades, principalmente em áreas onde mais se apresentavam os problemas ligados à habitação, para que se reduzissem os transtornos causados pela urbanização desenfreada. De acordo com Maricato (2000, p. 22),

Eram feitas obras de saneamento básico e embelezamento paisagístico, implantavam-se as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista, ao mesmo tempo em que a população excluída desse processo era expulsa para os morros e as franjas da cidade. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São

Paulo e especialmente o Rio de Janeiro são cidades que passaram, nesse período, por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial.

O processo de urbanização no Brasil se deu com bases num regime colonialista e através de uma produção capitalista do espaço. Naturalmente, a configuração das grandes cidades brasileiras é excludente, tendo em vista que marginaliza um grupo social desfavorecido, enquanto em algumas periferias formam-se bairros dotados de luxo, os condomínios fechados, fruto da especulação imobiliária que também se intensifica durante esse processo.

As problemáticas habitacionais vão além do simples ato de morar, ou somente da quantidade de domicílios existentes em determinada área, mas está diretamente articulada com a qualidade de vida das pessoas e a análise da situação em que ela reside. A habitação urbana, de acordo com os escritos de Maricato (1997, p. 43), “deve estar conectada às redes de infraestrutura (água, esgoto, energia elétrica, drenagem pluvial, pavimentação) e ter apoio dos serviços urbanos (transporte coletivo, coleta de lixo, educação, saúde, abastecimento, etc.)”.

Santos (2007) traz o debate acerca da cidadania em relação ao processo de urbanização brasileira. Segundo o autor, desde o nascimento o indivíduo possui direitos e deveres. Entretanto, há uma controvérsia quando se trata do exercício desses direitos que são garantidos por lei, como o direito à moradia digna, saúde, educação, direito à justiça, à liberdade, entre outros. Todos esses elementos formam o conjunto necessário à efetivação da cidadania. Mas o que é ser cidadão no Brasil? Santos (2007, p. 19) então afirma:

O respeito ao indivíduo é a consagração da cidadania, pela qual uma lista de princípios gerais e abstratos se impõe como um corpo de direitos concretos individualizados. A cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância.

O exercício da cidadania no Brasil é contraditório, haja vista os diversos contextos históricos que acompanham esse processo. A história do Brasil se consolida através de um sistema colonial monopolista, tendo o Estado e os grandes grupos econômicos trabalhando juntos em detrimento da sociedade civil da época. Então para Santos, no Brasil se vive uma cidadania mutilada, uma falsa democracia, pois não basta os direitos existirem constitucionalmente,

é necessário que seja efetivo e integral, pois se essa cidadania não atinge todos, automaticamente ela deixa de ser cidadania. É com base nisso que se tem a formação do “não-cidadão” no Brasil, quando há a precarização na efetivação dos direitos que o torna cidadão.

Para ser cidadão, segundo Santos (2007), o Estado precisa assegurar ao ser humano condições indispensáveis para que estas sejam instrumentos de realização que o transforme num cidadão integral e, dessa forma, ele consiga através de uma individualidade exercer sua cidadania, ou seja, exercer sua liberdade. De acordo com o autor, para ser cidadão o indivíduo precisa ter uma garantia de vida decente, precisa ter uma proteção mínima contra a pobreza, isso forma as condições objetivas para a formação do cidadão. A partir daí se constrói um indivíduo forte, é o momento em que nascem os projetos, as mudanças sociais. É função do Estado e da democracia prover essas questões que são essenciais para a formação do desenvolvimento e a sustentação desse cidadão ao longo da vida.

2.3 A crise de moradia no Brasil e Assentamentos Precários

A intensificação do processo de urbanização brasileira, como discutido nos tópicos anteriores, acarretou no surgimento de áreas de periferização espalhadas pelo território do país. Esses espaços são, majoritariamente, carentes de infraestrutura, com moradias precárias e falta de acesso a bens e serviços básicos à sobrevivência humana. As precariedades presentes nesses espaços vão além do habitar, se revelam também nas condições (e na qualidade) de vida dos habitantes dos assentamentos precários.

A precarização da vida é um fator marcante no cotidiano de milhares de pessoas que vivem em situação de pobreza no Brasil, isso se revela pela carência de políticas públicas voltadas a essa população que há décadas sofre com a desigualdade e suas interfaces.

Com a crise de moradia que se estende no Brasil desde o final do século XIX, os grupos de baixa renda precisaram se estabelecer nas cidades da maneira como podiam, isso trouxe consequências devastadoras para as cidades, pois muitos problemas sociais e até ambientais se agravaram com a expansão desenfreada de seus espaços e o aumento populacional.

Portanto, a alternativa de moradia para as pessoas de baixa renda é a ocupação de terrenos periféricos de grandes cidades, onde o valor é baixo. Isso é provocado pelo baixo poder aquisitivo dessa população, conseqüentemente, não podem pagar um aluguel em um bairro estruturado e muito menos adquirir uma casa ou apartamento nele. Além disso, nas grandes cidades os imóveis têm alcançado valores extremamente elevados, distantes da realidade de grande parte da população, contribuindo também para a formação dos assentamentos precários no país.

A expressão “assentamentos precários” foi adotada pela Política Nacional de Habitação (PNH) para caracterizar o conjunto de assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda (BRASIL, 2010). Dessa forma, os assentamentos precários incluem cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas e assemelhados, além dos conjuntos habitacionais degradados.

Ainda conforme Brasil (2010), os assentamentos precários são porções do espaço urbano com dimensões e tipologias variadas, que têm em comum o fato de serem áreas predominantemente residenciais, habitadas por famílias de baixa renda; a precariedade das condições de moradia, caracterizadas por inúmeras carências e inadequações, tais como irregularidade fundiária, ausência de infraestrutura de saneamento ambiental, localização em áreas mal servidas por sistema de transporte e equipamentos sociais, terrenos alagadiços e sujeitos a riscos geotécnicos, além do adensamento bem marcante nessas áreas.

Segundo IBGE (2010), “os assentamentos precários geralmente possuem uma urbanização fora dos padrões vigentes, como lotes de tamanhos e formas desiguais, construções não regularizadas, vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, além da precariedade de serviços públicos essenciais”. Com o processo de urbanização, tem-se a transformação de espaços rurais em espaços urbanos, e esse processo também se dá pela implementação de infraestruturas favoráveis à habitação, principalmente quando há o surgimento de assentamentos precários na cidade.

Essas estratégias estão relacionadas às mobilizações que os grupos de baixa renda precisam fazer para garantir os direitos à habitação, pois o poder público não viabiliza as oportunidades de moradia para aqueles que possuem

um nível de renda mais inferior. Dessa forma, as ocupações precárias surgem nesse sentido, como uma forma de reivindicação e protesto, bem como de resistência na luta pelo direito à moradia que deveria ser concedido a todos os cidadãos. E essas mobilizações ocorrem mesmo depois de concedido o direito de moradia nas ocupações precárias, pois os moradores precisam se reunir para resolver problemas e necessidades que surgem nas ocupações, haja vista que o Estado se ausenta das obrigações concedidas a ele.

Dessa forma, os moradores se reúnem em mutirão para resolver situações tais como fechamento de buracos, concretagem de ruas (na ausência de asfalto), problemas relacionados ao abastecimento de água, situações ligadas à ausência de coleta de lixo, e demais reivindicações que os moradores realizam em prol de suas necessidades advindas da ocupação precária, em que algumas vezes precisam até protestar nas principais avenidas da cidade com o bloqueio da via.

Nesse contexto, Gemaque Souza (2010, p. 84) aponta que:

Diante disso, as ocupações urbanas designam um processo coletivo de mobilização e reivindicação, articulando o local com a (re)produção global da metrópole. Segundo Borges (1992), as ocupações “coletivas” definem-se como canais de expressão das lutas cotidianas [...], ou seja, o movimento de apropriação de áreas públicas e privadas torna-se um instrumento concreto de contestação e de exigência política.

No Brasil, a presença de assentamentos precários é mais visível no Estado do Pará, mais precisamente na sua capital Belém e região metropolitana, de acordo com dados divulgados pelo Ministério das Cidades e pela Secretaria Nacional de Habitação.

Em comparação com as estimativas para o conjunto de regiões do Brasil, os resultados para a Região Metropolitana de Belém mostram que esta é a região com a maior presença de assentamentos precários de todo o Brasil urbano. Mais da metade dos domicílios e da população residente na RM de Belém localizava-se em setores com condições habitacionais e sociais inadequadas. Com relação a investimentos em políticas de habitação para este conjunto de municípios, esta região representa um desafio, dados a grandeza do problema e o volume considerável de recursos necessários para poder responder adequadamente à precariedade habitacional existente. (BRASIL, 2007, p. 60).

As pesquisas referentes aos assentamentos precários no Brasil determinam que os assentamentos devem apresentar “variantes” para suas caracterizações, ratificando os estudos referentes aos assentamentos presentes em determinada cidade. As variantes estabelecidas pelo Ministério

das Cidades e pela Secretaria Nacional de Habitação, a partir do Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cebrap), partem do princípio de que ao analisar um assentamento precário, deve-se atentar às seguintes características para conceituar um espaço como um assentamento precário. São eles: acesso à moradia; terreno; localização; condição da unidade habitacional; traçado urbano e infraestrutura, onde vai se analisar se existe ligação clandestina de água e/ou energia, sistema viário mal projetado, lançamento de esgoto nas ruas e córregos próximos à ocupação, disposição inadequada de lixo, bem como a falta de áreas para praças e equipamentos públicos, como escolas e postos de saúde.

Segundo Cardoso (2016, p. 35), “os assentamentos precários apresentam várias configurações, como favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos, cortiços, conjuntos habitacionais degradados etc., correspondendo cada denominação a uma forma específica de processo de produção destes assentamentos. [...] Quanto às favelas ou similares, são denominações que correspondem a assentamentos caracterizados pela ocupação irregular do solo, público ou privado, frequentemente com tipologia *desordenada* e com padrões urbanísticos inferiores aos mínimos exigidos pela legislação”.

O acesso à moradia é uma variante importante para caracterizar os assentamentos precários e para analisar a tipologia adequada, pois refere-se à forma como se deu cada ocupação no sentido de demonstrar se os lotes foram concedidos em forma de venda, aluguel ou doação. Isso remete aos processos de irregularidade fundiária e a consequente precariedade na condição de acesso à moradia.

O terreno das ocupações é outra variante que determina as formas iniciais de ocupação, pois evidencia a organização ou desorganização quanto à divisão, se os lotes possuíam as mesmas dimensões, se a regularização fundiária é existente em relação ao registro do imóvel feita em cartório, se no início das ocupações existiu planejamento, e de que forma o terreno ocupado estava disposto.

O traçado urbano e infraestrutura se dão através dos indícios e precariedade das infraestruturas no início das ocupações. Essa é a variante mais importante para definir e caracterizar os assentamentos precários. As

características das ocupações precárias são a dificuldade de trafegabilidade, carência de infraestruturas viárias com características precárias e problemas de drenagem, problemas com falta de iluminação pública, disposição inadequada de lixo, presença de valas abertas, precariedade em saneamento básico, presença de muitas vielas para pedestres, além de outros problemas ligados à infraestrutura que acarretam em mais dificuldades em se consolidar boas condições de moradia por ser uma área de difícil acesso e realização de trabalhos.

Os problemas de moradia no Brasil já chegaram a proporções que não são tão fáceis de resolver, pois as medidas solucionáveis deveriam ter sido tomadas há décadas, mas ainda existem outras soluções que o Estado (entendido aqui como os governos nas suas diversas esferas – Municipais, Estaduais e Federais) pode tomar para resolver um problema que cotidianamente é expresso no território brasileiro.

O que se discute no país também é a forma como esse agente se ausenta de suas obrigações, não se atentando para problemáticas como o aumento populacional, em especial aos migrantes que chegam nas cidades e tornam-se trabalhadores, procurando por moradia em espaços de baixo valor. Quanto mais o Estado intervém nas problemáticas, mais ele cria outros ou até mesmo os mesmos problemas, ficando na maioria das vezes em situações contraditórias.

E a partir do ideal que se estabelece da cidade como mercadoria que o preço da terra se eleva, e os trabalhadores, a classe de mais baixo poder aquisitivo sente dificuldade em viver o cotidiano da cidade e usufruir dos bens que são produzidos nela, principalmente os bens de uso coletivo como os equipamentos urbanos, até mesmo a luta pela construção de escolas, creches, posto de saúde, transporte coletivo e o direito de permanecer na terra ocupada. Devido à falta de acesso a esses equipamentos, os grupos sociais precariamente incluídos se mobilizam (processo que ocorre desde o século XX) para reivindicar seus direitos à própria cidade, pois muitas pessoas ainda residem em locais sem infraestrutura adequada à habitação, água encanada, energia elétrica e saneamento básico, com riscos à própria vida.

Isso ocorre porque todos possuem o direito de acompanhar e viver a cidade e todos os seus bens, mas nem todos conseguem ter acesso a eles,

deixando uma parcela da população excluída ou parcialmente excluída da cidade, negando seu direito a ela, como o exemplo de uma pessoa de classe baixa que mora numa área periférica e que não frequenta um *shopping center* que se instalou naquela área e produziu outros bens econômicos, valorizando o espaço e expulsando a população periférica de seu entorno e criando condições de moradia a uma outra classe mais “atrativa” aos olhos do mercado e do capital.

Negar os direitos que são destinados à população mais pobre é um marco da história do Brasil, por isso o processo de reivindicação se tornou um ato que as várias gerações estão habituadas a fazer. É frequente vermos em alguma cidade a luta constante de moradores de bairros mais afastados do centro, ou bairros/conjuntos que necessitam de melhores infraestruturas e não recebem atenção dos governos e prefeituras, o fechamento de vias com ateamento de fogo em pneus para chamar atenção e cobrar melhorias nos bairros, seja asfalto, segurança pública ou transporte coletivo.

O protesto de moradores e a luta por moradia se tornaram triviais em algumas cidades brasileiras, e é bastante repercutido pelas mídias locais, haja vista o transtorno que também é causado aos transeuntes da via fechada, mas entendido também como uma forma bem radical e rápida de alertar o Poder Público sobre os problemas existentes, entendido também como uma forma de resistência e sobrevivência, como aponta Rodrigues (2007, p. 87), “a luta pelo direito à cidade é uma luta pelo direito à vida”, bem como uma luta pela manutenção da condição de viver na metrópole.

Esses sujeitos envolvidos no processo de luta pelo direito à cidade e pela garantia dos seus direitos de habitação são analisados por determinados autores como agentes produtores do espaço urbano, caracterizando-os também como grupos sociais excluídos. Aqui, faz-se necessário discutir até que ponto essas análises ainda permanecem fundamentadas e como podemos definir esses grupos de forma a não marginalizá-los e trazer respostas ao questionamento se esses grupos estão excluídos socialmente ou se estão inseridos num contexto de formação precária de inclusão urbana?

Os agentes sociais responsáveis por fazer e refazer a cidade, de acordo com Corrêa (1989), são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos

sociais excluídos. De acordo com Capel (1974), numa sociedade capitalista, a cidade e o espaço no geral não pertencem a seus habitantes e não são modelados em função de seus interesses, mas sim de acordo com os interesses, às vezes contraditórios, de uma série de agentes.

Neste estudo, daremos ênfase aos grupos sociais excluídos, com uma nova configuração, nomeando-os de grupos sociais precariamente incluídos, pois apesar de existirem diferenças sociais no que se refere ao acesso de bens e serviços produzidos socialmente, há a inclusão dos cidadãos nesses serviços, seja no transporte, coleta de lixo, unidade básica de saúde familiar, saneamento básico, porém de uma forma precária, então seria errôneo afirmar que estes grupos sociais são totalmente excluídos, pois os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista, como analisa Martins (1997, p. 26),

O que vocês estão chamando de exclusão é, na verdade, o contrário de exclusão. Vocês chamam de *exclusão* aquilo que constitui o conjunto de dificuldades, dos modos e dos problemas de uma *inclusão precária e instável, marginal*. A inclusão daqueles que estão sendo alcançados pela nova desigualdade social produzida pelas grandes transformações econômicas e para os quais não há senão, na sociedade, lugares residuais.

Os agentes sociais tidos como excluídos estão, na verdade, sendo reincluídos na sociedade, e essa inclusão se dá de forma precária, pois as novas condições e modos de vida que são oferecidos podem não ser suficientes para atender as necessidades que determinado grupo precisa para se manter dignamente. Nos assentamentos precários, os grupos sociais apresentam muita vulnerabilidade quanto a oferta de bens e serviços, e seus direitos básicos são negligenciados pelo Poder Público, mas não podemos negar a existência de uma inclusão em diversos âmbitos sociais e econômicos, porém de forma precária e talvez ineficaz.

Os agentes sociais refletem necessidades e possibilidades sociais, geradas por processos que eles próprios criaram, e eles próprios materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído. Sendo assim, processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento (CORRÊA, 2011). Segundo o autor, os agentes sociais (nesse caso, os grupos precariamente incluídos) são responsáveis também, de certo modo, pelos processos e problemas sociais

que surgem, mas também há o papel de outro agente, o Estado, para resolver certas problemáticas, mesmo que por muitas vezes este fique alheio à situação.

A lógica de ocupação de terras públicas ou privadas se dá, diversas vezes, como reação ao sistema capitalista de produção, que através dos promotores imobiliários como um dos agentes responsáveis pela produção do espaço, criam diversos segmentos sociais no interior das cidades, ocasionando o que Silva (2007) denomina de “vazios urbanos”, que são espaços vazios dentro da cidade localizados em espaços não utilizados pelo setor imobiliário, dando margem às ocupações.

2.4 Uso do solo urbano na Avenida Augusto Montenegro

A Avenida Augusto Montenegro, desde seu surgimento em 1906 quando o Governador do estado do Pará, Augusto Montenegro, a inaugurou como braço da antiga Estrada de Ferro de Bragança, sendo conhecido como o Ramal do Pinheiro (MENDES, 2014) possui um importante papel quanto à ligação de Belém com sua área periférica, bem como ligação entre outros municípios da Região Metropolitana de Belém, por meio de rotas alternativas.

Nas últimas décadas, a avenida vem passando por fortes processos de melhoramentos e ‘modernização’ com a implementação de redes ligadas ao capitalismo financeiro, bem como a construção de supermercados, condomínios fechados, *shopping center*, etc. Com isso, há também uma nova ocupação dos espaços que antes eram preenchidos por pessoas de baixo poder aquisitivo, e que hoje já não podem residir nesses lugares, pois as condições de vida mudam naquele determinado espaço, sem contar com as estratégias que o sistema capitalista impõe para que esses grupos sociais de baixo poder aquisitivo, sejam retirados do espaço que agora é ocupado por grandes incorporações imobiliárias e de comércio.

Segundo Mendes (2014, p. 19),

É um processo que toda grande cidade passa ao incorporar áreas ao seu eminente crescimento. Geralmente, ocorre por conta de reformas urbanas de saneamento, higienização e embelezamento, propiciando robustos negócios imobiliários a servir de suporte à apropriação desigual do espaço, uma vez que ao longo das avenidas em que se localizam as residências elitizadas, chegam os bancos, os hotéis, os escritórios de empresas, os serviços e comércios mais prestigiados. Sendo demolidas as casas pobres e bairros insalubres, que

ameaçam a dita “modernização”, criando-se espaço para novas vias e para expansão do setor de comércio e serviços.

A cidade de Belém, devido ao seu grande crescimento urbano e seu processo de metropolização, se constituiu por diversas transformações espaciais marcadas por complexos processos socioespaciais e econômicos. A abertura do ramal da EFB trouxe diversas modificações para a cidade de Belém, não só na paisagem, mas também nos próprios setores da economia, na formação e organização do espaço ao longo dos anos, principalmente após a transformação do ramal em avenida, na década de 1970, haja vista que a via é a principal ligação do centro de Belém à Vila Pinheiro, sendo hoje o distrito de Icoaraci.

O Ramal do Pinheiro foi transformado em avenida quando a Amazônia, e a própria cidade de Belém passaram por um forte período de decadência e estagnação econômica, período em que o governo federal, sob gestão de Juscelino Kubistchek adotou a política das rodovias, que tinha como medida construir rodovias e fechar ferrovias, o que acarretou no fechamento da Estrada de ferro Belém-Bragança, dando origem a Rodovia Federal BR 010, chamada de Rodovia Belém-Brasília. Dessa forma, o Ramal do Pinheiro ficou desativado e em péssimas condições de tráfego até 1975, quando foi transformado em Avenida Augusto Montenegro.

Inicialmente, tinha-se a presença de ocupações nas chamadas “baixadas” de Belém. Essas áreas possuíam uma altimetria mais baixa, e eram destinadas às pessoas de baixo poder aquisitivo que necessitam de moradia. Por muito tempo, durante a década de 1970 e 1980 essas áreas serviram como o foco para as ocupações que surgiam na cidade de Belém, e a Avenida Augusto Montenegro começou a se tornar o alvo dessas ocupações que começavam se consolidar na cidade. Nessa década, as ocupações eram “regidas” de certa forma por grupos de associações de moradores e conselhos que foram criados para fortalecer a luta por moradia e garantir os direitos à população. Segundo Santos e Dias (2017, p. 6),

Destaca-se que no final da década de 70 há o surgimento de um formato de luta articulador em Belém com a criação da Comissão de Bairros de Belém (CBB) que conseguiu unificar as lutas de alguns centros comunitários e associações de moradores da cidade. A CBB é criada em 1979, como entidade articuladora dos movimentos de bairros da capital e de algumas cidades localizadas na Região Metropolitana de Belém em busca de unificar as pautas de luta.

A luta pela terra e a garantia dos direitos se intensificaram a partir dessas unificações que foram feitas nos bairros. Entretanto, Belém vivenciou outra forma de ocupação que se formou a partir de variados processos econômicos e políticos. As baixadas começaram a ser palco para moradia de pessoas de alto poder aquisitivo, como na Avenida Visconde de Souza Franco e demais bairros de Belém, e as pessoas que antes residiam nesses espaços, começaram a ser “expulsas” para outras áreas da cidade, mais ainda próximas ao centro. Posteriormente, já na década de 90, uma terceira configuração surge em Belém, já com as ocupações distantes do núcleo central de Belém, mais precisamente ocupando áreas periféricas da cidade, dando mais conteúdo à forma metropolitana e a todos os processos de metropolização. Segundo Trindade Jr. (2006, p. 41):

No caso específico de Belém, a forma compacta do espaço metropolitano vem sendo substituída por uma forma dispersa de novos assentamentos urbanos, indicando um processo de reestruturação espacial. Em consequência, as baixadas, diferentemente do que ocorreu num primeiro momento do processo de metropolização, perdem a condição de espaços de assentamentos da população de baixo poder aquisitivo e sofrem um intenso processo de valorização do solo, que, muitas vezes, se reflete na verticalidade do ambiente construído. Nesse sentido, a verticalização constitui-se outro elemento da metropolização, marcado por uma complexidade de relações, signos e representações, sendo apenas uma face desse processo que configura a forma metropolitana.

Já nessa terceira fase⁷ de ocupações em Belém, o processo de metropolização se estende, e enquanto isso, a Avenida Augusto Montenegro vivencia diversos processos de melhoramentos, com a incorporação de equipamentos urbanos que se constituíram a partir dos empreendimentos residenciais e comerciais que se instalaram ao longo da avenida, diversas ocupações irregulares surgem ao longo desse território, devido a desigualdade socioespacial que se caracterizavam na Avenida Augusto Montenegro. Dessa forma, Mendes (2014, p. 74) aponta que

Uma importante forma de ocupação pretérita da Augusto Montenegro, que deve ser mencionada, são as inúmeras “ocupações espontâneas”, que surgem por causa das várias glebas livres ao longo da avenida, e também devido a realidade econômica e de crescimento populacional que passava Belém.

⁷ Para analisar a primeira e segunda fase de ocupação e formação metropolitana de Belém, consultar TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. **A Cidade Dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana.** (Tese de Doutorado) São Paulo: FFLCH/USP, 1998.

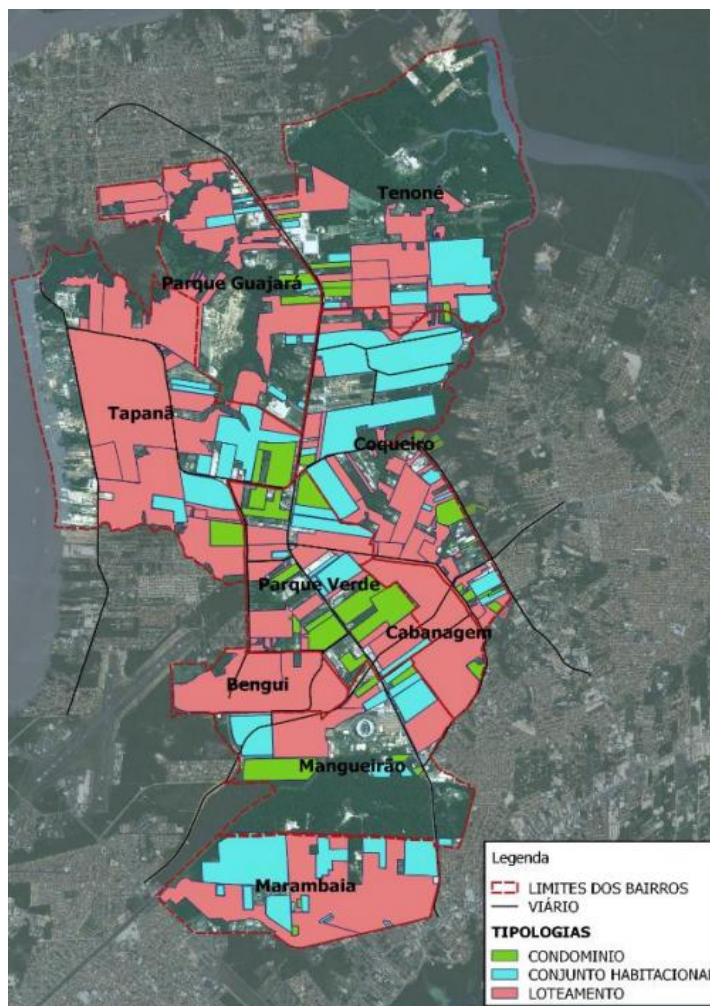
Dessa forma, as ocupações precárias começam a constituir os espaços da Avenida Augusto Montenegro, e os processos socioespaciais são notados a partir das diversas problemáticas de moradia que surgem nessas ocupações. A questão de moradia em Belém tornou-se símbolo de resistência na luta pela terra. Os grupos precariamente incluídos somam-se às várias estratégias que as pessoas de baixa renda precisam enfrentar, mediante a luta com outros agentes modeladores do espaço urbano, para terem o direito à moradia digna e para ter acesso às políticas públicas que deveriam ser concedidas à população sem tantas desordens e brigas entre os agentes sociais e o Estado.

Portanto, os grupos precariamente incluídos se unem em busca desses direitos, lutam e resistem às diversas dificuldades que surgem, mas a força popular e a mobilização na luta pela terra podem revolucionar e garantir direitos que são negados pelo poder público. Dessa forma, através da participação popular dos grupos sociais, surgem os assentamentos precários, e as ocupações coletivas⁸ do espaço se tornam a garantia do direito à moradia, mesmo em condições precárias.

A Avenida Augusto Montenegro, enquanto eixo de expansão metropolitana possui diversas ocupações irregulares que desde a década de 1990 até os dias atuais continuam em evidência ao longo dos 14 quilômetros da avenida. Souza (2016), durante um estudo realizado em nove bairros localizados na Avenida Augusto Montenegro, identificou três tipologias habitacionais que são: conjuntos habitacionais, condomínios fechados e loteamentos informais. Nesse estudo, a autora identificou que 66% desses espaços da avenida são ocupados por loteamentos informais, que abrangem também as ocupações precárias. Observe a figura a seguir:

⁸ Incluem-se aqui as ocupações urbanas, frequentemente chamadas de "invasões", os conjuntos habitacionais produzidos sob iniciativa direta do Estado ou da iniciativa privada e os condomínios residenciais populares, de iniciativa de em presas imobiliárias. Muitos desses assentamentos incluem não só as classes populares no sentido estrito do termo, como também frações da classe média empobrecida, que são obrigadas a morar em habitações de qualidade inferior e/ou em espaços de localização relativamente desfavorável. (TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. **Assentamentos urbanos e reestruturação metropolitana: o caso de Belém.** 2006)

Figura 2: Tipologias habitacionais no vetor da Avenida Augusto Montenegro. Belém, 2016



Fonte: SOUZA, 2016, p. 73

Dessa forma, Costa (2021, p. 201) observa que as ocupações urbanas designam um processo de luta por moradia e direito à cidade,

Entende-se que os loteamentos informais, nos quais se inserem as ocupações ou invasões urbanas, representam espaços de luta pelo direito à cidade e principalmente pelo direito à moradia na cidade. Portanto, eles se constituem como elemento fundamental no processo de organização socioespacial da metrópole.

Atualmente, após processos de melhoramentos e projetos urbanísticos e infraestruturais, o Estado já não aceita a presença das novas ocupações que surgem à margem da avenida. O caso mais recente aconteceu no primeiro semestre de 2019 quando um grupo de pessoas ocupou área entre um residencial fechado e o Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Com as revitalizações ocorrendo na avenida e várias propagandas do mercado imobiliário como “A nova Augusto Montenegro”, as pessoas sofreram diversas intervenções da polícia e foram desapropriadas do espaço diversas vezes, mas

a resistência na luta pela terra fez as pessoas ocuparem o canteiro ou construir seus barracos na própria margem da avenida.

Sem nenhum acordo estabelecido entre o Estado e o grupo que ocupou a terra, esse agente que possui mais Poder permitiu a ocupação das pessoas numa área ao fundo do terreno, ficando próximos ao final da ocupação do Tocantins e Conjunto Tapajós, ficando praticamente invisíveis a quem transita pela Augusto Montenegro. Nesse caso, o Estado interviu de maneira a expulsar as pessoas daquela área, permitindo a ocupação, mas numa área sem nenhuma valorização, à margem de péssimas infraestruturas, violência, saneamento básico inexistente, “largados” e escondidos numa área sem as mínimas condições de moradia.

Dessa forma, Rodrigues (2007, p. 76-77) denota que

As favelas e as ocupações coletivas de terra representam, na ótica do capitalismo e do Estado capitalista, a ilegalidade urbanística e jurídica, ou seja, desobedecem às regras e normas de parcelamento do solo urbano e da propriedade da terra. Casas precárias em loteamentos irregulares, cortiços, conjuntos habitacionais, mesmo quando obedecem à legalidade jurídica, não cumprem as normas da “legalidade urbanística”. Predominam nos lugares onde se concentram os pobres com precariedade de cidade.

Dessa forma, as ocupações que surgem hoje na Avenida Augusto Montenegro já não possuem a mesma força e dificilmente conseguem se estabelecer no local por muito tempo. Os assentamentos precários em Belém já estão se constituindo em áreas muito mais distantes do espaço metropolitano, como as ocupações que surgem na Ilha de Mosqueiro. Belém e sua região metropolitana passaram por diversos processos até se estabelecer com a atual forma. E é nesse contexto de lutas pela terra, de reivindicações e de enfrentamento pelo direito à cidade que surgem a ocupação precária do Tocantins na Avenida Augusto Montenegro. Os processos iniciais da ocupação serão abordados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3: O ESPAÇO URBANO DE BELÉM: ENTRE A PERIFERIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DA VIDA NAS CIDADES

Neste capítulo, será analisado o espaço urbano de Belém, bem como um histórico dos processos espaciais que ocorreram na cidade de Belém. Também será discutido de que forma os assentamentos precários se formaram e se consolidaram na cidade através de seus variados processos, para se chegar à forma metropolitana atual de Belém. Nos tópicos seguintes, será apresentada a ocupação precária Tocantins, lócus de estudo dessa pesquisa, e a luta por moradia que se estende por Belém até os dias de hoje.

3.1 A expansão urbana e a periferização em Belém

A cidade de Belém possui uma população de 1.303.389 habitantes, segundo estimativas do IBGE (2022). O processo de ocupação e urbanização de Belém se deu de forma desordenada no espaço urbano, gerando diversas consequências e problemas habitacionais ao longo do período histórico. O inchaço populacional advindo através das migrações de pessoas em busca de melhores condições de vida e emprego acarretou numa intensa mudança na estrutura organizacional da cidade, provocando o surgimento de áreas precárias de ocupação, em especial as áreas de baixadas.

Com isso, tem-se o início do processo de produção metropolitana, de acordo com a formação das ocupações que se deram durante a primeira léguas patrimonial (TRINDADE JR., 1998). Segundo o autor, essas ocupações se deram de forma confinada e dispersa, a primeira caracterizada pelo confinamento da pobreza, tendo como marca a ocupação de palafitas nas áreas alagadiças e de baixadas e pela verticalização nos bairros centrais de Belém (para a população de alta renda). Nessas áreas confinadas, houve por parte da Prefeitura de Belém e Governo do Pará, um processo de melhoramento e inserção de políticas urbanas de saneamento, em que acontecia a remoção dessa população para que obras de saneamento fossem realizadas, principalmente nas áreas mais alagadas. Entretanto, com as ações de melhoramentos, essas áreas tornaram-se atrativas para o capital imobiliário, aumentando o custo de vida nesses espaços e deixando inviáveis para quem não possuía condições financeiras de habitar nesses locais.

Com esse processo de remoção e alocação dessas pessoas para áreas mais distantes da chamada primeira légua patrimonial, houve a formação da segunda légua patrimonial, onde se tem a formação de áreas marcadas por ocupações planejadas e espontâneas. As planejadas são aquelas constituídas através de programas sociais de habitação, no formato de COHAB's, e as espontâneas são caracterizadas pela precariedade das chamadas "invasões" que se consolidaram e ganharam força em Belém a partir da década de 1970, tendo como marca a intensificação da pobreza e a luta por moradia que se estendia em Belém na formação de seu processo inicial de metropolização. (MENDES, 2014).

Dessa forma, as ocupações espontâneas ganharam força na cidade de Belém e se estenderam ao longo de sua região metropolitana. Assim, se estimulou a produção de áreas de periferização, que não podem somente ser entendidas como áreas distantes do núcleo central, mas como áreas que são marcadas pela pobreza, marginalização e variadas precariedades em sua formação e continuidade.

O processo de produção de periferias em Belém são áreas marcadas pela presença relativa de grupos sociais precariamente incluídos, que se caracterizam por serem de baixa renda, possuírem trabalhos informais ou formais com baixos salários, pessoas vindas de outros municípios ou estados, e também aquelas pessoas que estão à margem da sociedade e que não conseguiram acompanhar o desenfreado processo de produção de habitações na cidade de Belém, tendo que lidar com diversos percalços (financeiros, políticos, sociais) para garantirem seus direitos básicos, formando suas alianças com outros pequenos grupos (agentes) e também com o Estado, união essa que ora pode ser viável, ora pode ser prejudicial, dependendo das forças atuantes e de seus interesses sobre os processos espaciais existentes.

Os espaços de periferização foram/são muito presentes na formação da chamada "Segunda Légua Patrimonial" (TRINDADE JR., 1998), quando as ocupações se intensificaram ao longo da Avenida Augusto Montenegro, que originalmente foi ocupada por fazendas e sítios, e a partir dos anos 1960, recebeu os conjuntos habitacionais destinados a princípio aos remanejados das obras de infraestrutura realizadas no centro metropolitano, seguidos por ocupações informais, nos anos 1980 e por condomínios de alta renda a partir

dos anos 1990. (SOUZA, 2016). Isso gerou problemas socioespaciais nessa área que até hoje é marcada por espaços precários e, de forma selecionada (através do capital), recebem pouco a pouco as melhorias e investimentos, fortalecidos pela ação de outros agentes que se consolidam no entorno da avenida, e que influenciam direta e indiretamente a produção socioespacial das ocupações.

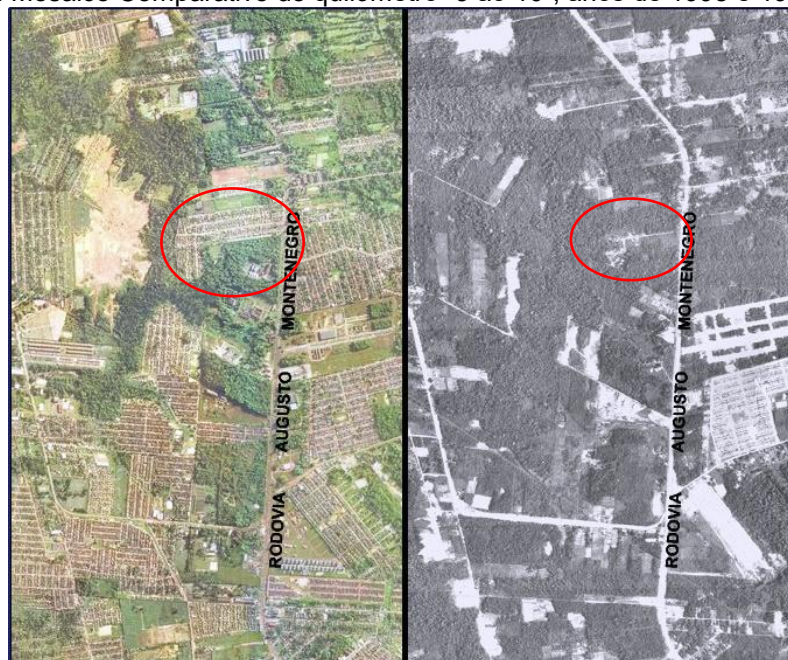
3.2 A ocupação do Tocantins no Parque Guajará e as estratégias de sobrevivência da população

O bairro Parque Guajará pertence ao Distrito Administrativo de Icoaraci, e possui uma população total de 34.788 habitantes, de acordo com os últimos dados do IBGE (2010). Segundo a fonte, o bairro possui um quantitativo de 10.777 Domicílios Particulares Permanentes no último censo realizado. Neste bairro, localiza-se a Ocupação Tocantins, objeto de estudo desta pesquisa.

A Avenida Augusto Montenegro foi palco de ocupações a partir do que TRINDADE JR. (1998) denomina de segunda légua patrimonial, ocorrida a partir da década de 1970 em Belém. Na área do quilômetro 9 da Avenida Augusto Montenegro em 1977 ainda não existiam as ocupações “espontâneas”. O sitio que deu origem à ocupação Tocantins já estava sem dono, e segundo o principal líder da ocupação, essa estrada que aparece na imagem de 1977 é hoje a atual Rua Gouveia Silva. Essa estrada, na década de 1960 servia para que o caseiro se locomovesse entre sua residência e o ramal da estrada de ferro. Como ele vendia lenha pro trem, ele utilizava essa estrada também para extrair madeira e levar até o ramal. Observa-se que o conjunto Maguari estava no início de sua criação e o bairro do Tenoné já apresentava sinais de ocupações.

Na década de 1970, a Avenida Augusto Montenegro era majoritariamente ocupada por fazendas, e só após as melhorias que se estenderam o longo da avenida no decorrer dos anos e da desativação da EFB que as pessoas começaram a constituir suas moradias nesses espaços que não haviam implementação de projetos ligados à COHAB ou projetos de Glebas. Pode-se observar na figura 3 que as configurações espaciais/residenciais são bem distintas quando comparadas entre os anos de 1977 e 1998.

Figura 3: Mosaico Comparativo do quilômetro “5 ao 10”, anos de 1998 e 1977



Fonte: MENDES, L. A. S. (2014)

De acordo com pesquisa realizada por Souza (2020), a ocupação Tocantins, localizada no quilômetro 09 da Avenida Augusto Montenegro, passou por vários processos socioespaciais para se tornar hoje um conjunto residencial. O processo de ocupação se deu de forma organizada, em que um líder realizava a distribuição de lotes às pessoas e planejava a organização espacial do terreno a ser ocupado. Em entrevista realizada com esse líder, que reside na ocupação Tocantins até os dias atuais, pôde-se constatar como a dinâmica de ocupação se deu, desde o primeiro momento de chegada na área ocupada.

A primeira tentativa de ocupação, segundo o autor, se deu no início de agosto de 1994, com aproximadamente duas mil pessoas. Entretanto, essas pessoas rapidamente foram retiradas do local, e dessas pessoas apenas vinte e duas retornaram para mais uma tentativa de ocupação no dia 04 de setembro do mesmo ano. Sobre a área ocupada, o principal líder da ocupação, entrevistado em 2019, relata:

Quando cheguei aqui, em 1994, o Tocantins era só mato, aqui tinha um dono que tomava de conta, morava aqui muitos anos, mas não tinha documentação da terra. Ele vendia lenha pro trem que passava na Augusto Montenegro. Eu medi aqui a frente, medi os fundos, e risquei no papel. (**Líder 1** - Aposentado, Líder da ocupação Tocantins, 83 anos)

O principal líder da ocupação do Tocantins também já havia sido responsável por outras ocupações na cidade de Belém, mais precisamente na Avenida Augusto Montenegro. A primeira ocupação realizada por ele foi do atual bairro da Cabanagem e em seguida as ocupações Bom Futuro I, II e III. Devido sua experiência com ocupações, aberturas de estradas e seu vasto conhecimento acerca de loteamentos quando trabalhava no INCRA, ele liderou a ocupação e abriu as ruas e travessas que existem no Tocantins. Antigamente, segundo ele, só havia uma rua em toda a extensão do terreno (hoje a atual rua Gouveia Silva), então ele e as demais lideranças abriram as ruas Dias da Fonseca, rua Mário Andreazza e rua Rui Barbosa. Posteriormente, abriram as travessas Dionísio Barbosa, Quatro de Setembro, São Paulo, Dom Rubinho (conhecida como feirinha), travessa dos líderes, Beco do L, Piçarreira e Beira-rio (área de baixada).

É importante ressaltar que até a década de 50, esses espaços de baixadas não eram vistos como atrativos para as ocupações, mas com o avanço da formação do espaço metropolitano de Belém, esses espaços começaram a ser ocupados, dando origem a novas organizações e formações de ocupações nas baixadas que se localizavam próximas ao centro. Somente a partir da década de 1970 que as áreas mais distantes começaram a ser ocupadas, não tendo mais a “forma metropolitana compacta”, com uma forte concentração populacional numa área, mas uma “forma metropolitana dispersa”, como denota Trindade Jr. (1998), devido à intensificação da urbanização em eixos que antes não eram visados. Dessa forma, as ocupações na Avenida Augusto Montenegro estão diretamente ligadas a esses processos de formação metropolitana, e a ocupação do Tocantins se intensificou aliado a esse novo momento.

A resistência na luta pela terra é um fator a ser levado em consideração, pois esses agentes responsáveis pela ocupação inicial são, diversas vezes, coagidos por um agente “superior”, como o Estado, por exemplo, que exerce o seu Poder na luta pelo território. É nesse momento que os agentes sociais irão entrar em conflito na luta pela terra, utilizando técnicas, como a grilagem, numa tentativa de comprovar o real pertencimento ao terreno em questão, tentando ganhar posse nessa briga por interesses diversos pela terra.

Na análise feita por Souza (2020, p. 53),

O uso da coação, da força e da violência era outra técnica utilizada pelos grileiros ou por outros agentes sociais para que a ocupação não se consolidasse. As lideranças das ocupações podem ser as que mais sofrem com a coação, pois em alguns casos, elas são as responsáveis pelo movimento de ocupação da terra, elas que articulam pessoas, lideram o movimento e, por isso, podem responder pelos atos praticados, seja de uma forma legal, na justiça, ou sofrerem agressão física sob comando de outras pessoas, principalmente grandes empresários e fazendeiros que estavam interessados na terra. Entretanto, outras formas de coação podem atingir todas as pessoas que estão no processo de ocupação e que estão lutando por moradia.

Dessa forma, é importante analisar como em tão pouco tempo, esses espaços ganharam novas configurações residenciais, bem como as áreas ao redor também se modificaram e a Avenida Augusto Montenegro já estava com outros aspectos, bem diferentes do que se vê nas décadas anteriores. As pessoas que ocuparam essas áreas vieram de várias cidades paraenses e até de fora do estado. Algumas pessoas moravam em outras ocupações dentro de Belém, mas procuraram esses outros espaços em busca de melhores condições de vida e moradia.

A ocupação do Tocantins reuniu pessoas vindas de vários bairros de Belém, de outras cidades do Pará e até de outros estados. A esperança de melhorias, de novas oportunidades de moradia, o sonho de possuir a casa própria e sair do aluguel, bem como a expectativa de fugir da insegurança de outros bairros maiores, as pessoas chegaram ao Tocantins e se uniram à luta pela posse da terra. As lideranças lutavam arduamente contra o Estado e a polícia, enquanto as pessoas tentavam manter uma vida tranquila e possuir uma moradia digna mantendo sua “nova vida” (como muitos entrevistados relatam) na Avenida Augusto Montenegro.

Mesmo que as compras e vendas dos terrenos fossem de forma informal, o fato de terem um pedaço de terra para construir suas residências, ainda que de forma precária, era bem melhor do que morar em outros espaços pagando aluguel. A casa própria geralmente é concedida através da compra e venda de lotes nas ocupações, às vezes sem nenhum tipo de documentação formalizada em cartório. Somente alguns moradores pagam o IPTU e possuem documentação de seus terrenos, mas grande parte ainda cobra das novas lideranças essas medições e reconhecimento das suas moradias, por medo de ainda serem retiradas de suas casas ou de perderem o espaço pra iniciativa

privada ou promotores imobiliários, segundo conversas entre moradores coletadas em reuniões comunitárias. Observe o quadro a seguir:

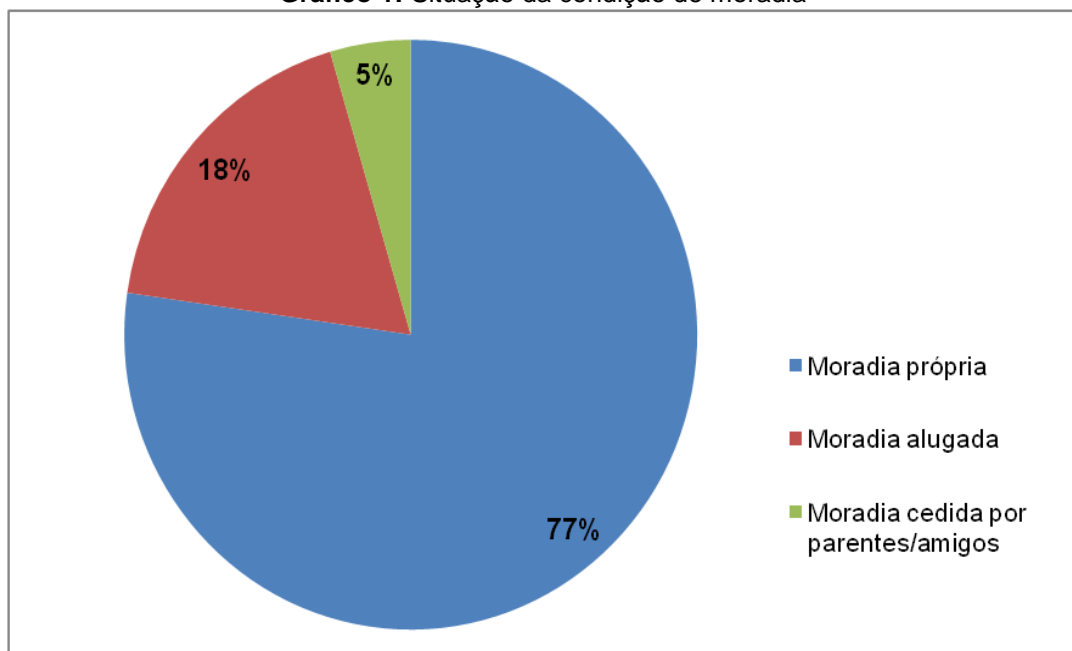
Quadro 4: Antigo local de moradia dos moradores entrevistados da Ocupação Tocantins

Antigo local de moradia			
1	Belém (centro)	13	Ocupação Nova Aliança (Belém)
2	Pedreira (Belém)	14	Marco (Belém)
3	Ocupação 26 de Outubro (Belém)	15	Conjunto Eduardo Angelim (Belém)
4	Coqueiro (Ananindeua)	16	Castanheira (Ananindeua)
5	Irituia (Pará)	17	Parque Verde (Belém)
6	Cametá (Pará)	18	Cabanagem (Belém)
7	Ananindeua (Pará)	19	Icoaraci (Belém)
8	Marambaia (Belém)	20	Mãe do Rio (Pará)
9	Benguí (Belém)	21	Entroncamento (Belém)
10	Jurunas (Belém)	22	Conjunto Maguari (Belém)
11	Tapanã (Belém)	23	Santa Maria (Pará)
12	Tenoné (Belém)	24	Curupuru (Maranhão)

Fonte: Trabalho de campo, 2023.

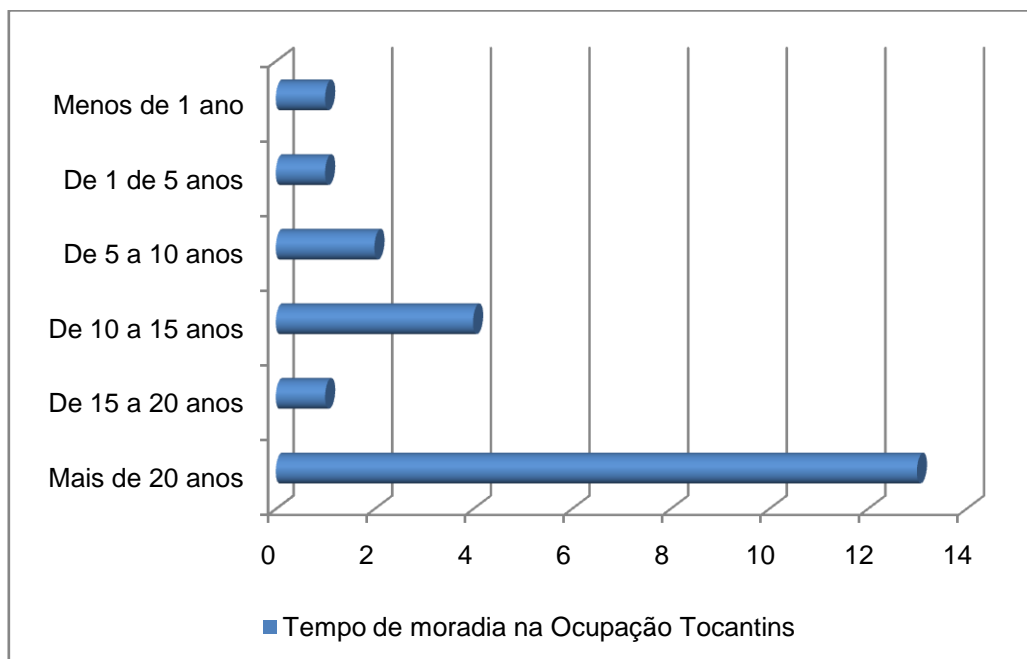
Podemos observar os vários lugares de onde os moradores entrevistados residiam, até ficarem sabendo da ocupação do Tocantins. É importante analisar como existe uma mistura de várias cidades, bairros, estados, e pessoas vindas de lugares tão diferentes para ocupar uma área que até então ninguém tinha certeza sobre a sua real consolidação, já que as lutas pela posse da terra nessas ocupações foram bem sérias e complicadas de resolver, ainda mais quando se luta com agentes tão mais fortes e poderosos como o Estado.

Portanto, compreende-se que a luta pela casa própria, a busca de melhores condições de vida e trabalho foram fatores de atração para essas pessoas que hoje residem na ocupação Tocantins. São pessoas, em sua maioria, que precisaram enfrentar muitas lutas cotidianas para se firmarem no espaço, fortalecendo suas alianças um com os outros em busca dos mesmos objetivos de vida que não era somente de ter uma casa para morar, mas de ter condições de permanecer nesses espaços. Através do trabalho de campo e das entrevistas realizadas em 2023, apontou-se que 77% dos entrevistados residem em casa própria, 18% moram de aluguel, e 5% moram em casas cedidas por parentes ou amigos, conforme pode-se observar no gráfico 1.

Gráfico 1: Situação da condição de moradia

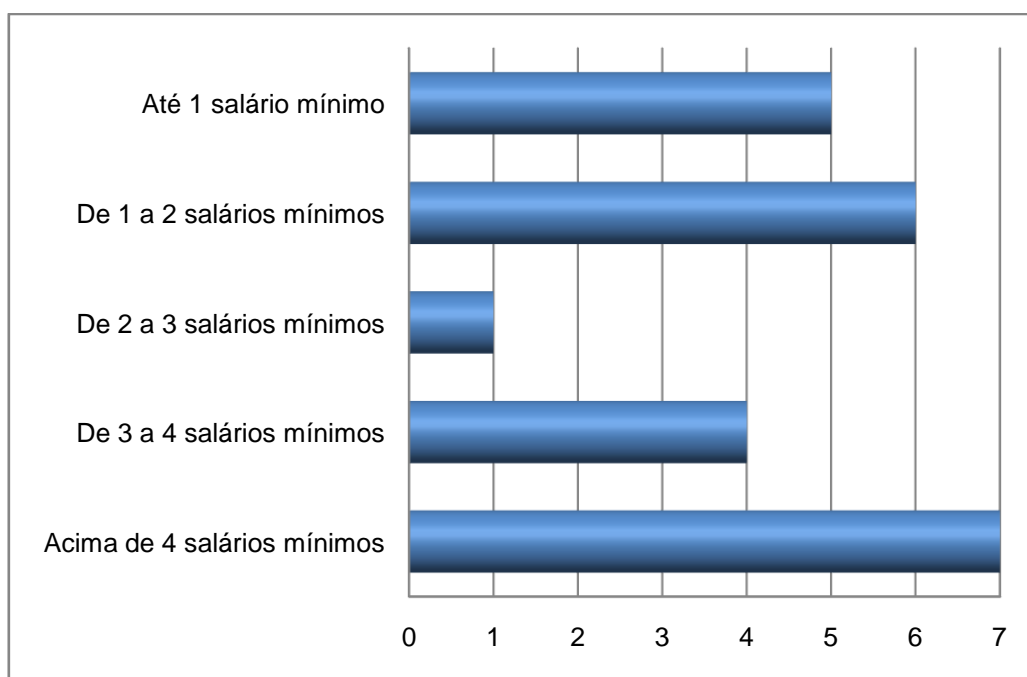
Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Um ponto a ser analisado através desse gráfico é que essas “casas próprias” não são formalmente regularizadas na prefeitura ou através dos órgãos competentes, alguns moradores relataram que possuem apenas um documento de “compra e venda” autenticado em cartório, porém a maioria dos moradores não possuem nenhum documento legal que ateste a posse de sua propriedade, portanto, pouquíssimos moradores têm seu imóvel registrado nos órgãos municipais e nem contribuem com o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU. Durante as entrevistas em trabalho de campo, os entrevistados relataram há quanto tempo residem na ocupação Tocantins, e os resultados apontam que o sonho de morar numa casa própria realmente se efetivou, haja vista que 59% dos entrevistados moram na ocupação há mais de 20 anos, mesmo período de anos que a ocupação existe. Observe o gráfico a seguir:

Gráfico 2: Tempo de moradia na Ocupação Tocantins

Fonte: Trabalho de campo, 2023.

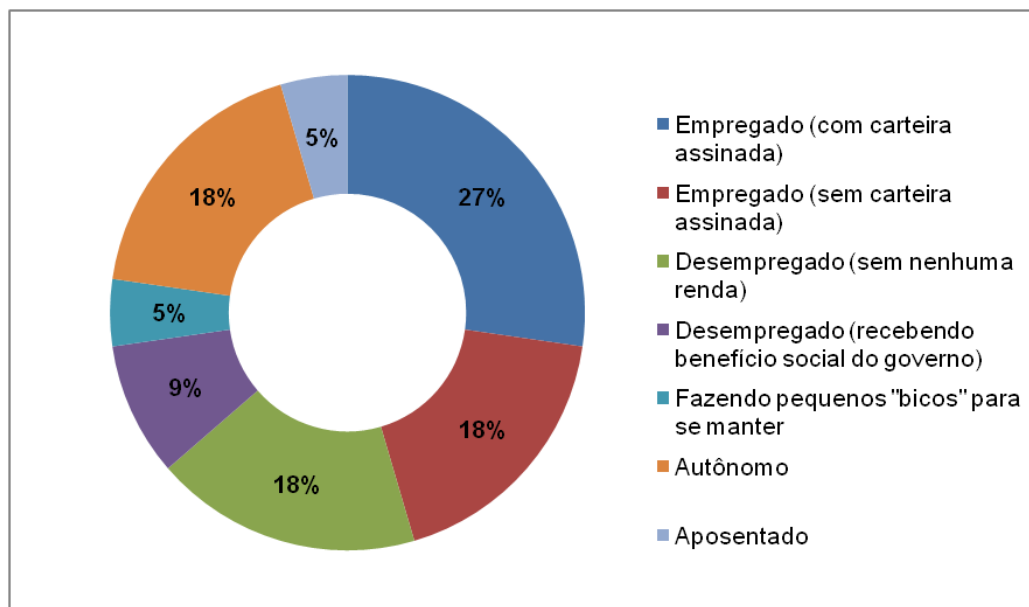
Num quantitativo de moradores por domicílio, a pesquisa apontou que as famílias da ocupação Tocantins são constituídas em média de 3 a 5 pessoas por domicílio, tendo uma renda familiar total descrita no gráfico abaixo:

Gráfico 3: Total da renda familiar mensal

Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Dessa forma, outro dado socioeconômico obtido através do trabalho de campo e expresso nesta pesquisa é quanto a condição trabalhista dos entrevistados, como pode ser observada no gráfico 4:

Gráfico 4: Condição trabalhista



Fonte: Trabalho de campo, 2023.

A partir disso, denota-se que a condição trabalhista reflete diretamente no total da renda familiar mensal, em que os desempregados (sem nenhuma renda) e os desempregados (que estão recebendo benefício social do governo), juntamente com os trabalhadores informais que fazem pequenos “bicos” para se manter somam 32% dos entrevistados. Isso se deve a falta de qualificação profissional dessas pessoas, aliado às taxas de desemprego, além da falta de incentivos para essas pessoas ingressarem no mercado de trabalho.

Durante as entrevistas, algumas mães de família relataram dificuldades em conseguir emprego devido à distância (só conseguem vagas no centro comercial de Belém), não tendo muitas vezes com quem deixar seus filhos, então a estratégia de superação desse problema e para sobreviver é pedir ajuda às outras pessoas, recorrer a benefícios sociais do governo, contar com a ajuda de familiares e se manter de forma precária, dentro de suas limitações. Isso vai refletir também na qualidade de vida dessas pessoas, na forma como elas irão reproduzir-se no espaço, além de outros fatores atenuantes da precariedade de moradia e de vida.

Na época de início da ocupação, as lideranças reservaram os espaços para o campo de futebol, colégio, centro comunitário, praça, feira, igreja católica, posto de saúde e até cemitério. Segundo o líder entrevistado, houveram muitos conflitos entre as próprias lideranças do movimento de ocupação, e alguns líderes venderam esses espaços previamente destinados aos equipamentos urbanos, pois não houve nenhuma fiscalização das medidas legais de ocupação, medida das ruas e travessas, e o conflito gerou sérios problemas à população, porque depois do adensamento populacional presente na ocupação e a desordem que seu deu após os conflitos das lideranças, já não haviam espaços para construir praça, posto de saúde, centro comunitário e demais equipamentos de uso coletivo.

Na planta, os lotes do Tocantins foram divididos em tamanhos iguais pela liderança da ocupação. Os terrenos padronizados possuíam 7m x 30m, as ruas possuíam largura aproximada de 30 metros (com canteiro) e as travessas possuíam 10 metros de largura. Após o conflito das lideranças, as ruas foram sendo novamente ocupadas e hoje as dimensões de largura são menores. O Tocantins na planta deveria possuir cerca de 3 mil metros de fundo e 460 metros de frente. Como as lideranças do Tocantins brigavam diretamente com o Estado (que lutava por um terreno para a SEDUC), bem como as demais ocupações que surgiram naquela época, hoje o Tocantins possui 900 metros de fundo e 230 metros de frente. O restante da área ficou pertencendo ao Estado e equivalem hoje à SEDUC, Conjuntos Anísio Teixeira I e II, Ocupação 26 de Outubro e Residencial Park Ville.

As lideranças eram responsáveis pela medição e doação dos lotes às pessoas que chegavam em busca de moradia. No início, não era recebido nenhum valor em dinheiro das pessoas em troca do terreno, mas em alguns casos, eram recebidos materiais para construção do centro comunitário ou uma pequena quantia em dinheiro para ajudar com outros custos da construção. Segundo um morador entrevistado, ele comprou no ano de 1995 um terreno na Ocupação Tocantins medindo 10mx30m por 30 reais.

As lideranças chegaram para ocupar o Tocantins a partir de convites que eram realizados por outros líderes, e dessa forma as pessoas foram chegando e realizando todas as ações necessárias para terem as condições

mínimas possíveis de moradia. Em entrevista realizada com uma segunda liderança do movimento de ocupação, ela relatou:

Eu comecei a fazer o meu barraco, a polícia chegou e mandou correr todo mundo fora, e nós fomos embora tudinho. Foi várias vezes que a polícia entrou aqui, mas só depois da entrada do advogado [...] que nós conseguimos ficar porque ele disse que era pra todo mundo voltar pros seus terrenos que ele ia fazer um abaixo assinado e levar pro governador que era pra nós ficar aqui. Nesse tempo veio a cavalaria, máquinas, tratores pra quebrar tudo. Nós sofremos muito pra estar aqui. (**Líder 2** - Aposentada, Líder da ocupação Tocantins, 65 anos)

No início dos anos 2000, após vários processos já terem ocorrido e após várias tentativas de reintegração de posse, o líder da ocupação relatou durante a entrevista que as pessoas começaram a ter mais esperanças de que realmente conseguiriam permanecer no local e ter suas casas na ocupação Tocantins. As pessoas possuíam um modo de vida bem simples, segundo ele. As casas de madeira e lona já começavam a ser substituídas por casas de alvenaria, os lotes já começavam a ser cercados com madeiras e arames para delimitar o terreno de cada pessoa (como pode-se observar na figura 4), e o modo de vida começava a melhorar com o investimento (mesmo lento) de algumas infraestruturas como água e energia elétrica.

Com isso, elaborou-se um quadro, a partir das variantes citadas no tópico 2.3, para caracterizar particularmente a ocupação precária do Tocantins, localizada em Belém do Pará, metrópole que ainda possui uma grande dificuldade quanto aos estudos e pesquisas relacionadas às ocupações, pois a cidade apresenta uma configuração muito diferente e particular em relação às outras metrópoles e capitais do Brasil, devido sua complexidade que se configurou desde as ocupações surgidas a partir da década de 1980, no eixo da Avenida Augusto Montenegro.

Dessa forma, podemos observar que as variantes como acesso à moradia, terreno, localização, condição da unidade habitacional, traçado urbano e infraestrutura nos dão suporte para caracterizar a ocupação que é o *lócus* dessa pesquisa. Portanto, através dos trabalhos de campo e das observações feitas e coleta de dados, o quadro 5 apresenta de que forma se deu e se consolidou cada variante.

Quadro 5: Variáveis para caracterização de ocupações precárias

VARIANTES	OCUPAÇÃO TOCANTINS
Acesso à moradia	Ocupação ilegal de área pública, seguida de doação e venda de lotes.
Terreno	Dimensões regulares, divididos através da planta feita pela liderança da ocupação
Localização	Área de periferia, adequada ou não à urbanização
Condição da unidade habitacional	Autoconstrução, problemas estruturais, água e energia precárias e irregulares, construções em madeira e lona
Traçado urbano e infraestrutura	Inserido em área sem infraestrutura, traçado desordenado, ausência ou precariedade de outras infraestruturas, forte adensamento

Fonte: SOUZA, M. C. (2020) – adaptado.

O acesso à moradia na ocupação Tocantins se deu através de ocupação ilegal de área pública, e os terrenos foram doados à população, diferentemente das demais ocupações em que a área era de propriedade particular e os lotes foram vendidos. O terreno da ocupação Tocantins possuiu dimensões regulares, pois foi planejado e dividido através de planta feita pelas lideranças. A ocupação está localizada em área de periferia, adequada ou não à urbanização, onde prevalecem a autoconstrução, problemas estruturais, água e energia precárias e irregulares, construções em madeira e lona e em sua maioria estão inseridos em áreas sem infraestrutura, traçado desordenado, viário com problemas de drenagem e trafegabilidade, predominância de vielas de pedestres, ausência ou precariedade de outras infraestruturas e forte adensamento.

No início dos anos 2000, após vários processos já terem ocorrido e após várias tentativas de reintegração de posse, o líder da ocupação relatou durante a entrevista (concedida em 2019, através de trabalho de campo) que as pessoas começavam a ter mais esperanças de que realmente conseguiriam permanecer no local e ter suas casas na ocupação Tocantins. As pessoas

possuíam um modo de vida bem simples, segundo ele. As casas de madeira e lona já começavam a ser substituídas por casas de alvenaria, os lotes já começavam a ser cercados com madeiras e arames para delimitar o terreno de cada pessoa e o modo de vida começava a melhorar com o investimento (mesmo lento) de algumas infraestruturas como água e energia elétrica.

De acordo com a segunda liderança entrevistada, as condições de vida evidenciavam processos que não eram somente de responsabilidade dos grupos que ocupavam, mas que eram tomadas por eles, em busca de melhorias, condições de moradia e tráfego, e já que se tratava de um terreno de mata fechada, algumas infraestruturas tiveram que ser realizadas pelos próprios moradores. Muitas travessas e passagens que existem hoje na Ocupação Tocantins, são resultados de mutirões que eram feitos para abertura de vias. As mudanças ocorridas na ocupação desde a década de 1990 até os dias atuais são vistas principalmente pelas lideranças do movimento de ocupação que estão residindo no Tocantins desde então.

Ah, meu filho, mudou muito aqui. Antigamente era horrível. Eu sofri muito para estar aqui. Minha casa hoje não está totalmente acabada porque o dinheiro que eu tinha eu gastei na construção do muro aqui do meu terreno. Mandei fazer esse muro em 2001, pra ver se eu tinha uma proteção pra viver, porque a gente não podia se descuidar de nada que as pessoas vinham pra roubar, a insegurança aqui aumentou muito com o passar dos anos. (**Líder 2** - Aposentada, Líder da ocupação Tocantins, 65 anos).

Por ser a primeira e maior ocupação efetivada nesse espaço (as ocupações vizinhas, 26 de Outubro e Ranário, vieram alguns anos depois) e por ser a maior em contingente populacional e área, os serviços de educação, saúde e consumo (mercadinhos, meio-a-meio, açougues, farmácias) se mantiveram somente nessa ocupação, e os moradores das demais localidades precisam ir até a ocupação Tocantins para utilizarem os serviços oferecidos nela.

Há quem não considere mais o Tocantins como uma ocupação, negando-se a história e as lutas ocorridas na década de 1990 em seus processos iniciais de ocupação, e, portanto, se intitulam como Residencial Tocantins seja pela necessidade de afirmar o “status” de morar num residencial com várias ofertas de equipamentos coletivos, ou para negar a existência de precariedade e marginalização que o termo “ocupação precária” carrega. Essa ocupação torna-se a mais importante e a mais visada pelas pessoas que ainda

buscam por moradias nessas áreas, e portanto, acaba ganhando um certo “status” em relação às outras por concentrar os mais variados serviços e equipamentos urbanos de uso coletivo, especialmente na rua Mário Andreazza.

Durante o trabalho de campo, investigou-se acerca da utilização dos empreendimentos comerciais na rua Mário Andreazza, e 87% dos entrevistados relataram utilizar com muita frequência os comércios como padaria, farmácia, açougues, pontos de venda de açaí, sorveterias, pizzarias, oficinas de bicicleta, bares e depósitos de bebidas, lojas de roupas e demais pontos, pois uma variedade muito grande de empreendimentos podem ser encontrados na ocupação Tocantins, e grande parte deles são propriedade de moradores da ocupação, inclusive todos os feirantes moram na ocupação Tocantins, gerando toda uma dinâmica de renda entre a comunidade, sem contar as diversas mulheres que trabalham com vendas de lanches na porta de suas casas para ajudar na renda familiar.

Atualmente, algumas empresas “externas” estão se instalando na rua Mário Andreazza, muitas famílias estão se mudando para outros estados ou outros bairros e transformando sua residência em pontos comerciais, com aluguéis que variam de um a seis mil reais mensais. Dessa forma, abre-se caminho para que outros setores comerciais externos à ocupação se instalem, como lava-jatos, clínicas médicas e veterinárias, empresas de tecnologia e telecomunicações, lojas de peças e som automotivos e casas de shows.

Esse processo decorre da centralidade metropolitana da Avenida Augusto Montenegro que nos últimos anos tem se tornado muito atrativa do ponto de vista dos empreendimentos comerciais e residenciais, com a instalação de diversas empresas ligadas aos ramos de academia, farmácias, tecnologia, supermercados, *fast food* e demais empreendimentos ligados ao consumo e oferta de serviços.

Portanto, depreende-se que num futuro estimado em aproximadamente 10 anos, a rua Mário Andreazza irá se tornar um grande corredor comercial com os mais variados tipos de empreendimentos, seja de consumo ou de serviços, devido a grandiosidade e a importância que a rua possui, sendo a maior em largura e comprimento, a que mais possui fluxo de pessoas e veículos, e com os projetos de melhoramentos infraestruturais que foram citados pela liderança comunitária para que haja essa expansão do setor

comercial, com a possibilidade de gerar emprego e renda para os moradores da Ocupação Tocantins.

3.3 Diferenciação socioespacial e divisão geográfica da ocupação: a “Nova” e a “Velha” Tocantins

A lógica de crescimento das cidades enquanto capital, vista numa lógica de mercado, produz alguns espaços diferenciados e com características próprias desse tipo de produção. Algumas áreas da cidade recebem mais investimentos urbanísticos e são mais valorizadas que outras, ou são produzidas de forma desigual, ocasionando em diferenciações socioespaciais, quando se tem espaços diferentes não apenas no aspecto físico, mas também em aspectos socioeconômicos da população.

Esse processo também se dá em bairros com áreas mais valorizadas que outras, ou também em ocupações, geralmente motivadas por um eixo específico de expansão que regulamenta essas melhorias e investimentos às vezes para mascarar as problemáticas enfrentadas nas ocupações, numa perspectiva de que numa visão mais limitada e parcial, as precariedades fiquem mais “escondidas” ou até mesmo sejam imperceptíveis.

Tal processo ocorre na Ocupação Tocantins, haja vista que com o passar dos anos, algumas áreas receberam mais investimentos e melhorias através do estado e da PMB, com ênfase nas áreas mais próximas à Avenida Augusto Montenegro, deixando as áreas mais afastadas com menos investimentos e enfrentando diversos problemas ligados à moradia. É comum que esse tipo de situação ocorra, pois o Poder Público muitas vezes invisibiliza os grupos precariamente incluídos e os deixa suscetíveis à marginalização e precarização de sua moradia e de seu entorno, bem como seu alcance e acesso aos equipamentos urbanos.

Na ocupação Tocantins, a parte denominada como “baixada” sofre muito com essa marginalização e precariedade, pois sempre apresenta dificuldades para o atendimento de suas necessidades, é a única área que até então ainda não recebeu serviços de saneamento básico, então os moradores enfrentam problemas que o restante dos moradores de outras áreas da ocupação não enfrentam, como mostram as figuras a seguir.

Figura 4: Rua alagada em dia de muita chuva na Ocupação Tocantins



Fonte: Trabalho de campo, 2023.

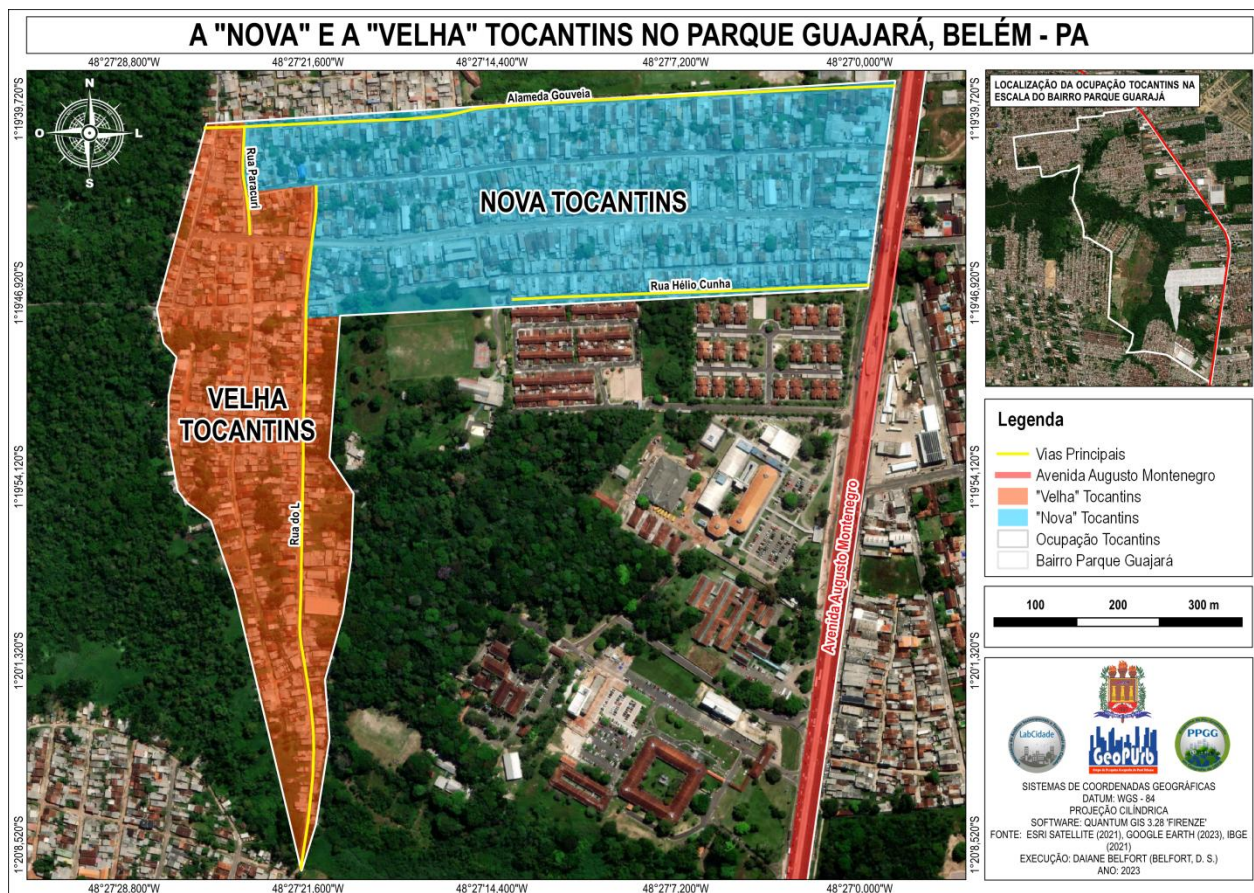
A rua do “L” se localiza na “baixada”, e os moradores precisam enfrentar o alagamento para se locomover. É uma realidade bem distante das demais pessoas que moram mais próximas da Avenida Augusto Montenegro e que não enfrentam esses problemas com alagamentos porque já tiveram o serviço de saneamento básico em suas ruas. Nota-se, na figura, dois homens de meia-idade tendo que atravessar a rua alagada, depois de provavelmente percorrer cerca de 2 quilômetros de distância entre a Avenida Augusto Montenegro e sua residência na rua do “L”.

Essa rua fica mais afastada e isolada da Avenida Augusto Montenegro, e além dessa precariedade no saneamento (que será analisado no capítulo seguinte), ela possui outros problemas ligados a marginalização das pessoas que residem nela e dificuldades de acesso aos equipamentos urbanos presentes na Avenida Augusto Montenegro. Portanto, essa área de “baixada” foi aqui entendida como “velha Tocantins”, pois a ocupação iniciou no sentido inverso, ou seja, de trás para frente em relação à Avenida Augusto Montenegro, e mesmo sendo mais antiga, essa área ainda não recebeu os mesmos investimentos que aqueles espaços mais próximos da avenida.

A precariedade se apresenta de forma mais intensa, os serviços são oferecidos com mais escassez, a violência é mais evidente e o acesso aos

equipamentos urbanos de uso coletivo são mais escassos, bem como no transporte público devido à distância percorrida entre a residência e a Avenida Augusto Montenegro. Aqui, a qualidade de vida e o preço da terra são menores, tendo em vista que a moradia em seus contextos gerais não se apresenta de forma satisfatória e adequada à vida humana.

Mapa 2: A “Nova” e a “Velha” Tocantins no Parque Guajará



Fonte: Elaboração própria a partir de análise documental.

No mapa 2, elaborado a partir das análises em trabalho de campo, observa-se a divisão entre a “nova” e a “velha” Tocantins, tendo dois eixos a serem analisados. O primeiro refere-se à Avenida Augusto Montenegro, vetor de expansão metropolitana, diretamente alinhada com a “nova” Tocantins, em azul. Essa área compreende todo o espaço da Ocupação Tocantins, que foi ocupado posteriormente, e constantemente muda e recebe melhorias por parte do Poder Público, onde se localizam os principais equipamentos urbanos de uso coletivo como escola, posto de saúde, toda a área comercial (inclusive a feira encontra-se à margem da Avenida Augusto Montenegro), o acesso ao

transporte público é mais facilitado e as precariedades não são tão evidentes, pois o que se coloca é justamente esse processo de mascarar as precariedades, ou de realmente melhorar e engrandecer os espaços mais próximos do atual eixo de expansão metropolitana de Belém nos últimos anos, principalmente com campanhas do mercado imobiliário tendo uma “Nova Belém” ou uma “Nova Augusto Montenegro”, fortalecendo a ideia de que a avenida é moderna, nova, bonita, com poucas irregularidades, mas que se apresentam apenas como uma “capa”, porque basta entrar cerca de 200 metros em uma ocupação para que as precariedades logo sejam reveladas.

Posteriormente, é possível notar que a divisão entre a “nova” e a “velha” Tocantins é caracterizada pela delimitação da “baixada”, e que possui a rua do “L” como principal eixo. Evidenciada na cor laranja no mapa 2, nota-se que a rua do “L” perpassa por toda a “velha” Tocantins, por onde a ocupação se iniciou em 1994. Essa área está mais afastada da Avenida Augusto Montenegro ficando por trás do Residencial Anísio Teixeira, SEDUC, PRODEPA e Comando Geral da Polícia Militar do Pará. Sendo assim, as precariedades se apresentam com mais intensidade, as políticas públicas não são as mesmas para todos os moradores, se comparado com as políticas públicas para os moradores da “nova” Tocantins.

Durante o trabalho de campo, os moradores relataram sentir essa diferenciação entre quem mora na “baixada” e quem mora “lá pra cima”, como eles denominam quem reside na área em azul do mapa. Os entrevistados disseram que os serviços chegam mais dificuldade, a coleta de lixo é irregular e que constantemente sofrem com a infestação de ratos e baratas, além de todos os transtornos causados pelos alagamentos em tempos de muita chuva.

É importante salientar que essa diferenciação socioespacial está diretamente relacionada com a Avenida Augusto Montenegro, pois são realidades muito distintas entre quem está mais próximo e quem está mais afastado da Avenida. Sendo assim, adotou-se o termo nessa pesquisa como “nova” e “velha” Tocantins para expressar essa diferenciação e evidenciar esses processos, tendo a precariedade como análise, sendo mais bem discutida e caracterizada no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4: A RELAÇÃO ENTRE A OCUPAÇÃO PRECÁRIA DO TOCANTINS E SEUS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA PERANTE AS PROBLEMÁTICAS ESPACIAIS EXISTENTES

Neste capítulo, serão analisadas as precariedades existentes na ocupação Tocantins, dando ênfase nos parâmetros escolhidos para análise nessa pesquisa, como saneamento básico, segurança pública, lazer, saúde, educação e moradia. Nos tópicos seguintes, será discutido sobre a contradição existente entre essa precarização e as modernizações da Avenida Augusto Montenegro, que atualmente transcorre por um forte processo de melhoramentos urbanísticos. Por fim, serão feitas projeções futuras para a habitação na metrópole de Belém, identificando as novas perspectivas de moradia no município e o que se espera das políticas públicas para essa questão.

4.1 A precarização dos serviços nas ocupações (saneamento básico, segurança pública, lazer, saúde, educação e moradia)

Neste tópico, será evidenciado e debatido sobre as precariedades existentes na Ocupação Tocantins, alinhando esse debate ao conceito de inclusão precária discutido anteriormente no tópico 2.3. Dessa forma, a precariedade aqui está sendo entendida de acordo com as análises de Martins (1997), em que o autor propõe analisar a exclusão social a partir do viés da inclusão precária ou marginal, pois para ele, sociologicamente, a exclusão não existe em sua forma mais severa, mas compreende “na sociedade moderna, apenas um momento da dinâmica de um processo mais amplo; um momento insuficiente para compreender e explicar todos os problemas que a exclusão efetivamente produz na sociedade atual”. (MARTINS, 1997, p. 26).

O autor defende ainda que o sistema capitalista torna-se responsável por essa lógica de exclusão, ao mesmo tempo em que constitui a própria inclusão, sendo este último mais problemático do que a exclusão em si. A lógica de inclusão desse indivíduo no mercado capitalista é o que provoca essas mudanças na análise do termo “exclusão”, justamente porque ela se dá de forma incerta, demorada e marginalizada, e assim, provoca a intensificação das precariedades que vão desde a habitação e se estendem por todos os aspectos constitutivos e necessários à vida humana, como saneamento básico,

segurança pública, educação, lazer, saúde e oferta de bens e serviços como energia elétrica, água potável e transporte público. E a dificuldade maior se apresenta quando essas precariedades deixam de se tornar passageiras e, de tão frequentes e longas, se tornam meio de sobrevivência, resistência, luta, um modo de vida.

A partir disso, essas precariedades serão analisadas através do viés da inclusão precária e do que os próprios moradores identificam como precário ou não, trazendo aqui não somente o olhar do pesquisador, mas também do sujeito pesquisado, como sujeito participativo das análises sobre suas histórias, lutas, processos de resistência e superação das dificuldades enfrentadas no contexto de habitação e moradia na metrópole de Belém.

4.1.1 Saneamento Básico

O Plano Municipal de Saneamento Básico da PMB compreende 4 eixos de serviços básicos a serem contemplados, segundo a Lei nº 14.026/2020, são eles: Abastecimento de água potável; Esgotamento sanitário; Manejo de resíduos sólidos; Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Sendo assim, foi analisado de que forma esse saneamento básico se apresenta na ocupação Tocantins e quais os devidos cumprimentos dessas ações.

Em sua maioria, no que tange ao abastecimento de água potável, a ocupação possui uma caixa d'água e um sistema de abastecimento através da COSANPA suficiente para atender a demanda não só do Tocantins, mas de outras ocupações vizinhas e até do Residencial Anísio Teixeira, ao lado da ocupação. Todavia, muitas vezes ocorre a suspensão do fornecimento de água para a manutenção dos equipamentos ou devido à quebra dos mesmos.

Na figura 5, observa-se a caixa d'água localizada na Rua Gouveia Silva com a Passagem dos Líderes, que abastece toda essa área e que nos últimos anos passou por reformas, trocas de equipamentos, construção do muro para melhorar a segurança dos equipamentos instalados, pintura e novas instalações, sendo comandado pela COSANPA através das lideranças comunitárias.

Figura 5: Caixa d'água da Cosanpa na Ocupação Tocantins



Fonte: Trabalho de campo, 2023.

De acordo com os moradores entrevistados, mesmo com todos os investimentos e as obras realizadas anteriormente, a caixa d'água hoje não possui mais estrutura para suprir a necessidade de toda a população da Ocupação Tocantins e das ocupações vizinhas, além de abastecer o Conjunto Anísio Teixeira I e II. Sendo assim, constantemente há uma falha nesse abastecimento pela quebra dos equipamentos, gerando muitos transtornos aos moradores, sem contar a água com muita presença de ferrugem e odor de cloro, numa tentativa de amenizar essas problemáticas.

Quanto à pavimentação asfáltica, nos últimos anos a ocupação recebeu diversos serviços nas ruas e travessas que ainda não haviam recebido esse serviço, numa parceria entre a PMB e o Governo do Pará. Atualmente, poucas travessas ainda não receberam pavimentação, e outras ainda estão em obras. Isso se torna um grande marco na história da ocupação, tendo em conta que durante pesquisa realizada por Souza (2020), a ocupação ainda enfrentava grandes problemas ligados a ruas esburacadas, lama, poeira e diversos outros problemas de saneamento básico, incluindo também a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Figura 6: Rua do “L”, Ocupação Tocantins



Fonte: Trabalho de campo, 2023.

A rua do “L”, principal ligação entre a Ocupação Tocantins e os conjuntos Tapajós e Canarinho, tem recebido, nesse ano de 2023, as obras de saneamento básico. As obras avançam devagar, segundo os moradores entrevistados dessa rua, e ainda é possível notar a precariedade em boa parte dela, pois durante a visita em trabalho de campo as obras encontravam-se paradas, todavia a liderança comunitária afirma que em breve será possível contemplar toda a rua com o asfaltamento.

O que se observa na Ocupação Tocantins é a irregularidade na coleta seletiva de resíduos sólidos, gerando o acúmulo de lixo na frente das casas, nas esquinas e principalmente próximo de feiras e da área comercial. Através de dados obtidos com o questionário respondido pelos moradores (fevereiro de 2023), tem-se 50% dos entrevistados insatisfeitos com o serviço de saneamento básico na ocupação, outros 50% se sentem bem atendidos, porém reclamam também da falta de coleta de lixo. As principais respostas dos moradores encontram-se no quadro abaixo:

Quadro 6: Resposta dos moradores acerca do saneamento básico na ocupação Tocantins

1	Há ruas onde há precariedade da coleta de lixo;
2	A água é suja, a limpeza urbana é precária;
3	A coleta de lixo ainda é um problema no bairro;
4	Como eu moro no começo da rua, eu me sinto bem atendido, só em alguns momentos que não, por exemplo, quando a coleta de lixo atrasa e etc (mas não ocorre com frequência);
5	Uma vez ou outra que temos o atraso nas coletas de lixo;
6	Varia muito, por exemplo no tratamento de água, tem tempo que está de boa qualidade o serviço e outro não. Coleta e tratamento de esgoto não efetivo em todo o bairro, e outros setores do tratamento básico vai nessa situação;
7	Me sinto desamparada no quesito saneamento básico, em especial no tratamento da água, água suja e com muito cloro;
8	Às vezes a frequência de falta de água é grande e a água é muito suja;
9	Os serviços existem e são frequentes, porém poderiam ser de melhor qualidade quando se trata principalmente no controle da água e coleta de lixo;
10	Acho a limpeza urbana ainda precária, a demora da coleta de lixo intensifica o problema nas ruas. Quase sempre é possível perceber lixos espalhados pelas ruas pela demora da coleta.

Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Como podemos observar no quadro 6, a coleta de resíduos sólidos na Ocupação Tocantins é irregular e os moradores relatam isso com frequência. Em conversa com os moradores, eles disseram que frequentemente acontece o atraso na coleta, gerando muitos pontos de descarte irregular pelas ruas, principalmente nas esquinas. Outro agravante desse problema é que o caminhão da coleta de lixo não passa nas travessas, somente nas ruas principais, então os moradores precisam deixar o lixo na esquina de uma rua principal até que a coleta passe para retirar (nas terças, quintas e sábados), porém como essa coleta atrasa, as ruas ficam cheias de lixo acumulados em cada esquina (observar figura 7, retiradas durante trabalho de campo na ocupação), especialmente próximo da feira, e a pessoas precisam constantemente conviver com os resíduos espalhados a semana inteira, além do forte odor e a proliferação de ratos e baratas e o entupimento de bueiros próximos.

Figura 7: Acúmulo de lixo Rua Dias da Fonseca e na Rua Mário Andreazza



Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Os moradores denunciam a ausência de um ponto correto para o descarte de lixo doméstico, já que a coleta só acontece nas ruas principais, então deveria haver nessas esquinas algum tipo de container para o depósito do lixo, evitando que os resíduos se espalhem pela rua, além de evitar insetos, animais, doenças e o entupimento de bueiros. Quando isso ocorre e a situação já está insustentável, os moradores que possuem residências próximas a esses pontos de acúmulo de lixo, pagam carroceiros para levar o lixo e descartar em outros pontos irregulares na Avenida Augusto Montenegro, ou até mesmo jogando através do muro do Clube da OAB, gerando ainda mais problemas.

No item 4 do quadro 6, a partir da pergunta: “Você se sente bem atendido(a) em relação ao saneamento básico (tratamento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem da água da chuva, gestão de resíduos sólidos gerados e a limpeza urbana) na Ocupação Tocantins?”, o morador entrevistado responde: “Como eu moro no começo da rua, eu me sinto bem atendido, só em alguns momentos que não, por exemplo, quando a coleta de lixo atrasa e etc (mas não ocorre com frequência)”. Assim, identifica-se que as pessoas que moram mais à margem da Avenida Augusto Montenegro são melhores atendidas por esses serviços, e as que moram mais para dentro da ocupação

já sofrem com a precariedade desses mesmos serviços que são oferecidos de forma irregular e desigual na ocupação.

Sobre essa irregularidade, a liderança comunitária, juntamente com o representante da comunidade na câmara dos vereadores, relatou

Tem uma dificuldade que os moradores sempre reclamam. Nós temos o caminhão coletor do lixo, às vezes ele não passa, ou só passa uma vez na semana, isso acumula o lixo doméstico, mas prontamente a gente entra em contato com a secretária da SESAN e ela já aciona para que o caminhão do lixo passe. Sempre orientamos que as pessoas deixem o lixo na porta de sua casa, mesmo nas ruas transversais, mas o vizinho pega seu lixo e deixa na porta do outro vizinho ou deixa na esquina e isso é errado. (Liderança comunitária - entrevista realizada em março de 2023).

Segundo a liderança, o coletor passa em todas as vias da nossa comunidade, nas travessas o gari desce para pegar todos os lixos das travessas e deixam no canto para o caminhão coletar, então a orientação para a comunidade é deixar na porta de casa mesmo. Sobre o saneamento básico na ocupação, mais precisamente em relação ao asfalto, ele descreveu que quase todo o Tocantins, nas suas 4 ruas principais e 16 transversais estão asfaltadas ou com as obras 50% concluídas, principalmente na rua do “L”. Outras transversais já estão no planejamento para receber o saneamento, como as ruas Paracuri e Beira Rio. Na figura abaixo é possível verificar como essas ruas citadas ainda se encontram na ocupação:

Figura 8: Rua Piçarreira, Ocupação Tocantins



Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Elas se localizam no final do Tocantins, onde a precariedade é mais evidente, aonde muitos serviços chegam com mais dificuldade e as pessoas enfrentam diversos problemas ligados à marginalização, o tráfico de drogas e são menos atendidas pelos serviços que se estendem ao longo da Avenida Augusto Montenegro.

Figura 9: Rua Beira Rio, Ocupação Tocantins



Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Dessa forma, o saneamento básico da ocupação já avançou bastante desde a primeira pesquisa realizada por Souza (2020). Nesse período, a precariedade desse atendimento era bem mais evidente, restando hoje somente o problema com a coleta de resíduos sólidos e problemas com a água na ocupação que, segundo os moradores, ainda apresenta alguns problemas, inclusive durante o trabalho de campo na área (março de 2023), havia faltado água há sete dias em algumas casas da ocupação, em outras a água estava muito fraca nas torneiras, devido a um problema com a bomba que abastece a caixa d'água.

Portanto, aqui foram analisadas todas as vertentes que se referem ao saneamento básico na ocupação Tocantins, de acordo com o plano municipal. Assim sendo, ainda resta muita coisa a ser feita para que esse serviço seja prestado de forma efetiva e completa, eliminando as irregularidades presentes.

4.1.2 Segurança Pública

Neste parâmetro, foi analisado o atendimento de segurança pública dentro da Ocupação Tocantins. A Segurança Pública é uma problemática que muitos moradores evidenciam em suas falas e nas respostas de questionários realizados em trabalho de campo. Assim, foi questionado se os moradores se sentem satisfeitos quanto a esse atendimento, haja vista que na entrada da ocupação se localiza a Base da 3ª CIA do 10º Batalhão da Polícia Militar, conforme a imagem abaixo.

Figura 10: Posto da Polícia Militar, localizado na Avenida Augusto Montenegro, em frente à Ocupação Tocantins



Fonte: Trabalho de campo, 2023.

A presença do posto policial nem sempre é uma garantia de efetivo atendimento à população, pois devido à falta de infraestrutura viária, as viaturas não conseguem trafegar em todas as ruas e passagens presentes na Ocupação Tocantins, então existe uma dificuldade de acesso, e dessa forma, há a precarização desse atendimento, onde há uma demanda devido aos altos índices de assaltos e outras ocorrências cotidianamente na ocupação, mas que nem sempre essas ocorrências são atendidas de forma eficaz. Através do formulário respondido pelos moradores, 56,25% dos entrevistados não se sentem bem atendidos em relação ao atendimento de segurança pública na Ocupação Tocantins. Outros 18,75% se sentem bem atendidos “em partes”, e o restante se sente satisfeito com o atendimento. A insatisfação com o

atendimento se deve a variados fatores que foram respondidos pelos moradores e os principais foram elencados no quadro a seguir.

Quadro 7: Resposta dos moradores acerca da segurança pública na ocupação Tocantins

1	A polícia militar demora a atender a demanda da população e usa de ações violentas na maioria das vezes contra inocentes e moradores;
2	Muita insegurança no bairro, assaltos constantes, principalmente de manhã cedo;
3	Não temos segurança adequada no bairro;
4	Pela parte do dia e tarde sim, porém, pela parte da noite não (fico bem receosa de andar sozinha, esse horário), pois já ouvi vários relatos de furto nesse horário;
5	O bairro parece que tem horário pra você andar, por exemplo acontece assaltos com pessoas que se deslocam para a parada de madrugada e são assaltadas e no período da noite também há casos assim, mesmo tendo um PM box no bairro, isso não garante segurança;
6	Somos totalmente desamparados em relação à segurança pública... não se pode sentar nem em frente de casa;
7	A polícia poderia fazer mais rondas;
8	Há um tempo atrás o bairro já foi bastante perigoso, atualmente tenho visto com menos frequência nos lugares próximos da minha residência.

Fonte: Trabalho de campo, 2023.

A insegurança pública é sentida pelos moradores da Ocupação Tocantins, haja vista que, com a ausência do poder público e da polícia militar nessas áreas, diversos trechos ficam suscetíveis à marginalização com pequenos pontos de vendas de drogas em esquinas, travessas mal iluminadas e em ruas de mais fácil escape que são tidas como rota de fuga para outras ocupações e outros bairros. Esses espaços são, na maioria das vezes, marginalizados pelo Poder Público desde seu processo de ocupação. A precarização das moradias, a baixa renda dos moradores, as áreas mais periféricas, as áreas de palafitas (como existe na ocupação Tocantins), são espaços que pouco recebem atenção do Estado e pouco ou quase nunca recebem os programas sociais e projetos voltados aos serviços básicos, como saneamento, segurança pública e saúde.

Com a ausência do Estado nessas situações, produz-se um “espaço vernacular”, como aponta Corrêa (2011, p. 47),

Ressalta-se aqui a produção de um “espaço vernacular”, efetivada por aqueles que invadem e ocupam terras públicas e privadas, produzindo favelas, ou por aqueles que, no sistema de mutirão, dão conteúdo aos loteamentos populares das periferias urbanas. No processo de produção do “espaço vernacular”, entram em cena novos agentes sociais, como aqueles ligados à criminalidade e ao setor informal de produção de imóveis.

Assim, outros agentes entram em ação através do controle do território por algumas facções criminosas que comandam áreas de periferia até mesmo de dentro dos presídios. Uma imagem que por muito tempo se via nas periferias de Belém era o aviso “proibido roubar na comunidade”, pois os agentes territoriais se veem de frente ao controle do território quando o Estado não participa desses processos de controle e exercício do poder. Como podemos observar na figura 11, algumas pichações trazem essa realidade de controle de território, mantendo a questão da segurança pública que não é dada pelo Estado, mas pelos próprios agentes ligados à criminalidade.

Figura 11: Aviso de proibição de roubo na Ocupação Tocantins



Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Denota-se a partir da análise da figura que o Poder Público é ausente nessas áreas de ocupação, abrindo margem para o aparecimento de outras formas de poder na constante luta por territórios nas metrópoles. As ocupações precárias se tornam palco dessas ações de controle por meio de facções e organizações criminosas que, por vezes, controlam o território, mandam e desmandam muito mais que o próprio Poder Público, a quem pertence (ou deveria pertencer) o Poder maior.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, tentou-se dialogar com os agentes da segurança pública da Base da 3ª CIA do 10º BPM, para compreender de que forma eles atuam dentro da ocupação Tocantins, quais as principais demandas e solicitações atendidas, e quais as dificuldades

enfrentadas para o cumprimento das ações de segurança pública na ocupação e seu entorno, todavia, não foi possível estabelecer essa comunicação porque em todas as visitas à base, nenhum agente se encontrava no local.

4.1.3 Lazer

Grande aliado responsável pelas interações sociais e culturais, o lazer nas cidades deve ser considerado uma alternativa essencial para resolver as problemáticas ligadas a espaços públicos de uso coletivo voltadas para a população, onde a interação humana seja difundida e a qualidade de vida da população melhorada. Nas cidades, além dos espaços privados de lazer, como *shopping center*, cinemas, teatros, bares e demais pontos, deve-se também investir em praças, parques, museus, centro de eventos e demais espaços gratuitos voltados para aqueles que desejam usufruir de locais mais abertos, onde haja mais contato com a natureza, ou também para aqueles que não têm condições financeiras para frequentar os espaços privados.

Uma situação recorrente em assentamentos urbanos é a falta de espaços para lazer, em que devido o adensamento populacional nessas áreas, não há a devida preocupação com a reserva de espaços públicos de uso coletivo. Essa problemática está presente na ocupação Tocantins, e os moradores relatam a falta de lugares para passear, se divertir, interagir com família e amigos, praticar exercícios físicos ao ar livre, levar crianças ou qualquer outra atividade que possa ser realizada de forma a promover a diversão e o lazer.

Em entrevista com uma liderança da Ocupação Tocantins, que participou do processo de ocupação, ela relatou uma situação que enfrenta em sua casa e um pouco das mudanças que ocorreram próximas à sua casa.

Inauguraram uma nova praça aqui perto da minha casa, mas ninguém utiliza porque não é uma praça de verdade. Apenas utilizaram a calçada da rua, pintaram o muro da Seduc, e colocaram uma iluminação pra nós pagar. Trocaram as lâmpadas dos postes da rua principal, mas a nossa conta de energia vem muito mais cara cobrando iluminação pública. E aqui a gente dorme tudo no escuro, ninguém liga muitas lâmpadas, a vizinha vive à luz de vela pra não utilizar a energia porque não tem condições de pagar. (Líder 2 - Aposentada, Líder da Ocupação Tocantins, 65 anos)

A alternativa citada pela moradora é reflexo de alguns investimentos que foram feitos pelas lideranças políticas da Ocupação Tocantins que consistiu na

troca das lâmpadas dos postes e a construção de uma praça pública na rua Rui Barbosa. A praça se chama Estrela de Davi, e foi inaugurada em novembro de 2018. A questão colocada por muitos moradores entrevistados é que a praça foi construída aproveitando o muro da SEDUC e aproveitando a calçada que já existia na rua. Foram colocados alguns bancos, brinquedos, e foi inaugurada, como se observa na figura 12, obtida através de trabalho de campo.

Figura 12: Ocupação Tocantins, Praça Estrela de Davi.



Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Segundo os moradores, poucas pessoas utilizam a praça porque durante a noite é muito escura, além da falta de segurança que as pessoas sentem, já que a praça fica localizada numa rua com pouco movimento, próximo a pontos de vendas de drogas e as pessoas não se sentem seguras em levar suas crianças para brincar e nem para passear na praça. Durante o trabalho de campo, observou-se que a praça Estrela de Davi encontra-se em completo estado de abandono, com muito entulho, os brinquedos estão precisando de manutenção pois estão enferrujados e quebrados. Além disso, as duas principais ruas transversais que dão acesso à praça estão com muita lama, mato alto, lixo e sem saneamento, como mostra a figura 13:

Figura 13: Ruas transversais, entre Rua Mário Andreazza e Rua Rui Barbosa



Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Dos moradores entrevistados, todos se sentem insatisfeitos quanto ao atendimento de lazer dentro da Ocupação Tocantins, e os principais motivos estão justificados no quadro abaixo.

Quadro 8: Resposta dos moradores acerca do lazer na Ocupação Tocantins

1	Não há projetos e nem local para tal;
2	Não tem espaços de lazer;
3	Não há parques ou praças;
4	Não me sinto bem atendido, pois simplesmente não tem lazer por aqui;
5	O bairro não tem uma praça de lazer;
6	No Tocantins não tem área para lazer;
7	Não há nem um espaço de lazer pras crianças;
8	Nenhuma praça e nem espaço de convivência para a população;
9	Nunca vi nada relacionado ao lazer no bairro;
10	Acredito que dá para construir uma quadra e parquinho para as crianças.

Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Sobre o lazer, a liderança comunitária, que também atua na Câmara Municipal de Belém, relatou em entrevista que existem projetos voltados para

atender a comunidade, e explica o porquê de ainda não haver uma praça maior na ocupação.

Nós tínhamos espaço para igreja católica, arena, praça, feira, mas esses presidentes não tinham essa visão de que a comunidade iria precisar e começaram a vender e lotear os espaços, aí nós ficamos sem espaço, nossa comunidade não tem mais espaço pra fazer muita coisa e hoje quem sofre somos nós. Já tivemos duas conversas com o Clube dos Advogados que eles têm um leque de um espaço, nós já solicitamos o espaço pra eles doarem pra gente fazer uma praça maior, já pedimos socorro para o prefeito, estamos tentando sensibilizar o Clube dos Advogados para eles doarem um pedaço pra fazer uma praça digna pra nossa comunidade. (**Liderança comunitária** - entrevista realizada em março de 2023).

Sobre projetos futuros, o líder comunitário ainda relata como a praça Estrela de Davi foi construída e garante que novos recursos estão sendo destinados para amenizar esses obstáculos enfrentados pela população.

Nós fizemos uma praça com mutirões, com vários apoios, a prefeitura entrou com a iluminação, colocamos balanço, fizemos um palco, só que a comunidade não se utiliza, eu até chamei atenção dos moradores porque eles jogam lixo na praça, eles não têm a coragem de limpar a praça, fizemos aquilo tão bonito, mas eu já 'tô' colocando uma 'emenda' de 30 mil reais pra gente fazer uma revitalização, uma pintura, uma calçada. (**Liderança comunitária** - entrevista realizada em março de 2023).

Assim sendo, espera-se que a equipe de liderança comunitária da ocupação Tocantins possa pôr em prática esse projeto de reforma e realocação da Praça Estrela de Davi, além de outros projetos que foram citados durante a entrevista, para que toda a população possa usufruir desses espaços tão sonhados e que fazem parte da necessidade de todos.

Os espaços antes reservados para o lazer e que foram vendidos pelas antigas lideranças, hoje dão espaço para diversas moradias e fazem falta no cotidiano da maioria da população residente da ocupação, resultado de uma luta constante por terras e a reprodução do capital através das vendas dos terrenos que pertenciam à comunidade, assim como outros terrenos (onde se localiza a escola Ayrton Senna na ocupação e o espaço destinado à feira) também entraram nesse processo de venda, mas com muita resistência das atuais lideranças permanecem sendo da comunidade. Espera-se, também, o apoio de todos os residentes para que cuidem desses espaços de forma a preservar o que for construído em prol da comunidade e para o bem de todos, e que continuem lutando por melhores condições de moradia, pela garantia de

seus direitos enquanto cidadãos e para o fortalecimento das ações que englobam o estabelecimento e manutenção da cidadania.

4.1.4 Saúde

A Unidade Básica de Saúde fica localizada na Rua Gouveia Silva, Ocupação Tocantins. A UBS - Parque Guajará funciona de segunda a sexta-feira, e atende as ocupações Tocantins, 26 de Outubro, Ranário, além de outras ocupações existentes no bairro Parque Guajará e demais bairros próximos. Em entrevista com a administração da UBS - Parque Guajará, foi informado que esse ano a unidade começou a atender moradores do Residencial Anísio Teixeira I e II, e Residencial Maricá, localizados na Avenida Augusto Montenegro.

De acordo com os dados coletados com a administração, a UBS hoje conta com cerca de 5 a 8 mil pessoas cadastradas em suas unidades familiares, e realiza a marcação de consultas (exames de rotina e consultas especializadas) todos os dias, de 8h às 10h para crianças de 0 a 12 anos, gestantes, idosos e pessoas com comorbidades, e consultas toda quinta-feira para as demais pessoas que não se encaixam nos requisitos anteriores, nesse caso, que não se encontram em grupos de riscos.

Figura 14: Unidade Básica de Saúde Parque Guajará, Ocupação Tocantins.



Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Segundo os moradores, há muita precarização dos serviços oferecidos na UBS do Parque Guajará, pois faltam médicos, faltam atendimentos mais básicos como curativos e até vacinas, já que a unidade não possui geladeira e outros equipamentos para seu devido funcionamento. De acordo com as entrevistas realizadas em 2023, 87,5% dos entrevistados não se sentem bem atendidos em relação ao serviço de saúde prestado na unidade, 6,25% consideram o atendimento razoável e outros 6,25% não souberam opinar. As principais respostas do questionário encontram-se no quadro a seguir.

Quadro 9: Resposta dos moradores acerca do atendimento de saúde na Ocupação Tocantins

1	Falta de insumos e equipe qualificada;
2	Tem uma demora muito grande para marcar uma consulta. Às vezes precisa ir duas vezes ao posto para marcar uma consulta;
3	Nem sempre há médico disponível;
4	Quando eu preciso de atendimento, principalmente para o meu filho (vacina), eu tenho que levar ele no posto do Conjunto Maguari. Em relação a consultas e exames, eu pago plano de saúde para o meu filho, pois é raro quando tem vacina no posto daqui e sempre falta médico também;
5	Nunca tem nada no postinho. Não tem vacinação, não tem pediatra, uma tristeza aquele posto. Só enfeite. Quando as mães precisam, vão para a UBS do Conjunto Maguari;
6	O posto de saúde da família saudável deixa a desejar em relação ao atendimento, é um posto muito pequeno pra quantidade de pessoas que necessitam de atendimento;
7	Falta médicos e para marcar consulta demora. Na farmácia, nunca tem remédios;
8	Tem um posto mas nem vacina tem, quando preciso tenho que ir pro outro bairro;
9	O posto de saúde não atende a demanda de pessoas que moram no bairro;
10	Possui uma ESF com ações tímidas e insuficiente para atender a população.

Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, em trabalho de campo, a direção da UBS Parque Guajará relatou alguns problemas que são enfrentados para o cumprimento das ações na unidade, e houve um diálogo acerca da insatisfação dos moradores em relação ao atendimento de saúde, e quais as estratégias elaboradas pela equipe profissional da UBS para amenizar as problemáticas existentes. Sobre a falta de insumos, a direção relata:

Médico tem, atende todo o tempo, é muito raro faltar, todo tempo tem agendamento. A gente só para o atendimento por falta de insumos, infelizmente. Eu tô 3 anos nessa unidade (...), eu nunca vi faltar tanto insumo como tá faltando hoje na nossa unidade. A saúde de Belém tá precária. Hoje eles (moradores) reclamam, mas anteontem, a única

unidade que tava aberta em funcionamento era a nossa, e quando faltam insumos aqui, a gente tem uma equipe que muitas das vezes não é reconhecida, aí a gente compra do nosso bolso uma luva, uma gaze, curativo pra paciente. A gente tá passando por uma dificuldade agora, mas não significa que seja sempre assim (...). 'Esbandalhou' a geladeira, mas não é a gente que ajeita, tem todo um protocolo que é mandado pra SESMA, aí manda pra lá, vem alguém aqui pra verificar o problema, aí acaba demorando. Não depende da gente... (**Direção da UBS Parque Guajará** - entrevista realizada em fevereiro de 2023).

A direção da UBS afirma que nem todos os problemas são de responsabilidade da unidade, pois alguns pontos que foram levantados pelos moradores são questões referentes à falta de repasse de recursos da SESMA e PMB. Sendo assim, a direção aponta:

Tem alguns exames especializados que nós conseguimos a liberação por aqui, oftalmologista, tomografia, raio-x, isso nem fica demanda pra marcar, agora ultrassom, neurologista, cardiologista, ressonância magnética que eu tenho que mandar pra central (SESMA) eu tô sempre recebendo de volta, tem documento que fica em torno de 1 ano aguardando e não há vagas disponíveis. Exame de rotina toda sexta feira realizamos, até acupuntura conseguimos. Hoje a demanda de atendimentos dos exames geralmente fica muito lotada, a gente consegue atender mais de 70 pessoas por dia pra fazer essa coleta pro laboratório. (**Direção da UBS Parque Guajará** - entrevista realizada em fevereiro de 2023).

Apesar das dificuldades, os atendimentos são realizados diariamente, e no que se refere às críticas dos moradores quanto a esse atendimento, a direção da unidade defende que muitas dessas narrativas podem não ser da forma como é de fato colocada, e ainda justifica:

A gente sempre tá fazendo ações em datas específicas tipo outubro rosa, novembro azul, março mês da mulher e maio mês das mães (...), como aqui é uma UBS que as consultas são agendadas, eles querem chegar aqui em cima da hora pra serem atendidos, não querem agendar. (O atendimento) é até 10h, mas eles querem chegar 10:30h, 11h, 12h pra ser atendido, meio dia é nosso intervalo, mas mesmo assim querem ser atendidos. Tem que seguir os parâmetros da unidade... se eu não 'meter' um parâmetro de horário, a gente não consegue fazer os outros serviços da unidade, é essa reclamação com certeza. (**Direção da UBS Parque Guajará** - entrevista realizada em fevereiro de 2023).

Portanto, compreende-se que as problemáticas levantadas de fato ocorrem, mas deve haver uma relação mais harmoniosa entre a UBS e a população da ocupação, seja ela usuária ou não desse atendimento. Deve-se apontar os horários de funcionamento, com o devido respeito desses horários por parte da população, assim como o entendimento de que em alguns pontos específicos a unidade não tem autonomia para resolver certos problemas, pois há uma crise geral na saúde em Belém, atingindo diretamente todas as esferas

de atendimento, seja nas UBS's, UPA's, ou PSM's. Dessa forma, a SESMA também deve cumprir com suas ações para que haja melhoria nos atendimentos e na oferta de saúde para a população que depende desse serviço, e para o devido cumprimento dos direitos que são negligenciados a essa população.

4.1.5 Educação

Neste ponto, foi analisado sobre a oferta de educação dentro da Ocupação Tocantins. Ainda nos primeiros anos de ocupação, foi criada a Escola Municipal Ayrton Senna, que funcionava de forma provisória no antigo centro comunitário construído pela liderança comunitária em 1994. Atualmente, a Ocupação Tocantins não possui mais Centro Comunitário, pois o terreno onde ele funcionava foi todo ocupado pela PMB para a construção da nova unidade da Escola Municipal Ayrton Senna, reinaugurada em abril de 2015, conforme a figura a seguir.

Figura 15: Escola Municipal Ayrton Senna, Ocupação Tocantins



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

Segundo dados obtidos pela direção da escola, no ano letivo de 2023 todas as vagas foram preenchidas, são 515 alunos matriculados, com idades entre 4 e 13 anos, nas turmas de Jardim I e II (turno manhã e tarde), e de 1º ao 5º ano do ensino fundamental (turno manhã e tarde). A escola possui dois andares, salas de aula climatizadas (algumas estão com a central de ar

quebrada), biblioteca, sala de direção, sala de coordenação, sala dos professores, rampas de acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado (AEE), com 25 crianças no contraturno com professores especializados, encaminhados via SEMEC, Ministério Público ou através dos próprios responsáveis da criança. A escola fica localizada na rua Mário Andreazza, rua principal da Ocupação Tocantins, e atende majoritariamente alunos das ocupações Tocantins, 26 de Outubro e Ranário. Entretanto, a escola aceitou a matrícula de alunos dos bairros Tenoné, Canarinho, Conjunto Maguari e Ocupação IBIFAM.

De acordo com os dados obtidos através das entrevistas com os moradores, a escola não é suficiente para atender as demandas, pois apresenta variados problemas ligados a falta de profissionais, insumos e o sucateamento da escola que não recebe reformas e constantemente as aulas são suspensas devido os problemas da escola. Sendo assim, 50% dos entrevistados não se sentem bem atendidos em relação ao atendimento de educação, 19% se sentem bem atendidos e outros 31% são bem atendidos “em partes” ou não souberam responder. Os principais motivos para essa insatisfação ou satisfação “em partes” estão representados no quadro abaixo.

Quadro 10: Resposta dos moradores acerca da educação na Ocupação Tocantins

1	A única escola municipal há muitas faltas do corpo docente e atraso na programação escolar;
2	Uma dificuldade muito grande para conseguir uma vaga na escola do bairro para uma criança;
3	Há grande reclamação da escola que tem no bairro, com professores faltando muito e pessoas retirando os filhos pra colocar em escolas particulares pra poderem terem um aprendizado decente;
4	Apesar do bairro possuir uma escola grande, os professores faltam muito;
5	O bairro tem uma bonita escola, mas falta organização;
6	No nosso bairro estamos precisando de creches escolares para nossas crianças;
7	Existe escola de nível fundamental, mas depois disso os jovens precisam sair do bairro para estudar;
8	Embora a escola municipal tenha sido ampliada, percebo que muitas crianças e adolescentes precisam se locomover para outras escolas fora do bairro.

Fonte: Trabalho de campo, 2023.

As respostas aqui tidas como 7 e 8 apresentam uma realidade dos moradores da ocupação Tocantins há muitos anos. A escola Ayrton Senna (única escola pública nessa área) não possui ensino fundamental II e ensino médio. Dessa forma, após a conclusão do ensino fundamental I, os alunos precisam se locomover por mais de 2 quilômetros a pé até as escolas públicas estaduais mais próximas, no Conjunto Maguari ou em Icoaraci. A insatisfação com a educação na ocupação reflete não somente sobre as necessidades da escola Ayrton Senna em si, mas na educação como um todo, inclusive na falta de creches públicas próximas, problema também relatado pelos moradores.

Sobre a falta de aulas, a direção da escola relatou um pouco das dificuldades que são enfrentadas:

Eu tô na escola desde julho de 2022 (...) a gente passou por um problema de bomba, a bomba quebrou, passou quase uma semana sem aula seguida, mas acontece que sem bomba, os banheiros ficam sem água, não tem como fazer a merenda deles, não tem como lavar a louça, então realmente não tem como ter aula. [...] Em outubro tiveram muitos feriados e pontos facultativos, a gente nunca teve aula aqui sem motivo nenhum, só por não ter, sempre tem alguma dificuldade, mas é principalmente por falta de água na comunidade ou os feriados. (**Direção da escola Ayrton Senna** - entrevista realizada em fevereiro de 2023).

Dessa forma, é importante evidenciar que a equipe profissional da escola trabalha em prol de constantes melhorias para o fortalecimento das atividades educacionais, e que está disposta a atender a comunidade escolar para solucionar as problemáticas que possam ser resolvidas de forma menos burocrática, pois a escola não possui tanta autonomia para resolver tudo, haja vista que hierarquicamente existe a SEMEC como porta de entrada para todas as soluções possíveis, mas que também espera o apoio da população para amenizar algumas dificuldades, entre elas a evasão escolar.

A principal dificuldade é a gente conseguir uma frequência das crianças, a gente sempre tá em busca ligando porque às vezes as crianças são matriculadas, mas elas não aparecem na escola, então sempre fazemos as buscas, falamos com os pais sobre a importância das crianças estarem na escola. (**Direção da escola Ayrton Senna** - entrevista realizada em fevereiro de 2023)

Por conseguinte, a escola segue suas justificativas perante as pautas levantadas pelos moradores, relatando sobre a falta de professores na escola:

Depois da pandemia as pessoas adoecem com mais facilidade, então eles tem o atestado e não tem nada que a gente possa fazer, tá doente... seria legal se toda escola tivesse um professor pra substituir quando o outro tivesse doente, mas infelizmente não é nossa realidade. Quando o professor tá doente, a escola tem o grupo, cada

turma tem seu grupo, então a gente sempre tá comunicando o motivo porque tá acontecendo isso. Ano passado colocaram numa postagem do *Facebook*, os pais e responsáveis xingando os professores, falando de uma forma bem pejorativa com os professores, chamando até palavrão e a gente sempre tentava conversar com eles dessa necessidade (...) e sempre tentamos ter esse diálogo com a comunidade pra eles não ficarem sem saber o motivo de não estar tendo aula para os filhos deles. (**Direção da escola Ayrton Senna** - entrevista realizada em fevereiro de 2023)

Portanto, buscou-se fazer uma análise da oferta de serviço de educação na ocupação Tocantins, evidenciando os relatos dos moradores e da direção da escola, para que a discussão aqui explanada pudesse ter suas devidas justificativas de ambos os envolvidos. Pode-se pensar, estrategicamente, que as novas lideranças ou até mesmo a SEMEC e PMB criem novas alternativas para o futuro, a fim de solucionar esses problemas da Escola Ayrton Senna, para que esta se torne referência em ensino e educação na ocupação Tocantins, e para que esses alunos tenham mais facilidade de acesso às escolas, com a criação de escolas públicas mais próximas ou na oferta de ônibus escolares para atender a população, haja vista que a maioria não possui condição financeira suficiente para pegar transporte coletivo todos os dias para ir à escola, tendo que utilizar de diversas estratégias para se locomover e estudar, indo para escolas muito longe de suas residências ou até mesmo deixando de estudar.

4.1.6 Habitação e Moradia

A precariedade de moradia na Ocupação Tocantins só se torna evidente se levar em consideração os demais contextos analisados que envolvem o ato de morar, ou seja, se analisado a partir do viés da moradia não somente enquanto casa, mas todos os fatores determinantes de moradia, que englobam a qualidade de vida dessas pessoas, o livre exercício da cidadania, a garantia de seus direitos constitucionais, bem como o livre acesso aos serviços de saúde, lazer, saneamento básico, segurança pública e educação como fundamentais em seu cotidiano no espaço, utilizando-se da infraestrutura disponível e acesso aos diferentes equipamentos públicos e instituições privadas que ofertem os serviços básicos à sobrevivência humana.

Ainda assim, a precariedade também pode ser medida de acordo com o tipo de casa construída, a localização, o estado de conservação, além de

fatores socioeconômicos ligados à renda familiar mensal e quantidade de pessoas por domicílio. No caso da Ocupação Tocantins, a precariedade foi observada a partir dos dois vieses, haja vista que as moradias mais precárias no tipo de construção se localizam exatamente nas áreas menos favorecidas pelos serviços e equipamentos urbanos, e onde outras precariedades são mais evidentes, onde os serviços de saúde, educação, saneamento básico, segurança pública e lazer apresentam-se de forma mais precária, contribuindo para o processo de periferização.

Observe a figura 16, retirada durante o trabalho de campo:

Figura 16: Moradias precárias na Ocupação Tocantins



Fonte: Trabalho de campo, 2023.

A partir da análise das figuras é possível observar de que forma a precariedade de moradia se apresenta na Ocupação Tocantins, seja através do tipo de moradia ou da localização. Essas moradias retratadas na figura 16 se localizam nas ruas Piçarreira e do “L”, respectivamente. Nesse local, os moradores relatam dificuldades quanto à oferta de serviços essenciais como rede tratamento de esgoto, pavimentação asfáltica, energia elétrica, além da utilização dos serviços e equipamentos urbanos oferecidos na Avenida Augusto Montenegro, por se localizarem mais distantes dela. A predominância são casas construídas em madeira, de um ou dois cômodos, com uma média de cinco pessoas por cada domicílio, em que os moradores são trabalhadores informais, ou seja, estão fora do mercado de trabalho formal, e se mantêm

através de benefício social do governo. Algumas dessas residências são pequenas palafitas, pois o terreno é alagadiço, e não possuem sistema de água encanada, energia elétrica, e o banheiro é construído como anexo a casa.

Na figura 17, observa-se a desigualdade entre as casas. Ao fundo, é possível notar uma residência com três pavimentos, com estrutura em alvenaria, e que atende as necessidades básicas de habitação. À frente, nota-se uma residência de madeira, com apenas um cômodo (não dá para identificar se tem banheiro dentro da casa), com vários espaçamentos entre as tábuas, com muito mato ao redor da casa, além de alguns entulhos e a presença de uma carroça de madeira, podendo ser objeto de trabalho do dono da residência.

Figura 17: Desigualdade entre moradias na Ocupação Tocantins



Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Dessa forma, a precariedade se apresenta não somente no tipo de habitação construída, mas nos serviços e equipamentos urbanos próximos a ela, sendo essencial para que se torne uma moradia digna e que atenda às necessidades básicas da população em seu entorno.

Observa-se, a partir da análise das figuras aqui retratadas, que alguns equipamentos urbanos de uso coletivo são encontrados na ocupação Tocantins, mas ainda de forma precária. Cerca de 82% dos moradores entrevistados acreditam que de fato existe essa precarização dos serviços

prestados, como saneamento básico, saúde, lazer, educação, segurança pública e moradia. Durante as entrevistas, foi realizada a seguinte pergunta: “Você acha que existe uma precarização dos serviços prestados (saneamento básico, segurança pública, saúde, lazer e educação) na Ocupação Tocantins? Justifique sua resposta”, e as principais respostas estão elencadas no quadro 11.

Quadro 11: Principais respostas dos moradores sobre a precariedade na Ocupação Tocantins

1	Além de uma precarização nos serviços “prestados”, existe uma negligência de ação do poder público com o bairro, para garantir o mínimo, como uma coleta regular de lixo, por exemplo;
2	Não há uma manutenção das atividades públicas oferecidas pelo governo ou município;
3	Na questão de segurança, pois precisa de mais segurança no horário da noite, saúde, pois precisa de mais atenção em relação a mais médicos e vacinas, lazer, pois, na minha opinião não tem;
4	Tocantins tem uma quantidade enorme de pessoas no bairro, e com isso atendimentos como saúde, lazer e educação não estão sendo bem priorizadas no bairro, tendo diversos problemas nos serviços;
5	Não existe área de lazer. A educação os alunos vão à aula, porém, os professores faltam ou liberam mais cedo. O nível de ensino é baixo para a idade;
6	Infelizmente ainda há problemas nos serviços prestados. Como eu citei anteriormente, não percebo atividades de lazer voltadas para as pessoas do bairro e a saúde ainda precisa servir melhor a população do bairro;
7	Nosso bairro já tem vários anos de existência e só agora algumas coisas estão mudando com uma certa lentidão;
8	Acho que se a coleta do lixo fosse feita de maneira organizada, teríamos uma rua mais limpa, pois ainda falta um senso de coletividade por parte dos moradores também. Falta policiamento, pois há algumas queixas de roubos na comunidade, coisa que não víamos há algum tempo. Uma praquinho para as crianças seria ótimo e de vez em quando ações sociais de todos os tipos;
9	Falta equipar melhor o posto de saúde da família, regularizar a coleta de resíduos sólidos, faltam áreas de lazer.

Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Através desse questionamento nas entrevistas, buscou-se a opinião dos moradores em relação a essas precariedades, identificando-as com base não somente numa análise enquanto pesquisador ou de forma teórica, mas também com a participação popular nessas análises e caracterizações para entender de que forma eles se sentem mediante aos serviços prestados, se se sentem precariamente incluídos nos equipamentos urbanos e de que forma sofrem com a ausência deles, ou seja, a análise foi feita deixando a própria

periferia falar sobre suas dificuldades, suas necessidades e de que forma se sentem, sem o pesquisador interferir ou subjugar a realidade da população enquanto precária ou não.

E com as precariedades, os moradores precisam elaborar diversas estratégias de sobrevivência e de superação desses obstáculos para viverem de forma mais digna e para suprir as necessidades. As principais estratégias relatadas pelos moradores entrevistados estão dispostas no quadro 12.

Quadro 12: Estratégias de sobrevivência e superação de dificuldades da população da Ocupação Tocantins

1	Uma delas é instalação de câmeras de segurança em algumas casas, para tentar ter um pouco de segurança;
2	Em questão de saúde, pagamos privado e procuramos em outras localidades, educação também, lazer, procuramos em outras localidades, segurança pública, evitamos certos "horários perigosos";
3	Saneamento básico e segurança não tem muito o que elaborar, já em educação, lazer e saúde a saída é procurar no setor privado;
4	Para ter o mínimo de lazer, principalmente para as crianças, é no meio das ruas, correndo risco de assalto e acidentes. A maioria dos pais precisam pagar aulas de reforço para seus filhos aprenderem o básico;
5	Em relação a segurança pública, deixar a casa bem trancada, deixar luzes na frente das casas, evitando a escuridão;
6	Trabalhos paralelos além dos trabalhos de carteira assinada, (revendas de cosméticos e afins...);
7	A estratégia dos moradores é aterrar suas moradias de forma que na época de chuva não alague.

Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Nesse quadro, estão as principais estratégias de sobrevivência e superação das precariedades dos moradores referentes ao saneamento básico, saúde, educação, lazer, segurança pública e renda. Portanto, são práticas comuns entre a população precariamente incluída que ocupam esses espaços precários de moradia e que ao longo dos anos enfrentam diversas lutas para se estabelecerem e pela garantia de seus direitos de moradia que, como vem sendo analisado, vai além da moradia enquanto casa, mas todas as possibilidades de sobrevivência digna e a utilização de serviços essenciais à vida e que devem ser garantidos à população.

Segundo Souza (2016, p. 38),

Atualmente a área de expansão de Belém tem sido palco de intensas transformações no processo de ocupação e uso do solo, porém essas

modificações não foram acompanhadas de políticas públicas, que conduzissem o crescimento da área de expansão, permitindo o desenvolvimento de um espaço marcado pela forte segregação social e fragmentação espacial.

Nota-se que, mesmo em espaços com quase 30 anos de história, como a Ocupação Tocantins, ainda enfrentam muitos problemas ligados à infraestrutura e serviços básicos, e que a população precisa constantemente reivindicar e elaborar estratégias de superação dessas problemáticas, onde o poder público deveria olhar com mais atenção para esses grupos, prestar com qualidade e com eficácia os serviços e direitos da população, bem como garantir de forma digna a moradia para todos como forma de exercício de cidadania e qualidade de vida de sua população.

Para Martins (2008, p. 147-148),

A História, isto é, a criação social, se cumpre na práxis que emancipa o homem dessas limitações e dessa pobreza (...). A criação social depende de que o homem se aproprie de seu destino, de algum modo, ainda que limitado, segundo as possibilidades do momento histórico. O homem se produz na História, produzindo sua sociedade, suas relações sociais, insurgindo-se contra os poderes que o subjugam: a dominação e os cerceamentos políticos, a pobreza, os bloqueios nos acessos às grandes inovações culturais referidas à universalidade do gênero humano.

Dessa forma, a sociedade continua se reproduzindo juntamente com o espaço em que vive, muitas vezes não no mesmo ritmo e sob as mesmas condições, mas sua reprodução é ininterrupta apesar das problemáticas que são colocadas às pessoas e as contradições existentes nessa relação, em que a modernidade se apresenta não somente enquanto o novo, o atual, mas também enquanto contradição e obstáculo.

4.2 A contradição quanto à modernização da Avenida Augusto Montenegro

Uma contradição bem marcante em relação às precariedades presentes na ocupação Tocantins, é que a Avenida Augusto Montenegro atualmente tem passado por um forte processo de urbanificação, com a instalação de supermercados, faculdades e escolas privadas, e o próprio BRT (Bus Rapid Transit), todavia, os serviços básicos à vida são negligenciados nas ocupações à margem da avenida. Existe uma forte ligação dos moradores desses espaços com a Avenida Augusto Montenegro que funciona como a principal via de acesso ao centro de Belém e outras regiões da cidade.

É importante perceber como em áreas tão próximas da Avenida Augusto Montenegro podem possuir características tão inimagináveis para uma avenida que atualmente vem passando por fortes processos de melhoramentos urbanísticos e infraestruturais. Pode-se notar nas ocupações precárias, casas de madeira em que as pessoas vivem em péssimas condições de moradia, alguns à beira de um canal que recebe todo o esgotamento das ocupações, vivendo sob a presença de mato e condições inadequadas de moradia. Quem passa pela Avenida Augusto Montenegro, às vezes, nem consegue perceber esses espaços dentro de ocupações, que existem há quase 30 anos a poucos metros da avenida, como é possível observar na figura 18.

Figura 18: Precariedade de moradia na Rua Beira Rio



Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Na figura, é possível identificar uma moradia localizada na chamada “baixada” da ocupação Tocantins. A área é chamada dessa forma porque se localiza numa topografia mais baixa, e onde a precariedade se torna mais evidente devido às condições do terreno, bem como das demais dificuldades enfrentadas por isso, como a ausência de infraestrutura, falta de equipamentos urbanos adequados, a dificuldade de acesso de pedestres, carros de aplicativos, viaturas, ambulâncias devido às péssimas condições de tráfego.

Dessa forma, mediante os problemas apresentados, é um espaço marcado pela dominação do tráfico de drogas e pelos demais agentes detentores de poder nessa área de mais difícil acesso.

Durante o trabalho de campo, observou-se que essas moradias no final da rua Beira Rio ficam completamente inundadas, pois a própria topografia se encarrega de levar toda a água da chuva para essa parte mais baixa da ocupação, além da inundação do igarapé, ocasionando diversos problemas para os moradores, como o impedimento de sair de suas casas, suspender os móveis, conviver com a água suja e com as possíveis doenças causadas pela contaminação.

Dos moradores entrevistados, cerca de 72% acreditam que as melhorias da Avenida Augusto Montenegro não chegam até a ocupação Tocantins, pois não nota-se a mesma relação entre a urbanificação e melhorias na avenida com a ocupação que enfrenta diversos problemas ligados à falta de infraestrutura. Alguns moradores consideram que em breve esses investimentos irão chegar para todos, mas que a presença de equipamentos urbanos como atacarejos e outros pontos comerciais facilitaram muito o consumo no entorno, e a ajuda recebida pelas lideranças comunitárias agregam muito para o crescimento e melhorias das precariedades, além dos novos investimentos urbanísticos que estão sendo incorporados pela PMB que dão esperança de melhorias para a comunidade. Segundo um morador entrevistado,

O Tocantins já deveria ter um saneamento básico melhor, porque a Augusto Montenegro tá ficando tão bonita, né? Mas ainda vemos algumas ruas, como a minha, que quando chove é difícil até sair de casa por causa da lama. Asfalto nunca passou por aqui. (**Morador 1** – Ocupação Tocantins, dona de casa, 50 anos).

Uma característica bem marcante das ocupações presentes no Brasil é a união da população para reivindicar direitos que deveriam ser concedidos pelo Poder Público. Na ocupação Tocantins, esse processo se deu desde o início da ocupação e se estende até os dias atuais, pois os moradores realizam, em alguns casos, diversas atividades dentro da ocupação sem nenhum tipo de auxílio e assistência da PMB e dos órgãos competentes às demandas de serviços que deveriam ser prestados à comunidade de moradores.

Atualmente, a Ocupação Tocantins não possui mais o centro comunitário e não possui comitês organizacionais para que possam reivindicar seus direitos. O que tem atualmente é a união e a força popular para reivindicar problemas do dia a dia da ocupação, em que os próprios moradores se reúnem para resolver certas problemáticas e demandas que surgem, como durante a semana que estavam sem água nas torneiras devido à manutenção da caixa d'água, observado durante a realização de trabalho de campo, em que os moradores já estavam se articulando para protestar e bloquear a Avenida Augusto Montenegro para cobrar e chamar a atenção do Poder Público.

Segundo Santos e Dias (2017, p. 11):

Além disso, é perceptível que as lutas sociais na atualidade não emergem através de Associações de Moradores ou Centros Comunitários, como ocorreu nas décadas de 70 e 80, apesar de alguns destes ainda existirem. Atualmente há uma predominância de organizações populares em torno de frentes, comitês, comissões etc. Ademais, na atual conjuntura os movimentos sociais urbanos possuem como desafio a organização da população para reivindicar por direitos humanos básicos, pois o individualismo e os valores conservadores decorrente do processo de intensificação do neoliberalismo torna-se cada vez mais parte do cotidiano da população, impedindo assim que os sujeitos se vejam como coletividade.

Dessa forma, buscou-se analisar neste capítulo as problemáticas que são enfrentadas pelos moradores, e analisou-se a precariedade existente nas ocupações através das seguintes vertentes: saneamento básico, moradia, segurança pública e saúde. Também foi mostrado como essa precariedade se apresenta em relação à Avenida Augusto Montenegro, e as diversas estratégias que são adotadas pela população para que seus direitos sejam atendidos. Entende-se que essas problemáticas citadas não são exclusivas da Ocupação Tocantins, mas sim, são diariamente revelados na maioria dos assentamentos presentes no país, em que ocupações, favelas, cortiços são marginalizados e esquecidos pelo Poder Público, deixando milhares de pessoas vivendo em péssimas condições de moradia, enquanto as melhorias, as oportunidades e as facilidades de moradia estão cada vez mais voltadas a uma população de maior poder aquisitivo.

Entretanto, é imprescindível destacar que os grupos precariamente incluídos, ou como caracteriza Standing (2014), o precariado⁹, estão presentes na sociedade e merecem total respeito e garantia de seus direitos, pois convivem há anos com a marginalização, a precariedade, mas nunca deixando de lutar e resistir perante as adversidades que são colocadas no contexto urbano.

4.3 Ensaaios para uma nova perspectiva de habitar e de morar na metrópole de Belém

A moradia se apresenta ao cidadão não somente enquanto casa, mas como todos os elementos constituintes que formam a moradia, ou seja, todos os equipamentos urbanos de uso coletivo que precisam estar à disposição das pessoas. Estar mal inserido nesse contexto, ou havendo falha nessa relação próxima entre casa - equipamentos urbanos, tem-se a produção de espaços precários de moradia, além da ausência do exercício do direito à cidade.

Nesse contexto de diferenciação entre moradia e habitação, Souza (2004, p. 45), definiu a moradia enquanto “elemento essencial do ser humano e um bem extrapatrimonial”, onde o cidadão irá manter suas relações sociais, enquanto a habitação é o exercício efetivo da moradia sobre determinado bem imóvel. O autor justifica que tal distinção se dá em razão do parâmetro que é utilizado para reconhecer as duas situações, assim:

(...) No caso da habitação, o enfoque é o local, o bem imóvel, ou seja, o objeto *verbi gratia*, porque se exerce a habitação numa hotelaria, numa casa de praia, em flats etc. E, no caso do conceito de moradia, concebemo-la sob o enfoque subjetivo, pois pertence à pessoa o exercício da moradia, sendo-lhe inerente (SOUZA, 2004, p. 46).

Segundo Harvey (2014, p. 15), na contemporaneidade, o direito à cidade “surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero”. Portanto, o direito à cidade é fundamental na vida dos cidadãos que lutam pela garantia desse direito que

⁹ Há duas maneiras de definir o que queremos dizer com precariado. Um a delas é dizer que se trata de um grupo socioeconômico distinto, de modo que, por definição, uma pessoa faz parte dele ou não. Isso é útil em termos de imagens e análises e nos permite usar o que Max Weber chamou de “tipo ideal”. Nesse espírito, o precariado poderia ser descrito como um neologismo que combina o adjetivo “precário” e o substantivo relacionado “proletariado”. Podemos afirmar que o precariado é um a classe-em-formação, se não ainda uma classe-parasita, no sentido marxista do termo. (STANDING, 2014, p. 23).

constantemente vem sendo ameaçado, comercializado, financiado, tratado como mercadoria na construção desse cenário habitacional brasileiro.

A ausência do direito à cidade acarreta numa quebra na efetivação da cidadania, pois a moradia deve ser tratada enquanto direito e não como negócio, logo, a busca pela garantia desse direito leva os cidadãos a buscarem uma nova forma de assegurar sua cidadania que está sendo ameaçada, buscando espaços para ocupar, assim como “formas de utilizar espaços que garantam de certa forma o seu direito de habitação e inserção urbana e, além disso, uma reconstrução de sua cidadania e de suas relações socioespaciais” (GOMES, 2022, p. 4).

Ainda segundo Gomes (2022, p. 4)

Segundo Holston (2013) a exclusão à cidadania se materializa em uma segregação espacial, gerando um outro tipo de cidadania, chamada pelo autor de “cidadania insurgente”. Para ele, ao contrário de produzir não-cidadãos essas exclusões criaram um campo fértil para a construção de uma cidadania própria e de outra ordem. Trata-se, portanto, da discussão da cidadania a partir da perspectiva daqueles que não a possuem, que atuam através da resistência a um projeto de cidade que exclui uma parcela da população.

Portanto, ao contrário do ideal de cidadania apontado por Santos (2007), onde o autor associa a falta do direito à cidade com a produção de não-cidadãos, Holston (2013) aponta que a não garantia do direito à moradia e do direito à cidade acarretam em formas de organização e de resistência que vão além de somente ter um espaço para residir, mas da condição que se coloca para que essas pessoas frequentem e participem do meio urbano como sujeitos sociais engajados e comprometidos com os processos socioespaciais existentes, tendo sua cidadania exercida de forma democrática e segura, ou transformando-a numa cidadania própria de acordo com suas realidades e processos de resistência.

Assim, as políticas públicas habitacionais e de moradia devem assegurar o exercício dos direitos fundamentais de moradia e de direito à cidade, para que esses grupos sejam menos marginalizados e tenham acesso mais facilitado ao meio urbano. Garantir esses direitos contribui diretamente para que a cidadania em sua forma mais justa seja garantida a essas pessoas que não estão inseridas no contexto de habitação e moradia digna no país.

Durante o trabalho de campo, indagou-se aos moradores sobre o que esperam da Ocupação Tocantins nos próximos anos, e as respostas foram

além de melhorias infraestruturais, mas somaram a conjunto de pedidos de maior visibilidade, mais respeito e a garantia dos direitos básicos como saneamento básico, saúde, educação, lazer, segurança pública e moradia digna para todos. As principais respostas obtidas através de questionário estão contidas no quadro abaixo:

Quadro 13: Resposta da pergunta: “O que você espera do Tocantins nos próximos anos?”

1	Um lugar digno pra lanchar, levar nossos filhos, estilo bairros vizinhos;
2	Que possa haver uma melhora principalmente na área de saúde e saneamento básico para que possa haver uma melhor moradia;
3	Espero que nossa comunidade pare de ser lembrada como um lugar perigoso e que tenhamos orgulho de onde viemos;
4	Espero mais creches, melhoria nas escolas, mais saneamento básico, pois nem todas as ruas são asfaltadas, espero que melhore também nossa água encanada;
5	Que possamos ter um bairro estruturado com uma boa qualidade de vida para todos os moradores;
6	Percebo que muito ainda tem que ser feito em termos de obras de infraestrutura no bairro, principalmente no que se refere aos serviços de esgotamento sanitário e a prestação dos serviços públicos de lazer, segurança, saúde e educação. Para os próximos anos espero a melhoria dos serviços básicos;
7	Baseado na ação da prefeitura nos últimos anos espero pouco avanço, porque mesmo com um morador do bairro sendo representante na câmara dos vereadores há muitos anos, pouco ou quase nada muda no bairro;
8	Espero que melhore na segurança do bairro, e no atendimento a saúde e uma coleta seletiva correta;
9	Espero que bairro tenha finalmente serviços de saúde, segurança, lazer e outros melhoramentos pra assim dar pra população uma dignidade contando que o bairro é bem grande;
10	Um bairro mais seguro, com uma educação e saúde pública e de qualidade. É o que todos os moradores do Tocantins merecem;
11	Um posto de saúde bem equipado com médicos qualificados promovendo campanhas de saúde bucal e comunitária. Área de lazer para as crianças.

Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Portanto, espera-se que esses espaços de moradias precárias, especialmente no eixo de expansão metropolitana de Belém, ganhem mais atenção por parte do Poder Público e que possam entrar nas pautas de políticas públicas voltadas para essa população que se encontra envolvida nesse contexto socioespacial há quase três décadas, convivendo diariamente com as precariedades, e tendo que cotidianamente observar as mudanças e melhorias na Avenida Augusto Montenegro sem assistir essas mudanças no seu próprio lugar de moradia. Quanto ao Poder Público, cabe a tarefa e a responsabilidade pela adoção de medidas para promover, proteger e assegurar a realização do direito à moradia.

CONCLUSÃO

A questão da habitação ainda é um fator a ser muito debatido nas pautas sobre moradia no Brasil, em especial em Belém e sua região metropolitana. Para além disso, é possível notar como o Poder Público vem tratando o assunto nas últimas décadas, tendo a habitação como foco central e deixando a moradia de “escanteio” e criando novas desigualdades.

Isso ocorre quando o Poder Público favorece as políticas públicas voltadas para atender o mercado imobiliário, ou quando cria condições apenas de habitação, mas deixa as pessoas distantes dos serviços e equipamentos urbanos, à margem de vários outros problemas como a diferenciação, segregação e a inclusão precária ou marginal.

Numa perspectiva da moradia, os grupos sociais precariamente incluídos precisam adotar estratégias de moradia e de sobrevivência nesses espaços marcados pela precariedade, processos de resistência que se estendem por quase três décadas em espaços onde a cidadania é consumida pela negligência do direito à cidade, tendo como principal quebra o seu direito à moradia.

Além do mais, o saneamento básico, segurança pública, saúde, educação e lazer são ofertados com muita carência e precariedade nesses espaços de assentamentos, deixando a população necessitada de serviços básicos essenciais à vida humana e que deveriam estar presentes no cotidiano de todos os cidadãos.

Nesta pesquisa, buscou-se analisar essas estratégias de sobrevivência adotadas pela população da Ocupação Tocantins, no intuito de investigar as causas dessas problemáticas, as consequências e a superação desses obstáculos. Adiante, buscou-se conhecer e identificar os sujeitos sociais presentes na produção social do espaço urbano, os chamados agentes modeladores do espaço urbano (Corrêa, 1989), mais precisamente os grupos sociais precariamente incluídos, o Estado, as lideranças comunitárias e todos os que participam desse processo de ocupação urbana em busca de melhores condições de moradia e de vida, principalmente na forma como eles implicam na formação socioespacial precária da Ocupação Tocantins.

Discutiu-se sobre a relação entre metropolização de Belém e a produção de habitações precárias, que configuram os contextos socioespaciais presentes

na Avenida Augusto Montenegro, descrevendo também como se constitui a precariedade da vida urbana, especialmente no que diz respeito aos serviços de Moradia, Saneamento Básico, Segurança Pública, Educação, Saúde e Lazer na ocupação do Tocantins no bairro Parque Guajará.

Conclui-se, portanto, que as precariedades são reveladas a partir do olhar da moradia enquanto capital/mercadoria, e que as desigualdades revelam-se como condição, meio e produto das relações capitalistas. O direito à cidade deveria ser concedido a esses grupos sociais, para que sua cidadania fosse expressa de forma mais efetiva, ou seja, a cidadania deve ser exercida da forma como ela é verdadeiramente constituída e não da forma como puder ser exercida, pois quando se normaliza essas ações, banaliza a noção de cidadania e tipifica as pessoas a se organizarem e se contentarem com o que têm, e não com o que devem de fato ter. Essa discussão é apresentada por Santos (2007) e Holston (2013), quando os autores apresentam sobre o direito à cidade e cidadania, revelando contradições entre o pleno exercício desse direito e as realidades que são apresentadas no cotidiano das cidades e da produção social do espaço urbano.

A segregação e a diferenciação socioespacial presente nas ocupações denotam uma realidade vivida nos assentamentos precários, pois a produção do espaço urbano vai estar aliada a esses processos e práticas espaciais que estarão também diretamente ligados às ações humanas desenvolvidas no cotidiano das cidades.

As ocupações coletivas em Belém ganharam novas dinâmicas a partir do momento em que a cidade também começou a se transformar e produzir seu espaço. Esses espaços de assentamentos precários são vistos, na maioria das vezes, como marginalizados e como espaços que não precisam de investimentos e melhorias por se tratar de áreas de ocupação e de periferia. São espaços que não possuem a mesma atenção da prefeitura em relação ao centro da cidade, ou em relação a outros espaços da cidade que são diferenciados e possuem melhores atrativos econômicos, comerciais e residenciais. Dessa forma, abre-se margem para que outros agentes modeladores do espaço urbano possam agir, produzindo o espaço urbano nas proximidades das ocupações, aumentando a segregação e a diferenciação espacial.

A Avenida Augusto Montenegro exerce forte influência nos processos socioespaciais presentes na Ocupação Tocantins, onde as relações que ocorrem na “Nova Tocantins” são determinadas a princípio, pelas mudanças e melhorias que são colocadas na Avenida Augusto Montenegro, palco de variados processos nessa fase de reestruturação enquanto eixo de expansão metropolitana de Belém.

O Estado é o principal agente que lida diretamente com os sujeitos que estão vivendo a precariedade da vida urbana nos espaços precários de moradia, ao mesmo tempo em que cria condições que, em alguns casos, não são favoráveis a esses sujeitos, e sim, para favorecer os demais agentes ligados ao capital imobiliário e ao consumo.

Os dados sobre a situação da condição de moradia, o total da renda familiar mensal, a condição trabalhista e a origem de moradia dos entrevistados revelam que a ocupação Tocantins reuniu pessoas vindas de vários bairros de Belém, de outras cidades do Pará e até de outros estados pelos mais diversos motivos especificados nesta pesquisa.

A esperança de melhorias, de novas oportunidades de moradia, o sonho de possuir a casa própria e sair do aluguel, bem como a expectativa de fugir da insegurança de outros bairros maiores, as pessoas chegaram ao Tocantins e se uniram à luta pela posse da terra. As lideranças lutavam arduamente contra o Estado e a polícia, enquanto as pessoas tentavam manter uma vida tranquila e possuir uma moradia digna mantendo sua “nova vida” na Avenida Augusto Montenegro.

Faz-se necessário então, que as políticas públicas para moradia sejam mais favoráveis àqueles que necessitam de melhores condições de vida, pois são décadas convivendo com a contradição entre a metropolização de Belém e a produção de espaços precários de moradia, tendo a modernidade como centro das discussões, numa perspectiva onde o “novo” já nasce “velho”.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo R. R. & ROCHA-LEÃO, Otávio M. **Trabalho de Campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado?** Boletim Paulista de Geografia. Nº 84, São Paulo – SP, 2006.

BRANDT, Daniele Batista. **O DIREITO À CIDADE EM HENRI LEFEBVRE E DAVID HARVEY: DA UTOPIA URBANA EXPERIMENTAL À GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES.** Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2018.

BRASIL. Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários. **Ministério das Cidades.** Brasília-DF, 2010. 82 p.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa; SANTOS, Sarah Maria Monteiro dos. FIM DA DICOTOMIA RURAL-URBANO?: um olhar sobre os processos socioespaciais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 115-124, 2003.

CAPEL, Horacio. Agentes y estrategias en la producción de espacio urbano español. **Revista de Geografía**, Barcelona, v.VIII, n.1-2, ene/dic. 1974, p. 19-56.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. In: MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro, LIMA NETO, Vicente Correia (editores). **Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros.** Brasília: Ipea, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011, p. 53-73.

CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica** – 6ª Ed. 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Editora Ática, 1989.

COSTA, Léa Maria Gomes da. **Metropolização e produção da moradia: uma análise das novas (velhas) condições do habitar e do morar na metrópole Belém. Tese de doutorado.** Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo. Belém, 2021.

DONÁRIO, Arlindo Alegre; SANTOS, Ricardo Borges dos. **A teoria de Karl Marx.** Universidade Autónoma de Lisboa, 2016.

FELACIO, Rafael Matos. **A produção do espaço: segregação e diferenciação socioespacial na cidade de Criciúma-SC.** (Dissertação de Mestrado). Rio Grande do Sul, 2013.

GEMAQUE SOUZA, C. B. **Identidades e Conflitos nas Ocupações Urbanas da Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2010.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Tatiana Monteiro. A construção da ação dos agentes sociais não hegemônicos na luta pela moradia e pelo direito à cidade nas cidades médias de Ribeirão Preto–SP e Maringá–PR. XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Blumenau – SC, 2022.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLSTON, James (2013). **Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2010). **Censo demográfico 2010 - aglomerados subnormais: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. Seleção de Textos, 11. São Paulo: AGB, 1985.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado. Metrôpoles brasileiras**. São Paulo em Perspectiva, 2000, p. 21-33.

MARICATO, Ermínia. **HABITAÇÃO E CIDADE**. 5. ed. São Paulo: Atual, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Editora Contexto, 2008. 172 p.

MENDES, L. A. S. **Espaços elitizados de Moradia e Consumo: a reestruturação urbana da Avenida Augusto Montenegro no quadro das centralidades da Região Metropolitana de Belém**. (Dissertação de Mestrado). Belém: PPGeo/UFPA, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PEREIRA DE MORAES, L. E. Materialismo histórico e dialético: perspectivas metodológicas introdutórias. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 2, 2021. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1743> Acesso em: 13 set. 2022.

PINHEIRO, Andréa de Cássia Lopes et al. Assentamentos precários na região metropolitana de Belém: baixadas e ocupações. In: MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro, LIMA NETO, Vicente Correia (editores). **Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**. Brasília: Ipea, 2016.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. **Cidades**. Presidente Prudente, 2007. v. 4, n. 6, p. 73-88.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SILVA, José Borzacchiello da. Diferenciação Socioespacial. II Workshop do Grupo de Estudos Urbanos (GEU). Brasília, DF. **CIDADES**, v. 4, n. 6, 2007, p. 89-100.

SILVA, B. A.; OLIVEIRA, G.S.; BRITO, A. P. G. Análise de conteúdo: uma perspectiva metodológica qualitativa no âmbito da pesquisa em educação. *Cadernos da Fucamp*, v.20, n.44, p.52-66/2021.

SOUZA, Michael Cardoso de. **Processos socioespaciais e grupos sociais precariamente incluídos: as ocupações precárias do Tocantins, 26 de Outubro e Ranário nas adjacências da Avenida Augusto Montenegro em Belém-PA**. 2020.

SOUZA, R. D. P. **A área de expansão de Belém: um espaço de múltiplas vivências**. Dissertação. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belém, 2016.

SOUZA, Sérgio Iglesias de. **Direito à Moradia e de Habitação**. São Paulo: RT, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 123-145.

SCHAEFFER, Luciana. **O processo de produção da cidade a partir das intervenções urbanas: o caso do “Projeto Lerner” para Serra-ES**. 2013.

STANDING, Guy. **O precariado**. A nova classe perigosa. Tradução: Cristina Antunes. 1. ed. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Geografia e trabalho de Campo**. In: Geografia Física Geomorfologia: uma (re)leitura. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2002.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. **A Cidade Dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. (Tese de Doutorado) São Paulo: FFLCH/USP, 1998.

_____. Assentamentos urbanos e reestruturação metropolitana: o caso de Belém. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), n.4, p. 39-52, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

APÉNDICES



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-
PPGG/UEPA



Questionário aos moradores da ocupação Tocantins

1. Qual o nome da rua ou passagem que você mora?
2. Qual bairro/município você morava antes de vir para cá?
3. Qual a situação da condição de sua moradia?

_____	Moradia própria
_____	Moradia alugada
_____	Moradia financiada
_____	Moradia cedida por parentes/amigos

4. Quantas pessoas moram em sua residência?

5. Qual sua profissão?

6. Atualmente você está:

_____	Empregado, com carteira assinada
_____	Empregado, sem carteira assinada
_____	Desempregado, sem nenhuma renda
_____	Desempregado, recebendo benefício social do governo
_____	Fazendo pequenos "bicos" para se manter
_____	Sou autônomo
_____	Sou aposentado

7. Qual o total da renda familiar mensal?

_____	Até 1 salário mínimo
_____	De 1 a 2 salários mínimos
_____	De 2 a 3 salários mínimos
_____	De 3 a 4 salários mínimos
_____	De 4 a 5 salários mínimos
_____	Acima de 5 salários mínimos

8. Qual seu nível de escolaridade?

_____	Sem escolaridade
_____	Ensino fundamental (1º grau) incompleto
_____	Ensino fundamental (1º grau) completo
_____	Ensino médio (2º grau) incompleto
_____	Ensino médio (2º grau) completo
_____	Superior incompleto
_____	Superior completo

9. Há quanto tempo você mora na Ocupação Tocantins?

10. Com qual frequência você utiliza os empreendimentos comerciais localizados na rua Mário Andreazza? (mercadinhos, padarias, pontos de açai, sorveteria, açougues, clínica médica e veterinária, *pet shop*, farmácias, lojas de roupas, barbearias, e etc.)

11. Você se sente bem atendido(a) em relação ao saneamento básico (tratamento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem da água da chuva, gestão de resíduos sólidos gerados e a limpeza urbana) na Ocupação Tocantins? Justifique sua resposta.

12. Você se sente bem atendido(a) em relação à segurança pública na Ocupação Tocantins? Justifique sua resposta.

13. Você se sente bem atendido(a) em relação ao atendimento de saúde dentro da ocupação Tocantins? Justifique sua resposta.

14. Você se sente bem atendido(a) em relação ao lazer dentro da ocupação Tocantins? Justifique sua resposta.

15. Você se sente bem atendido(a) em relação à educação dentro da ocupação Tocantins? Justifique sua resposta.

16. Você utiliza a feira do Tocantins para fazer compras ou utiliza outros espaços? Se você utiliza outros espaços, quais são?

17. As melhorias que estão chegando à Avenida Augusto Montenegro estão chegando também no Tocantins?

18. Você acha que existe uma precarização dos serviços prestados (Saneamento básico, segurança pública, saúde, lazer e educação) na Ocupação Tocantins? Justifique sua resposta.

19. Quais as estratégias de sobrevivência e superação das precariedades (Saneamento básico, segurança pública, saúde, lazer e educação) existentes na ocupação Tocantins? Justifique sua resposta.

20. O que você espera do Tocantins nos próximos anos?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-
PPGG/UEPA



**Questionário ao responsável pela Escola Municipal Ayrton Senna da
ocupação Tocantins**

1. Qual o cargo/função que você exerce?
2. Quantos alunos estão matriculados no ano letivo de 2023?
3. Quais séries/anos são ofertados? Quais os espaços coletivos presentes na escola?
4. Quais as principais dificuldades enfrentadas para o cumprimento das ações de educação na ocupação Tocantins, através da Escola Municipal Ayrton Senna?
5. (Apresentar resultado parcial das entrevistas com moradores da Ocupação Tocantins e dialogar sobre a insatisfação no que tange ao atendimento de educação na ocupação). Quais as estratégias elaboradas pela equipe profissional da escola para amenizar essas problemáticas relatadas pelos moradores?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-
PPGG/UEPA



Questionário à liderança comunitária da ocupação Tocantins

1. Qual o número de habitantes da ocupação Tocantins?
2. Quais projetos já foram realizados para a ocupação Tocantins através de sua liderança ou representação na câmara dos vereadores de Belém?
3. Quais as precariedades que você, enquanto liderança, identifica na ocupação Tocantins?
4. Quais as principais dificuldades enfrentadas para o cumprimento das ações de saneamento básico e lazer na ocupação Tocantins?
5. (Apresentar resultado parcial das entrevistas com moradores da Ocupação Tocantins e dialogar sobre a insatisfação no que tange ao saneamento básico, mais precisamente coleta de lixo, e lazer na ocupação). Quais as estratégias elaboradas pela equipe de liderança ou por você, enquanto vereador e morador da ocupação, para amenizar essas problemáticas relatadas pelos moradores?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-
PPGG/UEPA



Questionário ao responsável pela Unidade Saúde da Família da ocupação Tocantins

1. Qual o cargo/função que você exerce?
2. Quantos atendimentos são realizados diariamente?
3. Quantas famílias estão cadastradas na Unidade?
4. Quais as principais dificuldades enfrentadas para o cumprimento das ações de saúde na ocupação Tocantins?
5. (Apresentar resultado parcial das entrevistas com moradores da Ocupação Tocantins e dialogar sobre a insatisfação no que tange ao atendimento de saúde na ocupação). Quais as estratégias elaboradas pela equipe profissional da Unidade para amenizar essas problemáticas relatadas pelos moradores?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-
PPGG/UEPA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário(a), da pesquisa que tem como pesquisador responsável Michael Cardoso de Souza, do curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará. A pesquisa de dissertação se intitula HABITAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DA VIDA: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE MORADIA E SOBREVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO DA OCUPAÇÃO TOCANTINS NO BAIRRO PARQUE GUAJARÁ EM BELÉM. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com os devidos responsáveis dos parâmetros de análise da pesquisa (educação, saúde, saneamento básico, segurança pública e lazer) na Ocupação Tocantins, visando, por parte do referido aluno a realização de uma dissertação, como resultado final do mestrado.

Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento, caso necessário. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

Belém, ____ de _____ de 2023.



Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Travessa Djalma Dutra s/n – Telégrafo
66113-200 – Belém-PA